

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DESSO**

**TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DAS PRODUÇÕES SOBRE  
FAMÍLIA: REFLEXÕES CRÍTICAS A PARTIR DOS FUNDAMENTOS DO  
SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

**LUDIMILLA DA ANUNCIÇÃO TOMAZ**

MARIANA (MG)  
2022

**LUDIMILLA DA ANUNCIÇÃO TOMAZ**

**TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DAS PRODUÇÕES SOBRE  
FAMÍLIA: REFLEXÕES CRÍTICAS A PARTIR DOS FUNDAMENTOS DO  
SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso, a ser apresentado  
ao curso de Serviço Social da Universidade Federal  
de Ouro Preto, como requisito parcial do título de  
Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Cláudio Henrique Miranda Horst

Mariana – MG

2022

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

T655t Tomaz, Ludimilla Da Anunciacao.  
Tendências teórico-metodológicas das produções sobre família  
[manuscrito]: reflexões críticas a partir dos fundamentos do serviço  
social brasileiro. / Ludimilla Da Anunciacao Tomaz. - 27062022.  
102 f.: il.: tab..

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Henrique Miranda Horst.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Famílias. 2. Serviço social. 3. Serviço social - Pesquisa. I. Horst,  
Cláudio Henrique Miranda. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III.  
Título.

CDU 316.812

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Ludimilla da Anuniação Tomaz**

**Tendências teórico-metodológicas das produções sobre família: reflexões críticas a partir dos fundamentos do Serviço Social brasileiro**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 27 de junho de 2022

### Membros da banca

Doutor - Claudio Henrique Miranda Horst - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Doutora - Regina Célia Tamasso Miotto (Universidade Federal de Santa Catarina)  
Doutora - Cristiane Silva Tomaz (Universidade Federal de Ouro Preto)

Claudio Henrique Miranda Horst, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 27/06/2022



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Henrique Miranda Horst, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/06/2022, às 22:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0352662** e o código CRC **BA73DF82**.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador, Cláudio Henrique Miranda Horst, por me proporcionar o acesso a este campo de pesquisa do qual me resultou grandes amadurecimentos e aprendizados no meio acadêmico. Aprendizado tanto para o meio profissional quanto para a minha formação como pessoa, sendo a pesquisa sobre família um campo rico de conhecimentos e se tornou uma paixão.

Agradeço aos professores que se fizeram presente na oficina de estágio, em especial a Cristiane Tomaz e Cibelle Bueno, contribuindo com questões riquíssimas para os questionamentos e possibilidades diante o percurso no campo de estágio. A gratidão será eterna a minha mãe, Neuza Ponciano, e a minha tia Geni, por possibilitarem os meios para a minha permanência na graduação.

Agradeço aos amigos que me apoiaram neste processo e contribuíram para cada bagagem de saber que carrego. A minha amiga em especial que fiz no curso, Rafaela Teixeira, que levarei comigo para o resto da vida. Agradeço a meu amigo, André Fabriccio, pelas contribuições durante a construção da escrita desta pesquisa e a Raphael Rodrigues por sempre ouvir os meus questionamentos provocados pelo âmbito acadêmico.

Por fim, agradeço a banca, a Regina Célia Miotto e a Cristiane Tomaz em terem aceitado a contribuir com este trabalho de grande importância da minha formação profissional.

## RESUMO

O presente trabalho busca apresentar os resultados das análises das produções teóricas do Serviço Social brasileiro sobre família, publicada nos principais periódicos da profissão, a fim de identificar os fundamentos teórico-metodológicos das produções. Os objetivos específicos foram: aprofundar o estudo sobre a instituição família; analisar os fundamentos teórico-metodológicos das produções sobre família; contribuir para a qualificação do trabalho profissional com famílias. Para tanto, realizamos uma pesquisa com ênfase quantitativa, bibliográfica a partir da leitura e análise de artigos publicados nas revistas A e B (definido pelo Qualis CAPES 2013/2016) que versam sobre a temática família no âmbito do Serviço Social brasileiro. Sendo as seguintes revistas: (A1) Revista Katalysis, Revista Serviço Social e Sociedade; (A2) Revista Em Pauta, Revista Políticas Públicas do Maranhão, Revista Ser Social e Revista Textos e Contextos. Revistas (B1), Revista O Social em Questão, Revista Emancipação e Revista (B2), Revista Temporalis. Os resultados da pesquisa confirmaram a existência de várias perspectivas conflitantes na profissão expressando fundamentos que coadunam com nossos princípios, como também tendências que vão à contramão de um trabalho profissional crítico com famílias, são elas: Teoria Sistêmica- Psicanalítica, da Normatividade/Estabilidade – conflito transformação, a perspectiva da Gerontologia, a Teoria da Representação Social, a Sociologia de Berger e Luckmann, Empirismo, a teoria de Foucault/genealógica, a Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough. Assim como os fundamentos do Serviço Social ancorado no materialismo histórico dialético, bem como a perspectiva do debate construída a partir da política social. As análises dos artigos possibilitaram evidenciar as tendências presentes nas produções, além de constatar se as produções dialogam com a formação histórica social brasileira; quais os conceitos de família que são abordados e o modo como se referem ao trabalho profissional de assistentes sociais.

**Palavras-chaves:** Serviço Social, Fundamentos do Serviço Social, Família, Trabalho com famílias.

## ABSTRACT

The present work seeks to present the results of the analysis of the theoretical productions of the Brazilian Social Work on the family, published in the main journals of the profession, in order to identify and present the theoretical-methodological foundations of the productions. The objectives outlined sought to build strategies to qualify work with families in a democratic perspective, human rights and committed to users of professional services. To this end, we carried out a research with a quantitative and qualitative emphasis and also a bibliographic research from the reading and analysis of articles published in magazines A and B (defined by Qualis CAPES 2013/2016) that deal with the family theme within the Brazilian Social Service. The following magazines are: (A1) Revista Katalysis, Revista Serviço Social e Sociedade; (A2) Argumentum Magazine, Em Pauta Magazine, Public Policies of Maranhão Magazine, Ser Social Magazine and Texts and Contexts Magazine. Magazines (B1), Revista O Social em Questão, Revista Emancipação and Revista (B2), Revista Temporalis. The research results confirmed the existence of several conflicting perspectives in the profession, expressing fundamentals that are in line with our principles, as well as tendencies that go against critical professional work with families, they are: Systemic- Psychoanalytic Theory of Normativity / Stability - conflict transformation, Gerontology perspective, Social Representation Theory, Berger and Luckmann's Sociology, Empiricism, Foucault/genealogical theory, Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis, Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis. As well as the foundations of Social Work and dialectical historical materialism, as well as the perspective of the debate built from social policy. The analysis of the articles made it possible to highlight the trends present in the productions, in addition to verifying whether the productions dialogue with the Brazilian social historical formation; which family concepts are addressed and how they refer to the professional work of social workers.

Key-words: Social Service, Fundamentals of social work, Family, Work with Family.

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EC - Emenda Constitucional

GTP's - Grupos Temáticos de Pesquisa

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC - Iniciação Científica

PNE - Política Nacional de Estágios

PEP - Projeto Ético Político

PPPC - Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DAS PRODUÇÕES TEÓRICAS SOBRE FAMÍLIAS NAS REVISTAS ‘A’ E ‘B’ DO SERVIÇO SOCIAL.20</b>	
<b>2.1. As perspectivas teórico-metodológicas que foram anunciadas <i>abertamente</i> nos artigos. ....</b>	<b>22</b>
<b>2.2. As perspectivas teórico-metodológicas que <i>não</i> foram anunciadas abertamente nos artigos .....</b>	<b>32</b>
<b>3. FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO SER SOCIAL E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DA FAMÍLIA COMO UM COMPLEXO SOCIAL. ....</b>	<b>39</b>
<b>3.1. O Trabalho como categoria determinante do ser social. ....</b>	<b>40</b>
<b>3.2. A particularidade da família na sociedade de classes: o surgimento da família nuclear monogâmica. ....</b>	<b>46</b>
<b>4. A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL E FAMÍLIA .....</b>	<b>55</b>
<b>4.1. Aspectos Gerais da Formação Sócio Histórica do Brasil.....</b>	<b>56</b>
<b>4.2. O processo da família na história brasileira .....</b>	<b>62</b>
<b>5. SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS .....</b>	<b>66</b>
<b>5.1. Reflexões acerca do Serviço Social na história .....</b>	<b>66</b>
<b>5.2. Fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade .....</b>	<b>72</b>
<b>6. CONCLUSÕES .....</b>	<b>87</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>90</b>
<b>8. ANEXO I .....</b>	<b>93</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira tem experienciado nos últimos anos o avanço da extrema direita em espaços políticos, na cena pública cotidiana e até por meio de movimentos sociais organizados. A crise estrutural do capital com seus condicionantes, exige a rearticulação política para que os ideários conservadores possam se fazer presente no meio social, dessa maneira, os partidos de direita buscam resgatar e manter ideologias com princípios neofascistas e neoconservadores, tendo como principal ponto de intervenção a família.

Pautando-se em um projeto de classe ultraconservador com princípios do neoliberalismo, a solução para os problemas estruturais do Brasil se encontraria no fim de ideologias articuladas com a questão de gênero, orientação sexual e na desconstrução dos valores da família tradicional monogâmica que para eles, são difundidos nas escolas e universidades. Nessa direção, a estratégia se dá a partir da defesa de valores religiosos e tradicionais da sociedade capitalista: a família nuclear patriarcal, os bons costumes, e o Estado como responsável pela vida em sociedade, mas nunca pela proteção social pública, estatal, universal.

Propostas conservadoras são constantemente reatualizadas em conjunturas de crises, onde aumenta-se o número do exército industrial de reserva e a barbárie se instaura com a disseminação da desumanização e a competição pela sobrevivência. Assim, os conjuntos de elementos resgatados pela extrema direita têm o poder de disciplinar o comportamento dos indivíduos para que a sociedade funcione articulada com os seus interesses.

A importância do desvelamento do real significado da defesa da família nuclear patriarcal e das famílias de modo geral, se faz necessário por essa ser uma das instituições fundamentais para a reprodução do capital e ao mesmo tempo, ser a sua garantia de tentativas das saídas de crises, na busca pelo mascaramento dos determinantes estruturais. Configurada para assumir as responsabilidades ocasionadas pelas determinações advindas da lei geral da acumulação capitalista - a exploração do trabalho, a miséria e a violência são tidas como resultantes de modelos familiares que não se encaixam com o modelo ideal, ou pelo comportamento desviante de seus membros, e não pelas questões reais advindas de uma sociabilidade capitalista que foi erguida na base da exploração, opressão e sequestro das famílias indígenas e dos escravizados que foram impossibilitados do convívio com seus entes.

Dentre as diversas implicações dessa articulação ideológica, destacamos o deslocamento de questões que só podem resolvidas pelo âmbito coletivo, mas são transferidas para o meio “privado”, advindo daí a construção de relações individualistas e particularizadas, onde um problema de classe desencadeado pelo capitalismo se torna único e exclusivo *daquela família*,

reavivando a lógica dos ‘casos de família’ O reavivamento do chamado pela família a condiciona cotidianamente a efetivação dos valores dominantes nos indivíduos, faz com que esta instituição incorpore e assuma a responsabilização da condição de pobreza da sua família e pelo fornecimento de assistência que deveriam garantidas através das políticas públicas do estado (HORST; MIOTO, 2021). No entanto, como as famílias vão garantir as necessidades básicas dos seus membros se não possui os meios necessários para isso?

Segundo Mészáros (2002), a crise capitalista da qual vivenciamos é uma crise estrutural, de tal modo que seu alcance afeta de forma global e pode se definir permanente. Nesse processo de crise, o capital encontra impasses para atingir e manter sua principal finalidade, criar e fazer crescer a taxa de lucro, assim, novos padrões de expansão e acumulação do capital não conseguem ser ativados, em termos globais, sem ser por meios de mecanismos *destrutivos*. Os desdobramentos ocasionados para a classe trabalhadora, com a tentativa de reerguer sua acumulação têm resultado em políticas de incentivo ao desemprego, os baixos salários, a perda progressiva de direitos sociais/trabalhistas e a destruição dos serviços públicos, como: saúde, assistência, educação e previdência. É alarmante o impacto dessas determinações na vida dos indivíduos:

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas em condição de extrema pobreza — que vivem com menos de R\$ 145,00 mensais — já tinha alcançado a marca de 13,5 milhões de pessoas em 2018. Na contraface dessa lógica, os dados de 2019 demonstram que os 10% mais ricos se apropriavam sozinhos de 43% de toda a renda do País. O número de trabalhadores desempregados chegou a 12,9 milhões, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2020). Os dados revelam que somente em maio de 2020 foram 960,2 mil pedidos de seguro-desemprego, número 53% maior que o verificado no mesmo mês em 2019, quando houve 627,7 mil pedidos (HORST, MIOTO, 2021, p. 40).

O quadro de insegurança alimentar demonstrado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), indica que em 2020, 19 milhões de brasileiros passaram fome. Os apontamentos foram de que 55, 2% dos lares brasileiros conviveram com algum grau de insegurança alimentar, destacaram que, em lares chefiados somente por mulheres, o cenário é ainda mais grave.

A conjuntura da qual estamos vivenciando se expressa através da perda de experiências democráticas e de políticas sociais complementares que não é possível através de recursos familiares ou via mercado para a grande maioria das famílias. Este cenário não se constitui apenas como uma crise econômica, experenciamos também uma conjuntura de crise na sociedade cível que tem resultado no rompimento de um consenso ético político voltado a construção de uma sociabilidade articulada com as necessidades básicas dos indivíduos.

Compõe a dinâmica que agrava tal realidade o processo de constituição do país, cuja formação sócio histórica, suas determinações advindas de uma sociedade dependente agrava o cenário atual. Um aspecto central desse processualidade diz respeito a centralidade que foi relegada a família diante de uma estrutura baseadas em relações servis, oligárquicas, cuja herança escravista demarca uma formação social em que os direitos são amplamente tratados com viés assistencialista, paternalista, clientelista (HORST apud MIOTO et al., 2018). A ausência de políticas públicas e o enxugamento dos direitos diante de uma estrutura do capitalismo não garante uma condição mínima de sobrevivência para os indivíduos e suas famílias, por isso a defesa pela família permanece comparecendo como uma estratégia ideológica central:

Um exemplo que ilustra tal estratégia ideológica são os momentos de discussão das contrarreformas no Brasil, a exemplo da votação da Emenda Constitucional (EC) n. 95/2016, em que todos aqueles que defenderam a família votaram favoráveis ao corte nos gastos, o que materialmente implicaria maiores desafios à sobrevivência das famílias, ou, numa frase, trata-se de ser contrário às famílias (HORST; MIOTO, 2021, p.49).

O que se identifica nesse cenário é o chamamento da família para respostas que ela mesma já cumpre só que diante de um cenário conjuntural ainda mais perverso. Difunde-se no meio social que o controle no ceio da família estabelecerá a ordem social, assim, as relações vão sendo individualizadas, as famílias consideradas como desestruturadas ou fracassadas para com o sustento de seus membros, são moralizadas como se tal situação fosse uma disfunção de sua família, sendo ela responsável por reverter a sua situação para que a sociedade funcione bem.

A ideologia da família defendida pela extrema direita – mas não só - é difundida através de instituições como a Igreja que sustentam o discurso de que a família é a base da sociedade, cria-se desse modo, o campo da alienação onde os indivíduos não se reconhecem no processo das relações sociais, uma vez que a realização concreta do modelo ideal de família tem sido impossibilitada pelo próprio sistema do capital, contudo, tomam para si essa e outras responsabilidades.

Conforme sabemos, a família constitui um complexo presente no trabalho profissional do Serviço Social desde sua origem. A profissão foi convocada a trabalhar no âmbito da produção e reprodução da vida da classe trabalhadora, junto às famílias da classe trabalhadora voltada para um exercício político de cunho educativo, moralizador, disciplinador que a legitimava enquanto profissão (HORST, 2018; IAMAMOTO, 2013). Dinâmicas que não deixaram de passar o cotidiano do trabalho profissional na contemporaneidade. Nesse sentido:

Além da noção de comunidade [...], merece destaque a ênfase na formação social, moral e intelectual da família, considerada como célula básica da sociedade. Trata-se de um trabalho “educativo” entre a família operária, especialmente entre os mais

carentes que têm acesso aos equipamentos socioassistenciais, com o objetivo de reforçar o núcleo familiar e integrar seus membros à sociedade. Buscam-se na história familiar os elementos explicativos de comportamentos individuais “anômalos” ou “desviantes” de um padrão tido como “normal”. Ou seja, a família, como grupo social básico, era erigida como núcleo do trabalho profissional e como referência para a apreensão da vida em sociedade, em contrapartida às classes sociais (IAMAMOTO, 2013, p.33).

Conforme sabemos, a família é interpretada de diversas maneiras e perspectivas. Especificamente ao longo da história do Serviço Social brasileiro, tal instituição recebeu as mais variadas explicações teóricas, majoritariamente sustentadas por orientações conservadoras, devido principalmente à sua *naturalização* (HORST, 2018). Após o processo de reconceituação e renovação da profissão entre os anos 1970/1980, o amadurecimento teórico proporcionou o reconhecimento da profissão enquanto área de produção do conhecimento, possibilitando que ao longo dos últimos anos amadurecêssemos diversos temas.

No entanto, conforme demonstraremos ao longo do trabalho, ainda se fazem *presentes* perspectivas que não confrontam a sacralização da família; ao mesmo tempo que se fazem *ausentes* produções que confrontam o debate de suas origens e apontam os limites dessa instituição como forma de organização de vida entre os indivíduos, dos limites para as mulheres, bem como os limites de tê-la como referência para a sociedade. Tais tendências – de ausência da crítica; das que criticam de forma unilateral, timidamente; das que reproduzem fundamentos conservadores – precisam ser confrontadas com fundamentos críticos ontológicos.

Conforme entendemos, é necessário, a partir dos fundamentos da profissão, demarcar a questão da gênese, origem, surgimento da família como um complexo social, de seu desenvolvimento ao longo da história do ser social e dos particulares modos de produção e formações sócio-históricas, que possibilitarão o desvendamento de sua particularidade na ordem burguesa. Tal afirmativa coaduna com nossa compreensão de fundamentos ao demarcar como central a discussão da família a partir da categoria ontológica *trabalho* e do conceito de “questão social” e suas expressões, como determinantes centrais para pensar as realidades familiares na direção de uma práxis reflexiva (VÁSQUEZ, 2011), coadunando com os alicerces centrais dos fundamentos para a formação e o trabalho de assistentes sociais na contemporaneidade.

Nesse sentido, [...] é na própria negação do debate em torno do surgimento da família (sua gênese e desenvolvimento) que temos elementos para indicar o alto nível de conservadorismo presente na profissão (HORST, 2020a; 2020b). Majoritariamente sustentada por uma perspectiva religiosa, donde um surgimento divino ou, por uma perspectiva positivista/

funcionalista, reforçando, ambas, a tendência à *naturalização* e *eternização* de tal instituição [...] (HORST, 2018, p.36).

O efeito da naturalização e da negação da particularidade da família no capitalismo – resulta na reprodução da ideia da família como principal instituição na formação dos indivíduos para a sociedade. Apesar de verdadeira, essa noção não deve ser reproduzida sem uma crítica aos valores éticos e morais que vêm sendo transmitidos na criação de indivíduos ao longo da vida no meio familiar. Trata-se do chamamento da família, em qualquer situação, mas sem questionar seu papel ideológico, cuja clareza pode ser fundamental para pensar *estratégias ético-políticas* no exercício profissional.

Consideramos como primordial recuperar os processos históricos da organização familiar, pois entendemos ser a condição básica para entender que a diversidade é inerente a esse complexo social, desde os princípios da história. Após o surgimento da propriedade privada, novas formas de relações sociais são estabelecidas, como a monogamia como regra hegemônica, e os lugares destinados a homens e mulheres na família contemporânea.

Conforme sabemos, a polaridade entre compreender a totalidade e culpabilizar as famílias perpassa o cotidiano do profissional que enfrenta dificuldades em visualizar e atender as famílias fugindo de uma visão moralista, bem como, contextualizando o indivíduo e o grupo familiar inseridos na sociedade capitalista. O alto nível de responsabilização das famílias pelas equipes dos serviços – denunciado pelas pesquisas, o discurso da família como “desestruturada” e causadora dos “problemas” sociais e a ideia de que se a “família vai mal a sociedade vai mal” nos levaram a questionar os fundamentos de tais discursos. Que precisam ser enfrentados a partir de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que sustentem a dimensão técnico-operativa na perspectiva do projeto ético-político.

O *interesse pelo tema* deste Trabalho de Conclusão de Curso teve início em 2020, quando fui bolsista de iniciação científica da pesquisa intitulada: “Fundamentos do Serviço Social Brasileiro na contemporaneidade e o debate sobre família”. Em 2021, iniciamos a segunda iniciação científica, intitulada: “Fundamentos do Serviço Social Brasileiro na Contemporaneidade e o debate sobre Família: um estudo sobre a produção da área”, ambas conduzida pelo professor Cláudio Horst, sendo este TCC, fruto dos resultados dessas pesquisas, ambas vinculadas a linha de pesquisa com o mesmo título. A medida em que me debruçava em leituras para alcançar os resultados das pesquisas, novas inquietações e interesse pelo tema surgiam, uma vez que a família se encontra presente em todos os espaços de trabalho do/a assistente social.

O desenvolvimento da pesquisa se deu no mesmo período em que eu desenvolvia o estágio supervisionado obrigatório no Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, nesta oportunidade, as inquietações da pesquisa se faziam presente, sendo algumas delas: como efetivar em um setor multiprofissional que o indivíduo ou sua família não deve ser culpabilizado pelas expressões da “questão social”? Qual o entendimento de família carrega os profissionais que estão em campo de trabalho? Como lidar com audiências de conciliação, constelação familiar e justiça restaurativa sendo que estas condicionam os indivíduos ou sua unidade familiar a se responsabilizarem por problemas que são condicionantes do sistema capitalista? Possibilita a formação profissional, fora dos espaços de extensão e pesquisa, a compreensão do papel que a família cumpre na sociedade? Cujas reflexões e respostas em parte buscamos dialogar no presente trabalho.

No que tange a **relevância Social**, desde os anos 1990, quando a centralidade da família passou a ser formalmente materializada nas políticas sociais, começaram-se a desenhar metodologias de trabalho com família. É fundamental que a formação profissional em Serviço Social capacite para a construção de estratégias no âmbito do trabalho. Por isso, a elaboração de um projeto de atuação junto às famílias na direção dos fundamentos da formação é essencial para o trabalho qualificado. A presente proposta se torna relevante por contribuir com fundamentos teórico-metodológicos críticos na busca de qualificar o trabalho com famílias em uma perspectiva democrática, dos direitos humanos e comprometida com os usuários dos serviços.

No que tange a **relevância científica**, as buscas realizadas na Biblioteca Digital da UFOP, confirmou a ausência de estudos sobre a temática. Buscamos pelas palavras chaves: *família, familismo, fundamentos e trabalho com famílias*. Dentro deste recorte de palavras, selecionamos os trabalhos que se aproximam do nosso tema, apresentado na tabela abaixo. No entanto, não foi identificado nenhum trabalho científico que contemplasse diretamente nossa temática – Fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade e o debate sobre família, o que demonstra a relevância do nosso tema.

**Quadro 1 – Monografias do curso de Serviço Social da UFOP**

<b>Autor/a</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>Ano da publicação</b>	<b>Palavras-Chave</b>	<b>Resumo</b>
Karine Nogueira Martins	Família e patriarcado : reflexões a partir da formação sócio histórica brasileira.	2021	Famílias Feminismo Mulheres Patriarcado Serviço social	O estudo em questão apresenta a evolução histórica do conceito de família baseado no modelo patriarcal desde a sua ascensão à sua desconstrução em decorrência da conquista dos direitos das mulheres, fundamentado no feminismo, fazendo com que o contexto doméstico deixe de ser prioridade e abrindo possibilidades as



				<p>mesmas ao mercado de trabalho. Trata-se de um tema pouco explorado nos trabalhos até então apresentados no âmbito do serviço social. Tem como principal objetivo elencar a origem da família e do patriarcalismo, bem como, abordar a divisão de tarefas entre homens e mulheres e como o gênero interfere culturalmente até os dias atuais em nossa sociedade. Diante disso, também foi possível desconstruir o pensamento que família possui um padrão ou único viés, ressaltando a importância do profissional do serviço social na resolução de conflitos e qualidade de vida nos diversos tipos de famílias existentes na contemporaneidade. Destaco que essa pesquisa teve seu desenvolvimento em um período marcado pela pandemia e pela minha condição de gestante, fato este que gera um assunto que ainda é extremamente invisível e criticado em nossa sociedade. Esta revisão bibliográfica possibilitou concluir que muitas foram as mudanças ocorridas na vida familiar ao longo do tempo, nos debates de igualdade de gênero, na atuação do assistente social no âmbito plural familiar e no acompanhamento às mesmas que são compreendidas na sua diversidade, colocando para os profissionais o desafio de atuar frente as mais variadas estruturas manifestas na sociedade atual.</p>
--	--	--	--	--

A partir do exposto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso, possui a seguinte **pergunta de pesquisa**: Quais os fundamentos teórico-metodológicos que sustentam as produções teóricas sobre família nas revistas A e B do Serviço Social brasileiro?

Acreditamos que desvendar os fundamentos teórico-metodológicos das produções possibilitará avançarmos em respostas profissionais no que tange ao trabalho com famílias no dia-a-dia. A partir disso, delimitamos nossos **objetivos**.

**Objetivo Geral:**

Analisar a produção teórica do Serviço Social brasileiro sobre família publicada nos principais periódicos da profissão, a fim de identificar os fundamentos teórico-metodológico das produções.

**Objetivos Específicos:**

- a) Aprofundar o estudo sobre a família a fim de contribuir para as mediações que explicam tal complexo social;
- b) Identificar os fundamentos teórico-metodológicos das produções sobre família nas revistas A e B do Serviço Social brasileiro;

c) Contribuir para a qualificação do trabalho de assistentes sociais com famílias na direção do projeto ético-político.

## **METODOLOGIA**

O presente Trabalho de conclusão de curso tem como fundamento teórico-metodológico a teoria social crítica e o método materialista histórico dialético. Essa perspectiva implica uma análise da sociedade que contempla as relações de produção da vida material, as dimensões objetivas e subjetivas, o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais. O conhecimento da realidade aqui não se restringe à mera aparência, aos elementos imediatos da vida social, mas implica o desvendamento de todas as suas determinações e relações intrínsecas: sociais, econômicas, políticas e culturais.

Trata-se de uma pesquisa com ênfase *quantiquantitativa* ou também chamada de *mista*, que se constitui a partir de dados quantitativos e qualitativos, “de características de ambos, mesmo que enfatize um ou outro, essa característica o torna mais coerente com o método marxiano de investigação” (PRATES, 2012, p. 123).

É também uma *pesquisa bibliográfica* por se tratar da leitura e análise de artigos publicados nas revistas A e B (definido pelo Qualis CAPES 2013/2016) que versam sobre a temática família no âmbito do Serviço Social brasileiro. Sendo as seguintes revistas: (A1) Revista Katalysis, Revista Serviço Social e Sociedade; (A2) Revista Argumentum<sup>1</sup>, Revista Em Pauta, Revista Políticas Públicas do Maranhão, Revista Ser Social e Revista Textos e Contextos, (B1) Revista O Social em Questão, Revista Temporalis e (B2), Revista Emancipação.

A pesquisa bibliográfica implica “em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38). Conforme sinalizado pelas autoras: “reafirma-se a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas” (LIMA; MIOTO, 2007, p.44).

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar que o sistema de busca por palavras-chave no site da revista estava suspenso, o que impossibilitou a busca pelos artigos quando da realização da IC. Entramos em contato com a mesma, onde nos foi informado que estavam em manutenção, sem previsão de retorno. No momento de levantamento dos dados, sistematização e leitura o sistema não havia retornado. Comprometemo-nos a inserir os dados da revista nas publicações futuras sobre as ICs e TCC.

Conforme compreendemos, a pesquisa bibliográfica difere da “revisão de literatura” ou da “revisão bibliográfica”, pois vai além de uma simples leitura das fontes e dos dados levantados, imprimindo – a partir de um desenho metodológico com sucessivas aproximações ao material selecionado para análise – fundamentos teóricos para a compreensão crítica dos elementos neles existentes.

Conforme destaca Minayo (2009), o processo de trabalho da pesquisa qualitativa pode envolver três etapas, da qual utilizaremos duas: a *fase exploratória* e a etapa da *análise e tratamento do material documental*. Essa segunda etapa é dividida em três momentos: a) ordenação dos dados; b) classificação dos dados; c) análise propriamente dita.

Dessa forma, inicialmente realizamos as buscas nas plataformas digitais das revistas por meio das palavras-chaves: Família e Famílias. Foram selecionados todos os artigos que possuíam a palavra família/famílias no título, como uma primeira aproximação exploratória ao material. Assim, nas revistas (A1), Revista Katalysis, foram identificados 56 artigos e somente 26 foram selecionados, pois continham uma das palavras chaves no título. Na Revista Serviço Social e Sociedade, identificamos 16 artigos e 13 foram selecionados. Na Revista em Pautas, identificamos 25 artigos e 23 foram selecionados. Na Revista Políticas Públicas do Maranhão, o número de artigos identificados foram de 67 e 11 artigos foram selecionados. Na Revista Ser Social identificamos 29 artigos e selecionamos 15. Por fim, fizemos busca na Revista textos e Contextos e identificamos 54 artigos e foram selecionados 34.

Em seguida, avançamos mais uma etapa onde realizamos uma *segunda seleção exploratória* dos artigos, selecionamos apenas aqueles que discutiam diretamente sobre a temática da família, os artigos foram selecionados depois da leitura dos resumos e das palavras-chave, resultando no universo de nossa análise que ficou o seguinte: nas revistas A1: Revista Katalysis, dos 26 artigos identificados 10 permaneceram. Já na Revista Serviço Social e Sociedade, dos 13 artigos identificados 6 continuaram para análise. Nas revistas (A2), Revista em Pautas, dos 23 artigos identificados 13 permaneceram. Na Revista Políticas Públicas do Maranhão, de 11 artigos selecionados 4 permaneceram. Na Revista Ser Social selecionamos 15 artigos e 9 permaneceram para análise. Na Revista textos e Contextos de 34 artigos selecionados 14 permaneceram. Totalizando um universo de 56 artigos.

Assim, na revista (B1), Revista O Social em Questão, foram identificados 35 artigos e somente 16 foram selecionados, pois continham uma das palavras chaves no título. Na Revista Emancipação, identificamos 64 artigos e 21 foram selecionados. Na Revista (B2), Temporalis, identificamos 18 artigos e 7 foram selecionados.

Na *segunda seleção exploratória* dos artigos, nas revistas B1: Revista O Social em Questão, dos 16 artigos identificados 12 *permaneceram*. Já na Revista Emancipação, dos 21 artigos identificados 12 *continuaram* para análise. Na revista (B2), Revista Temporalis, dos 7 artigos identificados 6 *permaneceram*, sendo assim, a pesquisa se deu totalizando um universo de **30 artigos**.

Quadro das Revistas A – Panorama de Levantamento inicial do material para análise.

<b>Total de artigos encontrados</b>	<b>247</b>
<b>Total de artigos na primeira seleção</b>	<b>122</b>
<b>Seleção total de artigos</b>	<b>56</b>

Quadro das Revistas B – Panorama de Levantamento inicial do material para análise.

<b>Total de artigos encontrados</b>	<b>117</b>
<b>Total de artigos na primeira seleção</b>	<b>44</b>
<b>Seleção total de artigos</b>	<b>30</b>

Para a etapa da ordenação e classificação dos dados utilizamos um roteiro de análise de conteúdo (Prates, 2016), construído por nós<sup>2</sup>.

**Quadro 1 – Roteiro para análise de conteúdo dos dados**

<b>NOME DA REVISTA:</b>	
Título do Artigo:	
Número do artigo:	
Autor/a:	
Ano:	
Resumo:	
Palavras-chave:	
Foco – Temático central:	
<b>Qual o fundamento teórico?</b> Informou a perspectiva teórica? Identificou questões que fogem da direção crítica?	
<b>Os fundamentos foram construídos via Fundamentos do Serviço Social.</b> (Trabalho/ “Questão Social”; Indissociabilidade entre história, teoria e método/ Articulação dos três núcleos de fundamentação/ Categorias do método de Marx: Totalidade, Mediação e Contradição; A análise da historicidade da profissão/ Análise da dimensão ético-política da profissão).	
<b>Os fundamentos foram construídos via Política Social.</b>	
<b>Apresentou concepção de profissão?</b>	
<b>Apresentou qual é o objeto de trabalho do Serviço Social?</b>	

<sup>2</sup> Cabe ressaltar que o presente quadro de roteiro de análise faz parte das duas pesquisas de iniciação científica realizadas. Portanto, na presente monografia apresentaremos os dados referentes aos fundamentos das produções. A concepção de profissão; o objeto de trabalho; a concepção de família e questões diversas serão apresentados em publicações futuras.

Apresentou Concepção de família?	
Questões diversas	

Sendo assim, após ordenação dos dados e classificação, iniciamos a análise propriamente dita. Como técnica de análise dos dados, utilizamos a análise de conteúdo do tipo temática (BARDIN, 1977). O tema é uma afirmação acerca de um assunto, uma unidade que permite e possibilita o recorte de um texto em ideias portadoras de significações. Consistindo em demarcar os eixos de sentido que compõem a comunicação e presença, ou frequência de aparição de tendências que podem oferecer resultados para o processo analítico (BARDIN, 1977).

A primeira questão que guiou nossa organização dos dados e análise foi a identificação das tendências/fundamentos teóricos, já que constitui nossa pergunta central de pesquisa e objetivo. Em seguida, como forma de desvendar os fundamentos dos artigos que não informavam a priori, construímos outras perguntas que, a nosso ver, possibilitariam nos aproximar mais da busca pelos fundamentos teóricos que sustentam as produções.

Conforme nos informa Bardin (1977), a categorização semântica, consiste em organizar os elementos de acordo com o que eles possuem em comum, dessa forma, agrupamos os dados em quadros teóricos por temas e quantificamos. Em relação aos artigos que não informavam abertamente seus fundamentos teóricos separamos em dois grupos: A e B. Os artigos que se propuseram a discorrer sobre política social ficaram agrupados no quadro A. Enquanto os que tinham como o objetivo a discussão do trabalho profissional, do serviço social com famílias, ficaram agrupados no quadro B.

No que tange ao grupo A – artigos sobre a política social, buscamos identificar: 1- Quais os artigos construíram a discussão da política social pela via das normativas legislações das próprias políticas; 2- Quais artigos construíram a discussão da política social via debate crítico da política social e/ou crítica do familismo, e/ou a partir dos fundamentos da formação social brasileira; e 3- Quais os artigos que partiram por ambas as discussões.

No que tange ao grupo B – que possuem como objetivo a discussão do trabalho profissional e/ou do Serviço Social com famílias, buscamos identificar: A) se os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade fundamentavam os textos. E aqui apontamos como elementos que indicavam o diálogo a partir dos fundamentos: Trabalho como categoria ontológica, a “Questão Social”, a indissociabilidade entre história, teoria e método, a articulação dos três núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares, as categorias do método de Marx: Totalidade, Mediação e Contradição, a análise da historicidade da profissão, a análise da

dimensão ético-política da profissão; B) Se os artigos apresentavam a *concepção de profissão*; C) se os artigos apresentavam o *objeto de trabalho*.

Por fim, no que tange a *dimensão ética*, a pesquisa foi construída a partir dos valores do código de ética profissional de assistentes sociais. Também se compromete a realizar a devolução dos dados futuramente, via publicações, eventos, formação permanente junto às profissionais.

Além da presente introdução e das conclusões a monografia está organizada a partir de quatro capítulos: No *primeiro* capítulo apresentaremos os dados da pesquisa, ou seja, as tendências teórico-metodológicas identificadas nas leituras dos artigos sobre família. A partir das tendências identificadas buscou-se construir os outros três capítulos como resposta teórico-metodológica para o trabalho e estudo com famílias na contramão da maioria das tendências identificadas. Portanto, no horizonte dos fundamentos do Serviço Social – sustentando na matriz teórico-metodológica marxista e materializado nos três núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares. O *segundo* capítulo ancorado nos fundamentos da vida social, da ontologia do ser social objetiva explicar as origens e desenvolvimento da família; Já no terceiro capítulo adentramos no horizonte do segundo núcleo das diretrizes recuperando alguns elementos sócio-históricos da família no Brasil; por fim, no *quarto* capítulo, chegamos ao terceiro núcleo das diretrizes, recuperando a concepção de profissão, seu objeto e objetivo do trabalho, com vistas a indicar pistas para o trabalho com famílias na perspectiva do PEP.

## 2. OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DAS PRODUÇÕES TEÓRICAS SOBRE FAMÍLIAS NAS REVISTAS ‘A’ E ‘B’ DO SERVIÇO SOCIAL.

O objetivo geral que nos guiou durante toda a pesquisa foi: *Analisar a produção teórica do Serviço Social brasileiro sobre família publicada nos principais periódicos da profissão, a fim de identificar os fundamentos teórico-metodológicos das produções.* Nesse sentido, o objetivo desse capítulo é apresentar os resultados da nossa pesquisa.

Nossa exposição está organizada em dois momentos: a) Inicialmente apresentaremos as perspectivas teórico-metodológicas que foram anunciadas *abertamente* nos artigos; para, em seguida, apresentar b) as tendências presentes nos demais artigos que não foram anunciados, mas, a partir de nosso roteiro de análise dos dados construímos aproximações. Buscaremos contribuir – a partir de um esforço inicial - com a crítica sistematizada a tais tendências a partir da defesa dos fundamentos do serviço social na contemporaneidade, não só no presente capítulo como ao longo da monografia.

O método materialista histórico dialético bem como a teoria social marxiana solidificam os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade, conforme veremos ao longo do trabalho. E, portanto, consiste na matriz teórico-metodológica hegemônica explicativa da profissão, da sociedade, e da relação entre ambas hoje. Dessa forma, pressupomos que a profissão só pode ser entendida através do movimento histórico da sociedade, no processo complexo de reprodução das relações sociais.

A reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade social que envolve a reprodução de um modo de vida, dos valores culturais, políticos e também de como são reproduzidas as ideias na sociedade que determinam todas as relações sociais. Todo esse processo que envolve a totalidade social se manifesta “de forma complexa englobando a possibilidade do novo, do diverso, do contrário, da mudança” (YAZBEK, 2018, p. 49).

Nessa processualidade histórica se constituem as principais tendências do conhecimento que influenciam e estão presentes ao longo da história do Serviço Social brasileiro. Conforme sabemos, o movimento da sociedade e suas expressões no âmbito do pensamento social formam as bases teórico-metodológicas explicativas da realidade e de suas expressões nos diferentes campos do conhecimento humano. Nesses termos, algumas perspectivas teóricas reproduzem o real, objetivam explicações aproximadas da realidade, tornando-se um método de explicação do real. Assim também como perspectivas teóricas que, apesar de anunciarem a leitura da realidade a partir do real, partem do ponto de vista do *saber para o real*, na ideia equivocada que o conhecimento produz a realidade. Conforme compreendemos, “a atividade teórica apenas

transforma nossa consciência dos fatos, nossas ideias sobre as coisas, mas não as próprias coisas” (VÁZQUEZ, 2011, p.241).

Na área do Serviço Social, as matrizes explicativas da realidade podem acompanhar transformações sociais que englobem tendências com viés do capitalismo burguês, anticapitalistas, entre outras, que resultam em conflitos ético-políticos na profissão. Afinal, conforme sabemos, a mesma é permeada por várias tendências ao longo da história como: o positivismo, abordagem funcionalista, foucaultiana, as perspectivas marxistas (Gramsci, Marx, Lukács, Mészáros, Teoria Marxista da Dependência), o pensamento doutrinário, o pensamento conservador, dentre outros.

A análise dos artigos confirmou a existência de *várias perspectivas conflitantes* na profissão expressando fundamentos que coadunam com nossos princípios, como também tendências que vão à contramão de um trabalho profissional crítico com famílias. Ao mesmo tempo produções ecléticas que buscam conciliar tendências inconciliáveis, resultando em produções ecléticas, conforme outras pesquisas já vem identificando (HORST, 2020). Abaixo apresentamos o quadro com os fundamentos identificados nos artigos analisados:

**Quadro 2 - Revistas A – Os fundamentos Teórico-Metodológicos dos artigos.**

<b>Fundamentos Teórico-Metodológicos</b>	<b>Quantitativo</b>
Teoria Sistêmica-Psicanalítica	1
Teoria da Normatividade/Estabilidade-conflito/Transformação.	1
Perspectiva da Gerontologia	1
Teoria da Representação Social	1
Sociologia de Berger e Luckmann.	1
Empirismo	2
Foucault/genealógica	3
Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough	1
Fundamentos do Serviço Social	9
Perspectivas pela Política social	21

**Quadro 3 - Revistas B – Os fundamentos Teórico-Metodológicos dos artigos.**

<b>Fundamentos Teórico-Metodológicos</b>	<b>Quantitativo</b>
Teoria da Atitude/Pessoa de Ricoeur	1
Fundamentos do Serviço Social	7
Perspectivas pela Política Social	13

O interesse em desvendar e identificar as tendências presentes nas produções se dá pelo compromisso crítico assumido pela profissão nos últimos anos – e expresso em nosso código de ética – com a classe trabalhadora, com os usuários dos serviços sociais onde a profissão atua. Conforme nosso código de ética expressa, um dos princípios fundamentais é o “compromisso



com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. Nessa direção, acreditamos que são os fundamentos ontológicos, críticos, que garantem um exercício profissional competente (teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo), na perspectiva do projeto ético político. Afinal, conforme destacou Guerra (2015, p.61), somente “a apropriação de uma teoria que está na base da formulação desse código, teoria eminentemente crítica radical, que subsidie a leitura marxista dos princípios, é capaz de permitir uma correta apropriação dos princípios do PEP”.

Por isso, não se trata de um mero levantamento para desqualificação das outras produções, tendências, principalmente se considerarmos outro princípio fundamental do código de ética, qual seja: “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual”. Contudo, sabemos que pluralismo não significa ecletismo.

O pluralismo é fenômeno social e político que caracteriza o mundo burguês e, no terreno do conhecimento, é, em síntese, sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento de nossa posição e, de modo geral, da ciência (COUTINHO, 1991, p. 14).

Por isso, nosso compromisso é demarcar a importância de matrizes que tenham viés crítico-ontológico para a interpretação da realidade social, bem como para o exercício profissional de assistentes sociais. Destacando o acento do diálogo plural entre tendências *democráticas*. Sendo assim, não se podem articular tendências inconciliáveis em nome do pluralismo.

Assim, a necessária abertura para o diferente não pode significar a aceitação de qualquer coisa, sendo eclética aquela posição que não segue sistema algum, buscando elementos em diversas teorias, escolhendo de cada uma a parte que parece mais próxima do que se pretende defender (YAZBEK, 2018, p. 51).

Dito isso, cabe ressaltar que passaremos a apresentação das tendências teóricas identificadas, conscientes que serão nas pesquisas futuras que teremos melhores condições para o aprofundamento e investigação de tais tendências. No momento cabe apenas apresentá-las a partir de aproximações gerais.

## **2.1. As perspectivas teórico-metodológicas que foram anunciadas *abertamente* nos artigos.**

### ***A Teoria Sistêmica-Psicanalítica***

A Teoria Geral dos Sistemas foi desenvolvida por Ludwig Von Bertalanffy, na década de 1930 e pretendia explicar os eventos complexos da realidade. Para o autor, o mundo real é composto por sistemas, que são conjuntos de elementos interdependentes, sendo que para

compreensão do funcionamento da realidade, esses elementos não podem ser investigados de forma isolada.

A teoria sistêmica, segundo Motta (2008), tem seguido os passos da física quântica, devido a transformações na visão de mundo, onde passou de concepção linear mecanicista a uma visão holística e ecológica. Trata-se a visão holística, da captação de uma imagem única e sintética de todos os elementos, que normalmente podem ser relacionados a visões parciais. O complexo desta convicção é de que a propriedade de um sistema que se trate das relações humanas ou de outros organismos não podem ser explicados apenas pela soma de seus componentes, de acordo com a autora “a visão holística pode ser considerada uma forma de perceber a realidade, podendo ser aplicada em qualquer área do conhecimento, vê o mundo como um todo integrado, como organismo” (MOTTA, 2008, p. 306).

Esta perspectiva, se encontra voltada para área da psicologia e pode ser compreendida como decorrência da articulação das teorias clássicas, do pensamento técnico com os da teoria comportamental, sua abordagem se articula aos fatores sociais e a sua interpretação. Sendo assim, a teoria dos sistemas, busca explicar que os elementos ao se interagir se influenciam mutuamente para que os objetivos e equilíbrios sejam alcançados. Ou seja, um sistema é um complexo de elementos em constante estado de interação mútua, como por exemplo, o sistema familiar, o indivíduo e a sociedade, a concepção sistêmica baseiam-se na “consciência do estado de inter-relação e de interdependência essencial a todos os fenômenos físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais, formando redes” (MOTTA, 2008, p. 306).

A interação entre as partes acontece por esses elementos se articularem dentro de um mesmo padrão configurado como totalidade, essa interação exerce influência sobre os demais e nem sempre se torna perceptível ou captado no processo das relações. O todo emerge independente das partes, qualquer organismo é uma totalidade integrada e um sistema vivo é uma totalidade, cujas raízes específicas resultam das interações e interdependência de suas partes:

Segundo Capra, o pensamento sistêmico é um pensamento “contextual”: as relações são contextualizadas e encontram-se conectadas como uma teia, a teia da vida - “sempre que olhamos para a vida, olhamos para redes”, redes conectadas com nodos com redes menores, num sentido de entrelaçamento e interdependência entre os fenômenos. O sistema vivo, desde organismos, parte de organismos ou comunidades de organismos, todos seus componentes estão arranjados na maneira de redes (MOTTA, 2008, p. 306).

A terapia familiar tem suas bases na teoria sistêmica, essa compreende a família como um *sistema* em constante transformação e acreditam que como um sistema complexo, pode

auxiliar na compreensão do *comportamento organizacional* uma vez que se influenciam mutuamente.

Nesse contexto, o embasamento sistêmico se mostra útil para pensar as famílias e os casais cujo processo de separação conjugal litigioso foi o motivo do encaminhamento. Ao compreender essas famílias como sistemas, amplia-se o olhar sobre as mesmas, *corresponsabiliza-se* os membros da família pelo modo de relacionamento estabelecido e questiona-se a problemática apresentada, explorando o que está por trás do conflito. Realizar intervenções de modo a modificar os padrões de interação *disfuncionais* tem se mostrado benéfico, pois ao desenvolver formas de relacionamento mais funcionais, o sistema se mostra mais saudável (BOLZE, BUENO, CREPALDI, GOMES, 2014, p. 13, grifos nossos).

Segundo Guerra (2019), a teoria sistêmica vem organizando as políticas sociais, especialmente as de Seguridade Social, através da perspectiva da concepção de sistemas e apresentam orientações práticas pretensamente neutras e burocrático-formais que realizam um enquadramento do profissional. Aponta, que as Políticas de Seguridade Social se apropriam de todas as terminologias da Teoria Sistêmica, referências estranhas a formação profissional do Serviço Social, sendo algumas delas “*interdependência recíproca, integração de ações, conectividade, ordenação, integralidade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, sinergia, resiliência, redes sociais, micro e macro sistemas*” (GUERRA, 2019, p. 122).

Já a teoria psicanalítica foi desenvolvida inicialmente por Freud, que em 1923, em seu trabalho *Dois artigos de enciclopédia: psicanálise e teoria da libido*, define a psicanálise como um método de investigação dos processos mentais, um mecanismo de tratamento e uma disciplina científica. Freud acreditava que se tratando da psicanálise, deveria existir uma união entre curar e investigar.

Inicialmente, a psicanálise se confundia com a psicoterapia, designada para qualquer tratamento realizado com ações e objetivos psicológicos, onde o próprio Freud, não delimitava distinção entre as mesmas, empregando ambas para caracterizar o método de tratamento que desenvolvia e utilizava a expressão *terapia psicanalítica*, posteriormente, passa a distinguir as duas e caracteriza a psicanálise como uma ciência, conforme é demonstrado:

O termo “psicanálise”, por sua vez, alude unicamente àquela modalidade de tratamento que se restringe aos referenciais e fundamentos da ciência psicanalítica tal como ela foi legada por Freud, isto é, o terapeuta trabalha essencialmente com a noção dos princípios e leis que regem o inconsciente dinâmico, e a prática clínica conserva uma obediência aos requisitos psicanalíticos básicos, tais como a instituição e a manutenção de um setting adequado, uma atenção prioritária na existência de um campo analítico, com as respectivas resistências, transferências, contratransferência, além de uma continuada atividade interpretativa (ZIMERMAN, 2007, p. 32).

A psicanálise se transformou ao longo do tempo e atualmente pode ser dividida em três modelos: a ortodoxa, a clássica e a contemporânea. A ortodoxa pode ser compreendida como:

A psicanálise ortodoxa, que caracteriza aquela que foi praticada por Freud e algumas gerações de seguidores, privilegiava mais o aspecto da investigação dos processos psíquicos, sendo que essa foi uma das razões por que os sonhos constituíam o que de

mais precioso o paciente poderia trazer para o analista, e a análise desses sonhos ocupava um exame longo e meticuloso de cada detalhe (ZIMERMAN, 2007, p. 63).

O enfoque da análise se centrava nos desejos proibidos, reprimidos no inconsciente. Já a clássica, é demarcada com um novo giro de mudanças:

O período da psicanálise clássica coincide com a abertura de novas correntes de pensamento psicanalítico, algo diferenciadas dos postulados freudianos. Possivelmente como uma forma de criar e preservar uma identidade própria para a psicanálise, existia uma diferença bem mais rígida do que a que existe atualmente entre psicanálise e terapia psicanalítica. Na literatura psicanalítica, começa a transparecer a presença de uma crescente e forte valorização dos aspectos referentes ao desenvolvimento emocional primitivo (ZIMERMAN, 2007, p. 64).

Abarcou a psicanálise clássica, neste cenário, pacientes em condições psicóticas. O foco do maior interesse do analista passou a ser o da interpretação das emoções arcaicas e fantasias inconscientes. Por fim:

A psicanálise contemporânea, por sua vez, prioriza os vínculos – emocionais e relacionais – de amor, ódio e conhecimento, que permanentemente permeiam a dupla analítica. O modelo utilizado para essa inter-relação analítica guarda semelhança (o que não quer dizer igualdade) com aquele que caracteriza a primitiva relação da mãe com o seu bebê, e vice-versa; assim, os psicanalistas atribuem uma importância bastante mais significativa à influência da mãe real, no psiquismo da criança. Da mesma maneira, é cada vez maior a crença de que a “pessoa real” do analista exerce uma marcante influência na evolução da análise (ZIMERMAN, 2007, p. 64).

A psicanálise contemporânea passou a se embebedar de outras áreas do saber, como a linguística, a teoria sistêmica, as neurociências, a psicofarmacologia, etologia, etc. A teoria sistêmica e psicanalítica se coloca como relevante para o processo de compreensão da família e historicamente assistentes sociais vem reivindicando tais perspectivas como possibilidade de realizar inclusive terapia no exercício profissional com famílias<sup>3</sup>. Prática vedada no âmbito do serviço social brasileiro, conforme podemos identificar na resolução CFESS, número 569, de 25 de março de 2010, que dispõe sobre a Vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social.

Além dessa frente, tais tendências – que compareceram juntas no artigo – vem se apresentando como vertentes teóricas que sustentam a defesa do chamado “Serviço Social clínico<sup>4</sup>” (CFESS, 2008; VASCONCELOS, 2015). Por ora, reforçamos o posicionamento construído pelo Conselho Federal de Serviço Social e demarcamos que para o objeto, objetivo e concepção de profissão que defendemos tais perspectivas não contribuem para o trabalho com famílias.

<sup>3</sup> Ver: <http://www.cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS569-2010.pdf>.

<sup>4</sup> Para saber mais: Revista ‘Em foco’: O Serviço Social Clínico e o projeto ético-político do Serviço Social. CRESS – 7ª Região/Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, Maio/2003. Revista ‘Em Foco’: Atribuições privativas do Assistente Social e o “Serviço Social Clínico”. CRESS – 7ª Região/ Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, Maio/2004. Também: Vasconcelos (2015).

A dimensão subjetiva não é negada no trabalho do assistente social. Mas não é atribuição privativa, nem tampouco competência deste profissional, realizar um trabalho terapêutico, fazendo da “psi” e da clínica, a base da sua intervenção profissional, não encontrando respaldo no estatuto legal da profissão e no arcabouço teórico metodológico consolidado nas últimas décadas (CFESS, 2008, p.16).

### ***Teoria da Normatividade e perspectiva da Estabilidade-conflito/Transformação.***

Esta vertente teórica, a normatividade/estabilidade, tem ancoragem no pensamento de Durkheim e tem como princípio de que a sociedade é um todo integrado e o acordo ideológico-moral é um pressuposto da existência social do homem. A teoria abarca evidências da importância de valores e normas para a conservação e bom funcionamento da sociedade.

A segunda corrente teórica, conflito/transformação, parte do princípio que o consenso ideológico-moral não é algo dado a priori e nem existe enquanto totalidade. Nos artigos, ambas apareceram conjuntas e se apresenta, segundo os autores, como possível para a leitura das famílias. Aqui cabe destacar as reflexões apresentadas por Miotto (2003), ao tentar qualificar tais perspectivas.

Enquanto o eixo da normatividade/estabilidade, ao centrar a análise dos atos de violência nas condutas individuais devido a problemas no processo de integração e controle social, coloca a família no centro do processo de produção da violência. Ao passo que a vertente orientada pela base do conflito e da transformação coloca a geração dos comportamentos violentos como decorrentes da própria estrutura social (MIOTTO, 2003, p.99).

### ***A Perspectiva da Gerontologia***

A Gerontologia é considerada uma ciência que estuda a velhice e o envelhecimento humano. Busca evidenciar os aspectos biológicos, sociais, psíquicos, legais, éticos, promovendo produções teóricas que possam evidenciar os fatores envolvidos na gênese do envelhecer. Conforme demonstrou Campelo e Paiva (2012), este campo do conhecimento científico está em disputa pela perspectiva da gerontologia tradicional positivista com fundamentos também na área sistêmica, donde a expressão de uma perspectiva conservadora. Segundo os autores, é preciso trabalhar em uma perspectiva da gerontologia social *crítica*, buscando inserir o debate sobre o envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social.

As reflexões em torno do processo do envelhecimento humano, abrange os aspectos biológicos, psicológicos, sociais, culturais e demográficos, contudo, nem todas as análises e interpretações do fenômeno são possíveis de acontecer de forma isolada, fragmentada ao aspecto da tradição positivista, funcionalistas ou sistêmicas que inviabilizam as análises como um todo, das quais, investigam o processo do envelhecimento de maneira limitada, sem considerar a totalidade, que quando ignorada, tende a naturalizar o fenômeno. Sendo assim, não possibilita condições metodológicas de superar a imediatividade:

[...] a gerontologia desenvolveu-se em três planos: biológico, psicológico e social. Em todos esses domínios ela é fiel a um mesmo posicionamento positivista; não se trata de explicar por que os fenômenos se produzem, mas descrever sinteticamente, com a maior exatidão possível, suas manifestações (VIEIRA; TEIXEIRA, 2020, p. 274).

Na contramão dessas tendências, o que a Gerontologia social crítica vem destacando e buscando evidenciar é que o estudo tradicional sobre o envelhecimento se deu de forma escassa em pontuar os termos dos fatores sócio-histórico deste processo “é possível identificar o quanto tal ciência desconsidera as especificidades do envelhecimento do trabalhador e da sua condição identitária (gênero, raça, etnia) no modo de viver, experimentar e representar a velhice” (VIEIRA; TEIXEIRA, 2020, p. 268).

Se tratando de um campo em disputa, a objetividade, neutralidade e imparcialidade se faz presente no campo da Gerontologia positivista que têm impactos sobre as construções teórico-metodológicas no campo do envelhecimento humano, mascarando, naturalizando e particularizando as consequências geradas através da exploração de classe e opressões socialmente criadas em torno da velhice. Assim, o que se destaca é que a Gerontologia e a Geriatria são resultantes de uma *ideologia da velhice*, utilizada como instrumento de dominação na área de produção do conhecimento.

A corrente denominada de Gerontologia Social Crítica vem crescendo e possui o diferencial da abordagem do envelhecimento na perspectiva da totalidade social. Por isso, as análises fundamentadas no materialismo histórico-dialético vêm ganhando volume e legitimidade social e científica. Trata-se de um modo de compreender a velhice como um fenômeno socialmente construído, na integração com fatores biológicos, psicológicos e sociais, sob as determinações de um determinado tipo de sociedade (VIEIRA; TEIXEIRA, 2020, p. 268).

O envelhecimento não pode ser analisado de forma separada dos condicionantes do modo de vida sustentado pelos desdobramentos do sistema capitalista, que adocece cotidianamente a vida das famílias da classe trabalhadora. A Gerontologia social crítica tem feito o chamado para as contribuições do Serviço Social para discussões e construções de alternativas mais próximas da realidade, visando formas que sejam capazes de superar a imediatividade e o caráter singular das mediações empírica de análises. Como sinalizado, o envelhecimento é um processo complexo que precisa ser investigado do ponto de vista crítico, uma vez que:

O envelhecimento é um processo biopsicossocial, multidimensional, heterogêneo, uma vez que as pessoas não são resultado apenas dos determinantes biológicos, mas, essencialmente, das suas condições de vida e trabalho que incidirão em aspectos relacionados à renda, à educação, ao estado de saúde, às incapacidades, dentre outros (VIEIRA; TEIXEIRA, 2020, p. 269).

Portanto, no que tange a possibilidade de construir o trabalho com famílias e a produção teórica sobre envelhecimento e família, na contramão da perspectiva conservadora da gerontologia, apostamos na gerontologia crítica em seus aprofundamentos sobre o envelhecimento. Tal perspectiva objetiva evidenciar as desigualdades sociais, contudo, estudos

tem demonstrado que no âmbito da profissão do Serviço Social, a aproximação com a gerontologia não tem sido na direção crítica, prevalecendo a direção da gerontologia social conservadora. Por isso, segundo a autora, “é vislumbrada a possibilidade de contribuir para a produção de conhecimento do Serviço Social no campo da Gerontologia Social, afirmando a perspectiva da ontologia do ser social, em acordo com o projeto ético-político hegemônico dessa categoria profissional, o que significa focar o estudo do envelhecimento humano no marco da racionalidade dada pela razão dialética” (CAMPELO E PAIVA, 2012, p. 12).

### ***A Teoria da Representação Social***

A teoria da representação social apresentada por Serge Moscovici investiga a inter-relação entre sujeito e objeto e, a partir daí, como se desenvolve o processo de construção do conhecimento, no campo individual e coletivo na construção das representações sociais. A representação social se relaciona a forma dos sujeitos sociais avaliarem um objeto e construir através dessa interpretação um significado, tal entendimento sobre o objeto é semeado e compartilhado em grupo.

Essa representação de uma coisa, um estado, consiste em organização, junção e filtração do que vai ser reintroduzido e reaprendido, tomando conhecimento do novo e causando mudanças na sociedade. Dessa forma, a teoria da representação pode ser entendida como a articulação de informações, imagens, opiniões e valores, em relação ao objeto que esteja sendo analisado. A representação por outro lado, é também caracterizado como um processo, uma técnica de captar a realidade e de construção dessa realidade:

Nesse sentido, a Teoria das Representações Sociais elaborada por Moscovici é uma teoria que pode ser abordada em termos de produto e em termos de processo, pois a representação é, ao mesmo tempo, o produto e o processo de uma *atividade mental* pela qual um indivíduo ou um grupo reconstitui o real, *confrontando e atribuindo uma significação específica* (CROSOÉ, 2004, p. 107 apud ABRIC, 1994, p. 188).

Essa teoria volta-se para o conteúdo das representações e abre o espaço para o conhecimento de senso comum que possibilita aos indivíduos analisarem a sociedade e a partir daí, se orientarem, na medida em que, ao se depararem com o novo, o representam e criam uma teoria que vai orientar suas ações e comportamentos:

A Teoria das Representações Sociais abordada em termos de processo consiste em saber como se constroem as representações, como se dá à incorporação do novo, do não familiar, aos universos consensuais. Nesse sentido, para Moscovici, a construção das representações envolve dois processos formadores: a ancoragem e a objetivação. Assim, conforme Sá, “o processo é responsável pelo enraizamento social da representação e de seu objeto” (CROSOÉ, 2004, p. 107 apud SÁ, 1995, p. 38).

### ***A Sociologia de Berger e Luckmann.***

A Construção Social da Realidade é um livro escrito por Peter Berger e Thomas Luckmann, com o título original 'The Social Construction of Reality', de 1966. Os autores partem pela sociologia para discorrer sobre os problemas do mundo e seus fundamentos na vida cotidiana. A realidade é tomada como verdade, que os indivíduos percebem com os seus *sentidos*. As relações sociais onde o indivíduo está inserido é que define o modo como o mesmo interage com aquilo que socialmente *acredita ser a realidade*.

A sociedade para os autores é uma realidade objetiva, concreta e subjetiva, tomada por diversos conhecimentos. Sendo assim, os indivíduos são os *responsáveis* por construir seus próprios conhecimentos da realidade, nesta direção, constroem diversas maneiras de interação com a sociedade, mas cada ser está inserido em sua realidade cotidiana. Contudo, a realidade se dá de maneira diversa para cada indivíduo de uma determinada região, pessoas que nasceram e foram criados em determinados lugares terá uma captação da realidade de maneira extremamente distinta de outras regiões.

A construção da realidade demonstra que através do processo de interiorização é que os indivíduos passam a serem membros da sociedade, se tornam semelhantes e podem a partir daí, criar e recriar este mundo. A realidade cotidiana no campo objetivo é sinalizado pelos autores como campo da institucionalização e legitimação, enquanto o subjetivo é responsável pela interiorização da realidade objetiva. Outro apontamento por essa tendência é que os padrões da sociedade são agentes que fazem a conexão entre os indivíduos, no pensamento dos autores, é a atuação do macro em relação ao micro. Esses padrões evidenciados na obra são referenciais determinados pela institucionalização, tradições e dos papéis interligados por meio da legitimação. A institucionalização é o elemento de encaixe aos hábitos, sendo o fator de acomodação entre as pessoas (VASCON, 2018, p. 23).

Em relação às tradições, à linguagem é recorrida como método de disseminação das experiências. As experiências já constituídas e estabelecidas devem ser, portanto, transmitidas para a inculcação as futuras gerações para que não se perca a realidade vigente. Por fim, dentro desta construção de padrões da realidade, os papéis possuem um duplo caráter, de essencial importância para as instituições, irá representa-la como legitima-la. Ou seja, os papéis são os exemplos mais claros de interiorizações da realidade subjetiva aplicada à realidade objetiva. Os autores evidenciam a através da legitimação a perpetuação da realidade de uma classe. Diante estes mecanismos se sobressai a exclusão dos indivíduos que não se encaixam ao modelo esperado, ou que se opõem a uma realidade; e a legitimação via organizações (VASCON, 2018).



## ***O Empirismo***

O empirismo é uma metodologia científica onde todas as hipóteses e teorias deveriam ser testadas experimentalmente, a pesquisa empírica trata-se de uma experiência. Acredita-se que todo conhecimento deriva da experiência, percepções, sensações, intuição e observações. O empirismo alia-se ao positivismo e se caracteriza como o conhecimento baseado na experiência sensível, sendo a teoria através de sua experiência a única legítima fonte de informação acerca do mundo. Conforme já explicitou Guerra (2012, p.48).

Na dimensão técnico-instrumental, procedimentos de ultrageneralização, com base na experiência, na empiria, com vistas à manipulação de variáveis do contexto dos usuários, são frequentemente adotados pelos assistentes sociais. Tais procedimentos pautam-se por uma forma de captar a realidade e de intervir sobre ela. Nestes procedimentos, a centralidade nas experiências anteriores obscurece o que a realidade em questão apresenta de novo. Baseia-se nos pressupostos teórico-metodológicos de estender os resultados da observação de alguns casos ao conjunto dos casos possíveis, comum ao método positivista.

## ***A perspectiva Michel Foucault***

A teoria de Foucault investiga a história da ciência para estudar como as estruturas dessa teoria se constituíam como forma, como os indivíduos imaginavam o conhecimento e o saber. O método genealógico é também um instrumental de Foucault utilizado para as questões relativas aos dispositivos de poder, além de premissas estruturalistas, baseadas em Lévi-Strauss. Conforme apresentou Yazbek sua obra esta organizada em três grandes frentes: Arqueologia; Genealogia e Conduta individual e construção do sujeito ético. Tal perspectiva, conforme apresentada em um dos artigos volta-se para um:

Empreendimento genealógico que busca recuperar o que está por trás da configuração de determinados dispositivos que se formam paralelamente às estruturas normais e legais de uma determinada prática (SANTOS, 2017, p. 399 apud FOUCAULT, 1999).

No que envolve a área do Serviço Social, as teorias do autor se dão em estudos principalmente sobre instituições de poderes como presídios, clínicas, hospitais e dentre outros espaços de domínio e poder que se insere o trabalho do assistente social (YAZBEK, 2018). Trata-se de um autor polêmico no âmbito do Serviço Social brasileiro que vem exigindo aprofundamentos e estudos diante de possíveis possibilidades de diálogos críticos entre a tradição crítica e a produção teórica foucaultiana, conforme defendido por alguns assistentes sociais. Nas palavras de Rodrigues (2006), Foucault deve ser caracterizado como um autor *proto pós-moderno*, já que o projeto foucaultiano deve ser entendido como uma resposta reacionária à fase mais desenvolvida da dialética de sua época, portanto, confrontando abertamente com a tendência crítica construída pelo serviço social brasileiro.

## ***A análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough***

A análise crítica do discurso é uma perspectiva teórica sobre a língua e, de modo geral, sobre a semiose que inclui a linguagem visual e linguagem corporal como elemento do processo social material, que possibilita a análise mais ampla sobre o processo social. A linguística consiste em analisar a construção das frases, já a social, consiste em encaixar o discurso ouvido nas relações sociais atuais, interpretando e compreendendo os significados presentes nele. Esta perspectiva se interliga com outras teorias e modelos sociais.

A semiose inclui todas as formas de construção de sentidos como as imagens, a linguagem corporal e língua em si. A perspectiva estuda como a vida social é uma rede interconectada de práticas sociais econômicas, políticas e culturais, todas fazem parte do elemento semiótico. Esta teoria é a análise das relações dialéticas entre semioses (inclusive a língua) e outros elementos das práticas sociais como atividade produtiva, meios de produção, relações sociais e dentre outros. Conforme destacou o artigo que referência tal tendência teórica:

A concepção de práticas sociais no permite combinar as perspectivas de estrutura e de ação – uma prática é, por um lado, uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturada; e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las. Todas são práticas de produção, arenas dentro das quais a vida social é produzida, seja ela econômica, política, cultural ou cotidiana (FAIRCLOUGH; MELO, 2012, p. 308).

Essa abordagem teórica tem como objeto o discurso e o vê como uma prática social, dessa forma, as pessoas podem atuar sobre o mundo e sobre os outros indivíduos, nesta lógica, a análise crítica do discurso busca descobrir e demonstrar algo que está implícito, não aceitando a “naturalização” dos processos das relações sociais, permitindo que as ideologias dominantes bem como sua dominação instituída sejam reveladas, sendo assim, nas palavras do autor:

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como efeito da primeira. [...] O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2008, p. 90).

O discurso enquanto prática social é influenciado por ideologias existentes, nesse contexto, é capaz de representar hegemonias ideológicas, políticas, econômicas etc como estamos vivenciando recentemente. Desta maneira a análise crítica do discurso acredita que pode ser transformando as relações de poder e as entidades coletivas através da análise.

A análise crítica do discurso parte de um caráter interpretativo, ou seja, não existe uma forma preestabelecida para estabelecer à análise, além disso, abrange várias disciplinas, como

sociologia, linguística, psicologia, comunicação e filosofia. Um fator que caracteriza este método de investigação e demonstra a necessidade de atenção a tal corrente é o fato de por longos anos, ser desenvolvida e orientada pela hegemonia positivista e funcionalista, que ainda se faz predominante neste campo de estudos. Contudo, essa vertente tem buscado romper com essa hegemonia, e questionar alguns elementos desses estudos, ganhando força os chamados Estudos Organizacionais Críticos, com bases nos princípios da teoria crítica.

### ***Teoria da atitude/pessoa de Paul Ricoeur***

Segundo Nalli (2006), o autor se baseia na perspectiva de Edmund Husserl, de quem “se apropria de elementos da filosofia husserliana em seu projeto hermenêutico”, para desenvolver sua perspectiva teórico-metodológica vinculada a Fenomenologia e a Hermenêutica. Ao mesmo tempo que elabora novas perspectivas, criticando parte das tendências fenomenológicas.

Entretanto, as críticas hermenêuticas de Ricoeur ao idealismo husserliano não podem ser interpretadas como uma crítica radical, do tipo que refuta todo um corpo teórico. A crítica Ricoeuriana consiste muito mais apropriadamente numa recuperação da filosofia husserliana sem deixar de lhe ser crítica, isto é, no sentido de refutar seu idealismo. Ricoeur rompe com a filosofia husserliana mas não com seu método e sua teoria. De maneira mais clara: Ricoeur se apropria tanto da análise intencional (o método) quanto da teoria da constituição do sentido; mas dispensa os pressupostos idealistas de Husserl.<sup>10</sup> É exatamente em sua relação com a fenomenologia husserliana que se pode definir o empreendimento de Ricoeur nos seguintes termos: "ele tende a se desfazer do idealismo transcendental em proveito de uma hermenêutica dos textos, a qual implica uma forma de desapropriação do eu [je], em proveito de uma reapropriação do si [soi]" (Stevens, 1990, p.11). (NALLI, 2006, S/P).

## **2.2. As perspectivas teórico-metodológicas que *não* foram anunciadas abertamente nos artigos**

Na presente pesquisa, devido a grande quantidade de trabalhos que debatem família a partir da discussão sobre a política social, optamos por tentar identificar nas produções que não informaram seus fundamentos a priori, portanto não se aproximavam ‘diretamente’ aos fundamentos do Serviço Social e nem de outras tendências, se as mesmas se aproximavam e/ou foram construídas pelo debate da política social.

Sendo assim passamos a identificar três grandes tendências, pela via: 1) das normativas e legislações das próprias políticas sem diálogos e mediações com a profissão; 2) via debate crítico onde se ancora: a) o debate marxista da política social; b) e/ou a crítica do familismo; c) e/ou a partir dos estudos da formação social brasileira; e também 3) artigos que perpassam por ambas as perspectivas.

A Política Social é uma mediação central no trabalho profissional, pois são resultados das formas do Estado enfrentar a “questão social” e suas expressões. Contudo, entendemos que o debate da mesma por si só, não expressa os fundamentos do Serviço Social.

Abarcando grande parte das produções sobre a família, acreditamos que tal efeito se dá pela centralidade que as famílias passaram a ocupar na Política Social brasileira, hegemonicamente familista. Cabe destacar que a política social não é entendida aqui como uma ‘tendência teórico-metodológica’. Na verdade as diversas tendências buscam explicar a política social das mais variadas formas. A política social faz parte dos processos sócio-históricos e se caracteriza por seu caráter contraditório entre Estado e a classe trabalhadora no mecanismo de acesso de bens e serviços essenciais para a efetivação da cidadania, bem como para o controle da força de trabalho.

O que temos assistido na profissão é um movimento onde os documentos e legislações das políticas sociais são incorporadas como fundamentos da profissão no cotidiano do trabalho, tornando-se conteúdo da profissão. Há uma aparência de neutralidade, cujas normas, procedimentos técnico-operativos, e valores aparecem como despossuídas de direção social e teórica. Quando na verdade grande parte dos documentos e legislações tem como determinação central teorias e métodos da teoria geral dos sistemas, da terapia familiar, dentre outras perspectivas, além de se constituírem como conteúdos profundamente ecléticos (GUERRA, 2019). Nessa direção, concordamos que:

As políticas sociais devem contemplar o conhecimento técnico-científico das profissões envolvidas e não pautar esse conhecimento. Devem contemplar as atribuições e competências para as quais as profissões foram formadas e não definir atribuições e competências ou impor as respostas que as profissões devem dar às demandas institucionais. Para que profissionais possam contribuir para a resolutividade das ações programáticas e emergenciais, precisam reunir determinadas características, ter determinados conhecimentos, dominar determinados instrumentos, pautarem-se em determinados valores e ter autonomia (GUERRA, 2019, p.121).

A política social é o resultado das estratégias do Estado em enfrentar a chamada “questão social”, por meio de uma conciliação entre interesses do capital em assegurar suas condições de expansão, por meio da coerção e consenso. O Serviço Social Brasileiro, através das produções teóricas bibliográficas, tem demonstrado um amplo avanço no tratamento das políticas sociais, contudo, é sabido que a relação entre Serviço Social e Política Social ainda se confunde no fazer profissional. Tal fato ocorre não pela ausência de produções<sup>5</sup> sobre a política social e o Serviço Social, mas sim, pela escassez em pesquisas que se proponham a investigar

---

<sup>5</sup> A nossa análise das produções teóricas comprova essa afirmação, onde nos deparamos com a construção de artigos pela via da política social crítica/familista e formação sócia histórica, como também, artigos que se sustentaram somente pela via da legislação e, artigos que foram construídos por ambas categorias.

a íntima relação do Serviço Social nas políticas sociais, com um viés de desvelamento da profissão no ceio destas políticas.

[...] se a íntima relação entre Serviço Social e Política Social é uma constatação inquestionável, também o é o fato de que na formação profissional nosso investimento é muito maior em conhecer as políticas sociais e menos em desvelar, analisar, debater, produzir conhecimento sobre o Serviço Social, sobre o exercício profissional nas políticas (GUERRA, 2019, p. 115).

Nesse âmbito, vivenciamos no conjunto da profissão/formação o desafio de saber distinguir a profissão da política, essa clareza se faz necessário para que se possa compreender o perfil dos profissionais acionados pelas políticas, tanto de seguridade social como da assistência, que tem se voltado para o técnico genérico e não para o profissional articulado as diretrizes curriculares. As determinações da política sobre a profissão podem limitar a intervenção profissional, apagando a autonomia que a categoria profissional carrega em seu amadurecimento histórico, desenvolvendo respostas imediatas, emergenciais e focalizadas que se tornam mecanicistas e se desvinculam da criticidade de se pensar articulações sobre essas demandas, uma vez que:

Atuamos, mas nem sempre identificamos os fundamentos sócio-históricos que determinam as demandas institucionais e a dos usuários. Nem sempre temos claro a que necessidades elas respondem. Não percebemos os vínculos que unem as demandas do trabalho as do capital. As demandas realizam as necessidades do grande capital sob aparência do atendimento as necessidades do trabalho (GUERRA, 2019, p. 116)

Portanto, defendemos uma formação que qualifique a intervenção profissional, para que condicione estratégias de enfrentamento para os limites postos, possibilitando uma visão crítica para a articulação com as políticas sociais *capaz de captar seus fundamentos, suas determinações e impactos no exercício profissional* (GUERRA,2019).

Defendemos que a política não pode estar desarticulada da teoria social que é base estruturante da formação e esta amarrada ao Projeto Ético Político. A política restrita a um treinamento de como ser executada, sem nenhuma perspectiva em desvendar o real e seus desdobramentos econômicos, políticos e social tende a resgate de um Serviço Social conservador.

Na contramão dessas tendências no âmbito da produção do conhecimento da profissão contamos com uma perspectiva de estudos sobre a política social que toma o materialismo histórico dialético como chave central para compreendê-la, principalmente na mediação com a profissão. Tal acúmulo e direção crítica demarca uma importante responsabilidade da profissão no Brasil com o tema da política social, conforme demonstram Behring e Boschetti (2016).

Na direção crítica, também temos os trabalhos que são construídos a partir da crítica ao familismo, como tendência ideológica de responsabilização das famílias que vivem da venda

da força de trabalho, pela responsabilidade natural de cuidar dos seus membros (MIOTO; CAMPOS; CARLOTO, 2015).

E também as perspectivas que recuperam a processualidade histórica a partir da nossa formação social brasileira e suas determinações históricas de negação de direitos, sustentadas por perspectivas conservadoras do patriarcalismo, patrimonialismo, ideologia da ajuda, etc. (MORAES; 2020; BONFIM, 2015).

Apresentadas a partir de trações gerais, num movimento bem inicial de aproximação com as tendências, passaremos a uma síntese a partir de cada revista. O método de busca foi o mesmo desenvolvido em todas as revistas, sendo assim: 1º passo: busca pelos artigos nas revistas que continham as palavras-chaves no título. 2º passo: leitura dos resumos e palavras-chave que discutiam diretamente sobre família. 3º passo: leitura completa dos artigos que permaneceram<sup>6</sup>. Posteriormente, os textos que não informaram os fundamentos foram divididos entre dois grupos: A) Os artigos que tem como objetivo a discussão da política social e B) Os artigos que tem como objetivo a discussão do trabalho profissional/Serviço Social/ Serviço Social com família.

Na *Revista Katalysis* identificamos 56 artigos. Foram selecionados 26, destes 10 permaneceram. Foi realizada a leitura completa dos 10 artigos. No que tange aos **artigos construídos a partir dos fundamentos da Política Social**, identificamos que somente 2 artigos apresentavam tais fundamentos, onde 1 foi construído diretamente pela via das normativas legislações/políticas; 1 pelo debate crítico da política social/critica do familismo/ pela formação brasileira. No que tange aos **artigos construídos a partir dos fundamentos do Serviço Social**, identificamos que 8 (oito) artigos foram construídos via discussão do trabalho profissional/Serviço Social/Serviço Social com família, onde *nenhum* apresentou a concepção de profissão e somente 1 apresentou o objeto de trabalho do Serviço Social.

Na *Revista Em Pauta*, foram identificados 25 artigos e somente 23 foram selecionados. Dos 23 artigos identificados 13 permaneceram. Foi realizado a leitura completa dos 13 artigos. No que tange aos **artigos construídos a partir do debate da política social**, identificamos no primeiro grupo que 8 (oito) artigos partiram da construção do debate acerca da política social, onde 4 (quatro) foram construídos diretamente pela via das normativas legislações/políticas; e os outros 4 (quatro) artigos pelo debate crítico da política social/crítica do familismo/ pela formação brasileira. Ainda 4 desses artigos apresentavam ambas as discussões. No que tange

---

<sup>6</sup> Como as demais tendências já foram apresentadas acima, não iremos retomar no presente trecho as mesmas. Portanto, quantitativamente os artigos que faltam são em relação as tendências apresentadas acima, das diversas revistas.

aos **artigos construídos a partir dos fundamentos do Serviço Social**, identificamos que 5 (*cinco*) artigos foram construídos via discussão do trabalho profissional/ Serviço Social/ Serviço Social com família, onde somente 1 apresentou a concepção de profissão e somente 2 apresentaram o objeto de trabalho do Serviço Social.

Na *Revista Ser Social*, chegamos ao total de 29 artigos e somente 15 foram selecionados, 9 permaneceram, sendo realizado a leitura completa. No que tange aos **artigos construídos a partir dos fundamentos da Política Social**, identificamos no primeiro grupo que 6 artigos partiram da construção do debate acerca da política social, onde 3 foram construídos diretamente pela via das normativas legislações/políticas; os outros 3 artigos pelo debate crítico da política social/critica do familismo/ pela formação brasileira e 2 desses artigos por ambas discussões. No que tange aos **artigos construídos a partir dos fundamentos do Serviço Social**, identificamos que 3 (três) artigos foram construídos via discussão do trabalho profissional/ Serviço Social/Serviço Social com família, onde *nenhum* apresentou a concepção de profissão e nem o *objeto de trabalho* do Serviço Social.

Na *Revista Políticas Públicas do Maranhão*, identificamos 67 artigos e somente 11 foram selecionados. Desses, apenas 4 permaneceram e foi realizado a leitura. No que tange aos **artigos construídos a partir dos fundamentos da Política Social**, identificamos no primeiro grupo que 2 artigos foram construídos via discussão da política social, onde 1 desses artigos foi construído diretamente pela via das normativas legislações/políticas, e o outro pelo debate crítico da política social/critica do familismo/ pela formação brasileira e nenhum partiram por ambas discussões. No que tange aos **artigos construídos a partir dos fundamentos do Serviço Social**, identificamos que nenhum artigo apresentou a concepção de profissão e também o objeto de trabalho do Serviço Social.

Na *Revista Textos e Contextos*, identificamos 59 artigos onde somente 34 foram selecionados. Dos 34 artigos identificados permaneceram 15. No que tange aos **artigos construídos a partir dos fundamentos da Política Social**, identificamos que 6 (*seis*) artigos partiram da construção do debate acerca da política social, onde 5 artigos foram construídos diretamente pela via das normativas legislações/políticas, 1 pelo debate crítico da política social/critica do familismo/pela formação brasileira e 3 desses artigos partiram por ambas discussões. No que tange aos **artigos construídos a partir dos fundamentos do Serviço Social**, identificamos que de 15 artigos analisados, somente 1 artigo apresentou a concepção de profissão; nenhum artigo apresentou o objeto de trabalho.

Na *Revista Serviço Social e Sociedade*, foram identificados 16 artigos e somente 13 foram selecionados, 6 (*seis*) permaneceram. No que tange aos **artigos construídos a partir**

**dos fundamentos da Política Social**, identificamos que 5 artigos partiram da construção do debate acerca da política social, onde 1 foi construído diretamente pela via das normativas legislações/políticas; 4 pelo debate crítico da política social/crítica do familismo/ pela formação brasileira e nenhum por ambas discussões. No que tange aos **artigos construídos a partir dos fundamentos do Serviço Social**, identificamos que somente 1 artigo foi construído via discussão do trabalho profissional/ Serviço Social/ Serviço Social com família, onde este apresentou a concepção de profissão e o objeto de trabalho do Serviço Social.

Na *Revista O Social em Questão*, foram identificados 35 artigos e somente 16 foram selecionados. Dos 16 artigos, realizamos a leitura de 12 artigos. No que tange aos **artigos construídos a partir dos fundamentos da Política Social**, identificamos que 6 artigos foram construídos via discussão da política social, onde nenhum foi construído diretamente pela via das normativas legislações/políticas; os 6 artigos partem do debate da política social/crítica do familismo/ pela formação brasileira e 2 por ambas discussões. No que tange aos **artigos construídos a partir dos fundamentos do Serviço Social**, identificamos que somente 1 artigo foi construído via discussão do trabalho profissional/ Serviço Social/ Serviço Social com família, onde este apresentou o objeto de trabalho do Serviço Social.

Na *Revista Temporalis*, foram identificados 18 artigos e somente 7 foram selecionados, sendo realizada a leitura completa de 6 artigos. No que tange aos **artigos construídos a partir dos fundamentos da Política Social**, identificamos no primeiro grupo que somente 1 artigo foi construído via discussão da política social, onde foi desenvolvido diretamente pela via do debate da política social/crítica do familismo/pela formação brasileira. No que tange aos **artigos construídos a partir dos fundamentos do Serviço Social**, identificamos que 5 artigos foram construídos via discussão do trabalho profissional/ Serviço Social/ Serviço Social com família, onde 2 artigos apresentaram o objeto de trabalho do Serviço Social e 1 a concepção de profissão.

Na *Revista Emancipação*, foram identificados 64 artigos e somente 21 foram selecionados, 12 permaneceram para leitura. No que tange aos **artigos construídos a partir dos fundamentos da Política Social**, identificamos que 6 artigos foram construídos via discussão da política social, política/crítica do familismo/pela formação brasileira. No que tange aos **artigos construídos a partir dos fundamentos do Serviço Social**, identificamos que somente 3 artigos foram construídos via discussão do trabalho profissional/Serviço Social/Serviço Social com família, onde 1 artigo apresentou o objeto de trabalho do Serviço Social e nenhum a concepção de profissão.

Frente a tais tendências que foram evidenciadas, iremos destacar nos próximos capítulos os fundamentos que defendemos como críticos para sustentar a formação profissional e o



trabalho qualificado com famílias na contemporaneidade, pautada pelo viés da tradição marxista que também dão subsídios para o trabalho profissional com famílias. Tais tendências críticas, ancoradas nos fundamentos também foram identificadas em parte dos artigos, que não foram expostos nesse capítulo inicial, pois serão desenvolvidos ao longo da monografia. Conforme identificamos, algumas tendências apresentadas ao longo do capítulo potencializam um trabalho crítico, outras vão à contramão do PEP, justamente por seus fundamentos conservadores. Ou ainda, aparentemente radicais (VASCONCELOS, 2015).

A ausência/negação da produção do conhecimento sobre família, em uma perspectiva ontológica, crítica é *uma* das implicações que vem resultando no conservadorismo na produção do conhecimento e no trabalho profissional com famílias. Afinal, o exercício profissional é permeado por diversas outras mediações que impactam na possibilidade do trabalho ser mediado pelo PEP. Diante da impossibilidade de apresentar as outras mediações que impactam no trabalho, na presente monografia estamos destacando os possíveis impactos da falta de produção teórica crítica para a produção teórica e o trabalho com famílias. Nesse sentido, a tarefa é construir uma direção para o debate a partir dos três núcleos das diretrizes curriculares.

As categorias que serão acionadas no próximo capítulo, como trabalho, ser social, capital, Estado, reprodução social, são as categorias fundamentais para o estudo e trabalho com famílias, que podem qualificar o trabalho com famílias e que não aparecem na maioria das produções. Além dessas categorias, é fundamental ao se tratar do Serviço Social com famílias, apresentar a concepção de profissão “como inscrita na divisão social e técnica do trabalho”, com uma dimensão “essencialmente política”, como nos adverte Yamamoto (2013, p. 134). Bem como o objeto de intervenção da categoria profissional que é a “questão social” e suas expressões. Sendo assim, nos próximos capítulos buscaremos desenvolver quais fundamentos defendemos para o debate sobre família.

### **3. FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO SER SOCIAL E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DA FAMÍLIA COMO UM COMPLEXO SOCIAL.**

O objetivo deste capítulo é apresentar os fundamentos ontológicos do ser social, traçando o desenvolvimento da humanidade a partir de elementos centrais, de modo que contribua para explicar os fundamentos críticos da origem e desenvolvimento da família. Desse modo, parte-se das bases marxistas para compreender a gênese do desenvolvimento de homens e mulheres, para se chegar na família, tendo esta última centralidade nas reflexões, devido a sua grande marca ao longo da história e do papel ideológico que cumpre na sociedade de classes capitalista.

Iniciaremos o capítulo através da categoria trabalho para explicitar mediações que contribuem na explicação dos fundamentos da família e de sua particularidade – monogâmica patriarcal burguesa, no capitalismo, uma vez que o trabalho determinou ao longo da história as

relações sociais entre os indivíduos. Ou seja, as diversas formas de organizações familiares, evidenciam que a família nuclear que estruturou a sociedade ocidental em algumas épocas nem sempre existiu e é uma construção humana que se desenvolveu por determinações biológicas, naturais e por interesses políticos e econômicos, impulsionados pelas forças produtivas.

### **3.1. O Trabalho como categoria determinante do ser social.**

O desenvolvimento da sociabilidade acontece na medida em que ocorre o avanço das forças produtivas, que segundo Engels, se expressam através dos meios de produção (matérias primas e objetos de trabalho) mais a força de trabalho humano. Neste sentido, quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas, maior a capacidade dos homens e mulheres em suprir suas necessidades. Portanto, para compreendermos todo o desenvolvimento desta sociedade complexa e a gênese da família, é necessário partir primeiramente, do trabalho como categoria mediadora por excelência do ser social.

No capítulo sobre o Trabalho da obra “Para uma ontologia do ser social”, de George Lukács, o autor defende que para entender as particularidades e o desenvolvimento do ser social é necessário partir da análise do trabalho. Segundo o autor:

Para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedentes, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, é preciso começar essa tentativa com a análise do trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 33).

Sendo assim, para o autor, é a partir do trabalho que se desenvolvem todas as categorias decisivas que constituem o ser social. Para tanto, o ser social só pode surgir e se desenvolver sobre as bases do ser orgânico e, esse último, só pode fazer o mesmo sobre o inorgânico. Essas três grandes estruturas do ser, inorgânico, orgânico e ser social são constituídas por saltos ontológicos e todo salto implica algo novo na estrutura do ser, pois é preciso “ter sempre presente que se trata de uma transição à maneira de um salto – ontologicamente necessário – de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente” (LUKÁCS, 2013, p. 34). A transição do salto acontece através de uma extrema lentidão, porém tal fato não exclui o *caráter* do salto.

O trabalho é o salto ontológico que caracteriza a diferença da vida humana para a vida animal, a passagem do ser meramente biológico para o ser social. No processo histórico, o trabalho foi constituído por pores teleológicos em que as ações objetivadas tem o pôr de um fim, no qual os homens e mulheres passam a produzir em relação com a natureza e modificar os meios para suprir suas necessidades. Assim, na medida em que transformam a natureza, transformam a si mesmo. Nesta lógica, o trabalho é a categoria que possibilita a inter-relação entre homem e natureza, desta forma, é a categoria fundante. Diz o autor:

A resposta, em termos ontológicos, é mais simples do que possa parecer à primeira vista: todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p.35).

Neste contexto, primeiramente, “a essência do trabalho humano está no fato de que ele nasce em meio a luta pela existência [...] e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade” (LUKÁCS, 2013, p. 34). Desta forma, Lukács está de acordo com Marx ao estabelecer que o trabalho é um criador de valor de uso e um trabalho útil (para a produção de objetos de usos) e, portanto, é a condição de existência do próprio homem, uma vez que este transforma a natureza em meios necessários para a sobrevivência humana.

Ao transformar a natureza, na busca da satisfação de suas necessidades, o ser social se transforma e se modifica, produzindo as relações sociais, constituindo suas relações sociais e sua história. Logo, o trabalho se configura-se como protoforma de toda práxis social, mediando as relações humanas com a natureza e permitindo o salto ontológico entre os seres anteriores e o ser que se torna social (PASSOS, 2018, p. 06).

Lukács demonstra que o trabalho desenvolvido na sociedade animal nada mais é do que uma reprodução puramente biológica, como forma de se adaptar ao próprio ambiente, enquanto na sociabilidade o trabalho desencadeia suas próprias formas de reprodução. É através dele que se realiza o pôr teleológico na transformação de um objeto material com valor de uso para a vida humana e, antes de iniciar o processo do trabalho, o ser social já idealizou o produto acabado em sua consciência, este é o ponto que diferencia o homem dos demais animais e torna o trabalho como categoria exclusiva de homens e mulheres.

O trabalho se torna assim o modelo de toda a práxis social com seu *caráter ontológico*, já que é somente através dele que se pode desenvolver e compreender outras posições socioteleológicas, como a divisão do trabalho, a consciência e a linguagem. Marx destaca bem essa relação:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade (MARX apud LUKÁCS, 2013, p.37).

Com base em Lukács, é no trabalho que estão contidas todas as determinações que vão constituir a essência do novo ser social. Partindo deste pressuposto, o trabalho pode ser considerado a gênese e o modelo originário do ser social, e é neste contexto que se dará os desdobramentos e desenvolvimentos histórico dos indivíduos. Contudo, é importante sinalizarmos, conforme destacou Duayer (2015) que:

O importante é tão somente sublinhar que o trabalho, por ser a *categoria mediadora*, e a *categoria fundamental* para a autoconstituição do ser social, não pode ser a categoria central. É por meio do trabalho que as várias esferas da sociedade emergem, a ciência, o direito e outras tantas, e esses complexos compõem dinamicamente o ser social. Em outras palavras, se o ser social for concebido como composto por um mosaico de esferas – nas palavras de Lukács, complexo de complexos complexamente estruturado -, o trabalho não pode ser central, mas unicamente *uma das diversas esferas que o compõem*. O trabalho pode ser e é categoria fundante, ineliminável, como sustenta Marx, mas de forma alguma categoria central, caráter que contraditoriamente assume sob o capital (DUAYER, 2015, p.131, grifos nossos).

Tal perspectiva é importante para entendermos como os indivíduos desenvolveram suas relações de trabalho e distribuição de seus meios, como a organização da sociedade e formas de vivências coletivas, em grupos e se poderíamos assim dizer ‘em famílias’. De acordo com a concepção marxista materialista da história, a sociedade se organiza de forma a garantir a produção do que era essencial para a sobrevivência dos indivíduos, tendo em toda época como fator comum a produção, o que configurou toda a ordem social vigente, como mostra Engels:

A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz o pelo modo de trocar os seus produtos (ENGELS, 1884, p.49).

Desta forma, o ato histórico central é a *produção e reprodução* da vida material dos homens e mulheres. É necessária a produção dos meios para suprir as necessidades do ser social, pois para fazer história os indivíduos necessitam de estar em condições de viver (MARX; ENGELS, 2007). Dentro dessa estrutura lógica, percebemos que a reprodução da vida se dá de *duas formas*: primeiro, pela produção dos meios de subsistência, como alimentação, moradia e proteção; segundo, pela necessidade de reprodução da espécie humana, do ser biológico. Desta forma, os indivíduos buscam meios de garantir estas necessidades que se dará através da reprodução material. O ato histórico de suprir essas necessidades básicas desencadeia novas demandas nas relações sociais, como: novos objetos de trabalho, instrumentos de uso, e novos processos a partir de diversas capacidades e necessidades (PASSOS, 2018), já que tal processo coletivo gera um crescimento populacional, por exemplo.

Desse modo, o ser social começa a construir/provocar mudanças internas e externas, que vão ser produzidas e reproduzidas para além de suas necessidades. Nessa processualidade, conforme chamamos atenção acima, embora a categoria trabalho seja fundante do ser social,

isso não significa que outras categorias sociais, determinações e complexos, sejam apenas reduzidos ou deduzidos do trabalho enquanto tal. Trata-se, por exemplo, de buscarmos mediações próprias da categoria de reprodução social. Afinal, “a construção social da particularidade de cada momento histórico é uma função que pertence à essência da categoria da reprodução, e não ao trabalho enquanto tal” (LESSA, 2002, p.158).

Nesse sentido, os processos de avanços na sociabilidade desencadeiam novas demandas e necessidades e uma delas é a formação da *família* como necessária, na imbricação dinâmica entre produção e reprodução social, ainda que inicialmente não compreendida nesses termos e nem nos formatos como concebemos hoje. Estas primeiras formas de organização coletivas de sobrevivência – que trataremos como uma organização familiar – surge com o desenvolvimento histórico do ser social como um grupo de apoio, de cooperação e do cuidado mútuo entre os indivíduos em que essas relações eram a chave para a sobrevivência de todos<sup>7</sup>.

Demarca-se que este é o caráter “natural” da família, como uma organização que, no primeiro momento, surge para o cuidado e proteção com os demais indivíduos, como uma necessidade ontológica do desenvolvimento do ser social. Dessa forma, demonstra Engels:

De acordo com a concepção materialista, o momento determinante da história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Todavia, ela própria possui duas facetas: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, vestuário, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, *a produção do homem mesmo, a reprodução do gênero*. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por esses dois modos de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da *família*, de outro (ENGELS, 1984, p. 2, grifo nosso).

Portanto, a *produção material*, o *desencadeamento de novas necessidades*, a *procriação* que foi determinante para a formação da família, são os três aspectos fundamentais de toda história para o desenvolvimento da sociabilidade analisados por Marx e Engels.

Para os autores, o primeiro pressuposto de toda existência humana e de toda história é que os homens necessitam estar em condições de viver para poder fazer história. Não existe história da humanidade sem desenvolvimento humano, tal condição é fundamental e é cumprida em toda época da história simplesmente para manter os homens e mulheres vivos, conforme destaca os autores:

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a História, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é

---

<sup>7</sup> Como aponta Canevacci (1981) a ajuda mútua é um elemento que caracteriza a “família” desde suas origens, fato observado desde as chamadas sociedades primitivas, em que a organização coletiva das necessidades de sobrevivência colocava em questão a própria sobrevivência dos indivíduos solteiros, isolados, etc..

um ato histórico, uma condição fundamental de toda história (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

A forma como os homens e mulheres produzem seus modos de vida, depende inteiramente dos meios de vida já estabelecidos e encontrados que eles têm de reproduzir (ainda que possam romper, reconstruir, etc.). Esse modo de produção vai além da reprodução física, “esse meio de produção é uma forma determinada de sua atividade, uma forma de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos” (MARX, ENGELS, 2007). Isso implica diretamente nas relações sociais, a consciência e o comportamento dos indivíduos se dão de acordo com a produção material de determinada época.

Portanto, como estamos demonstrando a satisfação da primeira necessidade – o ato de satisfazê-la resulta em novas necessidades. Sendo assim, o primeiro ato histórico é constituído: pela satisfação da primeira necessidade que parte da produção dos meios para manter os homens vivos; e da produção de novas necessidades (segundo ato histórico). Este processo resulta no terceiro ato histórico: “a constituição da família, da procriação de outros homens e mulheres” (MARX; ENGELS, 2007, p. 34). A organização familiar, como uma vivência coletiva e forma de relação social entre os indivíduos, se torna mais tarde uma relação secundária devido a necessidades alargadas que resultam em novas relações sociais (MÉSZÁROS, 202).

Com base nos autores, os três atos históricos não podem ser interpretados de maneira diferenciadas, ou como etapas distintas, mas como três momentos que *coexistiram* desde a primeira formação dos indivíduos na história da humanidade. O desenvolvimento dos autores – que estamos recuperando como os fundamentos da família – tornam nítido que a instituição familiar surge da *necessidade do desenvolvimento histórico do ser social, e que para constituir tal organização era necessário a cooperação entre o indivíduo e o coletivo, sendo este o seu caráter natural*.

A nosso ver, tal discussão é necessária para entender a organização família “como um elemento ativo, que nunca permanece estacionário [...]” (ENGELS, apud MORGAN, 1984, p.30). Afinal, a forma que os indivíduos se organizam para tirar da natureza os produtos que satisfarão suas necessidades, determinam os modos de organização social.

Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas (MARX; ENGELS, 2007, p. 34).

Ao longo da história, essa processualidade possibilitou que o trabalho de modo consciente de homens e mulheres passassem a produzir mais que o necessário e para além de suas

necessidades. Essa capacidade do trabalho ser usado para a reprodução que vai além de suprir apenas o necessário será fundamental para o surgimento do modo de produção capitalista, o que mostra que nenhum modo de produção é eterno. O trabalho se transformou e passou a representar todos os aspectos da vida do homem, saindo do trabalho que supria necessidades para um sistema de relação entre opressores e oprimidos, exploradores e explorados.

O trabalho, por isso mesmo, só é central nessa sociedade. Só nela os sujeitos se relacionam indiferentemente à sua atividade vital especificamente humana, ao conteúdo e finalidade de seu trabalho, que para cada um deles só interessa enquanto meio de acesso às condições de vida produzidas pelos outros. Ou seja, o caráter mercantil de nossa sociedade faz com que nós só pensemos o trabalho como meio de compra de todas as outras coisas, meio de acesso à riqueza produzida por todos. Em razão disso, não temos nenhuma relação qualitativa com o produto de nosso trabalho; só quantitativa. E, em consequência, racionalmente os sujeitos encaram o próprio trabalho e seu respectivo produto como pura quantidade, ou seja, de maneira unidimensional. O resultado desse modo muito particular de os produtores se relacionarem com seu produto é um modo de produção, uma produção das condições materiais de vida com um dispositivo interno, exclusivo dessa sociedade, que a faz necessariamente produção crescente. **E crescentemente estranhada.** O capital sendo trabalho morto, passado, objetivado, pode-se sugerir que, na análise marxiana, é a contradição fundamental desse modo de produção, a saber, os sujeitos estão subsumidos, escravizados à dinâmica incontrolada do produto de seu trabalho (DUAYER, 2015, p.128, grifos nossos).

Nesse sentido, o caráter da família em suas determinações “naturais”, conforme apresentado por nós, é colocado em xeque com o processo de desenvolvimento do sistema sociometabólico do capital, com a *divisão do trabalho, a propriedade privada e a entrada da família monogâmica*. É a partir daí que a instituição família vai se constituindo ainda mais contraditória e opressora nas relações sociais.

Portanto, os fundamentos da família, sua gênese e os seus processos históricos estão diretamente relacionados com o complexo desenvolvimento do ser social. Sendo o trabalho o modelo de toda práxis social, fica nítido que foi através dos saltos ontológicos que possibilitaram os diversos desenvolvimentos das forças produtivas que se determinaram e determinam as relações sociais da vida humana, como por exemplo, a família monogâmica, o Estado, as formas jurídicas, sendo estas, expressões da criação dos homens e mulheres e da perpetuação da lógica da acumulação capitalista e da desigualdade na sociedade contemporânea. Tais fundamentos nos possibilitam confrontar as explicações hegemônicas de que a família seria a) uma instituição divina criada por Deus, a partir da explicação da ontologia religiosa. Ou, b) que seria uma instituição natural, base de organização da sociedade, conforme explicado pelo positivismo e suas derivações.



### **3.2. A particularidade da família na sociedade de classes: o surgimento da família nuclear monogâmica.**

Conforme exposto até o momento, partimos do pressuposto que o trabalho, a produção e a reprodução sócia, bem como a família, são as categorias/complexos centrais no desenvolvimento da vida humana, das relações sociais de cada época e de como os homens e mulheres se organizaram ao longo do tempo. Segundo Engels, “quanto menos desenvolvido é o trabalho, mais restrita é a quantidade de seus produtos e, por consequência a riqueza da sociedade” (ENGELS, 1984, p.10). Sendo assim, as relações entre os indivíduos ao longo da história foram determinadas pelo modo de produção de cada época, que assumem particularidade em virtude das condições naturais e sócio-históricas de cada região ao redor do mundo. Contudo, vale destacar conforme chamou atenção Engels que o pressuposto que o desenvolvimento da família realizou-se paralelamente ao da humanidade “não oferece critérios tão conclusivos para a delimitação dos períodos” (2012, p.37).

Segundo Engels, a história da humanidade foi marcada por três grandes épocas de desenvolvimentos importantes para a contextualização da família, sendo o estágio selvagem, a barbárie e a civilização. Primitivamente, no estágio selvagem da sociabilidade, os indivíduos eram poucos desenvolvidos, assim como o trabalho. Para garantir a sobrevivência nessa época era necessário a vida em bandos e a coletividade mútua entre os mesmos. As relações sexuais eram completamente livres e sem restrições. Por isso, predominava-se o matrimônio por grupos, onde todas as mulheres pertenciam a todos os homens e todos os homens pertenciam a todas as mulheres. Neste sentido, o cuidado e educação das crianças era tarefa de ambos, não caindo somente sobre a mulher esta responsabilidade (ENGELS, 1984; LESSA, 2012).

Em relação a sociedade primitiva é importante recuperarmos duas formas particulares de organização do complexo família: a família consanguínea, onde acontecia o matrimônio entre todos os membros do grupo. Posteriormente, na fase média do estado selvagem, a família punalua, onde foi proibido as relações entre irmãos, que, segundo Engels, acontecia de maneira espontânea. Nessas experiências já é possível observar que as modificações nos laços familiares são comuns. Na sociedade primitiva a mulher é livre e valorizada, a terra é de todos e não existia a dominação de um sexo pelo outro (LEACOK, 2014). O trabalho no estado selvagem, que se baseava na coleta, começa a se desenvolver com a dominação do homem sobre a natureza, trazendo avanços com o domínio sobre o fogo, a caça, o arco e flecha e outros objetos de uso. É nesse aspecto de laços consanguíneos da esfera social que a produtividade do

trabalho vai se desenvolvendo gradativamente, assim como as trocas, a propriedade privada, as riquezas individuais, e por fim, o antagonismo entre as classes<sup>8</sup>.

Sendo assim, do estado selvagem para a barbárie nota-se grandes avanços nas forças produtivas desencadeadas pelo progresso do ser social. O desenvolvimento humano possibilitou que não fosse necessário trabalhar a todo momento, com a descoberta da semente, da agricultura, da pecuária, e da criação de animais, resultando em um excedente. A fase da barbárie dá início a impossibilidade do matrimônio por grupos, devido a quantidade de irmãos. Desta forma, ele é substituído pelo casamento entre pares, tendo assim o surgimento da família sidiásmica, por exemplo. Esta sociedade de classe é marcada pela divisão social do trabalho e essa esta divisão vai configurar novas transformações na ordem social, como a divisão entre senhores e escravos, uma sociedade entre opressores e oprimidos. Tal lógica resulta na alienação dos exploradores.

Com essas novas determinações para as relações sociais, com a domesticação de animais, da criação do gado, do domínio de ferro, do escravo que aqui já existia, do casamento por pares e também dá divisão do trabalho, a riqueza se expandiu sobre os grupos ocasionando novas relações sociais. Chega-se a um momento em que toda a riqueza produzida vira propriedade privada das famílias. É neste contexto que a sociedade formada por laços consanguíneos é destruída com as novas ordens societárias que serão organizadas e sintetizadas a partir duas grandes classes sociais antagônicas e com o surgimento do Estado, onde as organizações familiares são constituídas pelas determinações da propriedade privada.

Nesse cenário, foi o casamento sidiásmico que trouxe um elemento novo: a paternidade sem questionamentos. É isso mudou todas as relações existentes entre homens e mulheres. O homem assume o papel de patriarca tornando-se o único a ter poder dentro da relação conjugal. A mulher fica excluída da vida pública e é destinada aos serviços domésticos e a criação dos filhos. Diante destes processos de mudanças é que se dá a passagem da família sidiásmica como modelo universal e tendência hegemônica para a família monogâmica, a família patriarcal.

Destaca-se que neste momento de grande avanço acelerado das forças produtivas, já se adentrou a civilização e a sociedade de classes, onde os fatos históricos serão determinados somente pelos homens<sup>9</sup>, devido a exclusão das mulheres da participação da vida coletiva, o que

---

<sup>8</sup> Não existe um momento exato da passagem de um período para outro, as transições ocorrem na medida em que as relações sociais e os próprios homens e mulheres se desenvolvem, perpassando anos. Além disso, essa não é a história universal da humanidade, os levantamentos são experiências localizadas a partir dos estudos de Engels. Aqui recuperamos no sentido de ilustrar a diversidade de formas familiares já existentes, inclusive como estratégia para confrontar a ideologia da família na sociabilidade burguesa.

<sup>9</sup> Ainda que os homens comandaram os processos, as mulheres não deixaram de fazer história, sempre resistiram a essa dominação como é anunciado por Silvia Federici.

Engels classificou como a *primeira divisão do trabalho*. Porém, não há reprodução da história sem a reprodução biológica. Nas palavras de Mészáros, “a regulamentação economicamente sustentável da reprodução biológica da humanidade é uma crucial função mediadora primária do processo sociometabólico” (MÉZÁROS, 2002, p. 268).

A paternidade neste momento deve ser garantida para que a riqueza possa ser transmitida ao filho homem e se perpetuar na família. É a primeira vez que o casamento já não acontece de forma natural e é baseado por relações econômicas, como destaca Lessa ao dizer que “a família, tal como hoje a conhecemos, não surge como resultado do amor entre os indivíduos. Surge como a propriedade patriarcal de tudo o que é doméstico” (LESSA, 2012, p. 33). Sendo assim, a propriedade privada vai configurar uma nova forma dos homens e mulheres organizarem a vida coletiva e uma nova relação de trabalho: *o trabalho alienado*.

Esta nova ordem social resulta em uma sociedade dividida entre classes sociais, violência e exploração do homem pelo homem. Na sociedade de classes, poucas pessoas são detentoras dos meios de produção e isso possibilita que a grande maioria da população só tenha a força de trabalho para vender, constituindo-se assim a exploração sobre esses indivíduos. Uma característica fundamental da sociedade de classes para a exploração dos trabalhadores é a violência, não existe sociedade de classes sem meios coercitivos, sendo a propriedade privada, as classes sociais e a violência cotidiana dependente umas das outras e componentes da *totalidade social* dessa sociabilidade.

Nesse motim, a criação do Estado na sociedade de classes ocorre como forma de garantir a perpetuação das riquezas individuais, da propriedade privada como um instrumento da classe dominante.

O instrumento especial criado pela classe dominante para organizar e aplicar cotidianamente a violência é o Estado. Este novo complexo social, que nem em germe existia nas sociedades primitivas, é composto pelo Direito (as leis escritas, os juízes, magistrados, torturadores, prisões, etc.), pelas forças armadas (exército, polícia, vigilantes, milícias, etc., a parcela da sociedade que tem legitimidade para usar a violência em nome do Estado, isto é, das classes dominantes) e pela burocracia (LESSA, 2012, p. 25).

Neste sentido, a propriedade privada, as classes sociais, o Estado e a família monogâmica são elementos cruciais da sociedade de classe. Mediante estes processos de articulações históricas a família monogâmica passa a ser essencial nos processos das relações sociais. Nessa processualidade, a relação conjugal passa a significar para as mulheres e as crianças fruto da relação, uma esfera privada baseada na submissão e violência.

A família monogâmica se constitui, portanto, por um homem e uma ou várias mulheres em uma relação de opressão – nem consensual, nem autônoma. A violência, por mais que seja condenada e condenável, é inevitável: em aspectos decisivos, por vezes na totalidade da relação, o outro se converte em obstáculo ao pleno

desenvolvimento afetivo de cada um, já que personaliza e encarna uma relação que é sempre e necessariamente alienada (LESSA, 2012, p. 39).

O casamento monogâmico como expressão da sociedade de classes desenvolveu os papéis alienantes para homens e mulheres e, além disso, estabeleceu e padronizou os papéis de gênero que conhecemos nos dias atuais. Esta forma de relação possibilitava que todas as crianças já crescessem desenvolvendo suas personalidades nas relações sociais, como mostra Lessa:

[...] Começa, assim, a introjeção nas suas personalidades do papel social de ser classe dominante. Isoladas de seus pares, desde muito cedo as crianças da família monogâmica são mais facilmente “educadas” para serem esposas, prostitutas ou maridos – e, ainda, trabalhadores e trabalhadoras, ou parasitas das classes dominantes (LESSA, 2012, p. 34).

Com a criação dos indivíduos de forma isolada, o papel do masculino e feminino, do trabalhador ou explorador dos demais membros da sociedade, se torna muito fácil de ser internalizado, o que torna a família monogâmica imprescindível a sociedade de classes. Portanto, é notória que a família nuclear é a organização familiar *peculiar* às sociedades de classe, é a expressão da propriedade privada nas relações familiares (LESSA, 2012).

Neste sentido, a família monogâmica foi a mediação para o desenvolvimento acelerado das forças produtivas e também responsável pelo papel feminino e masculino que conhecemos hoje. Além disso, a instituição familiar se tornou obstáculo ao próprio desenvolvimento afetivo dos homens, mulheres e crianças ao longo da história. Ou seja, o próprio complexo familiar na sociabilidade do capital se tornou uma instituição que contribui para o *rebaixamento dos níveis de generidade humana*, na contramão da possibilidade de objetivações de valores humanos genéricos.

Na sociedade de classes, o que importa são os interesses em torno da reprodução do capital, em que as demandas sociais estão sempre na frente das necessidades autênticas dos indivíduos. Ainda que, conforme destacou Lessa, o desenvolvimento acelerado das forças produtivas possibilite também o desenvolvimento da sensibilidade humana, assim, o amor sexual individual tornou-se possível e foi sentido pela primeira vez com o progresso do homem burguês. Todavia, todo desenvolvimento da sensibilidade humana que se expandiu na era vitoriana<sup>10</sup> se restringia dentro da relação monogâmica, não podia se amar fora do casamento da família monogâmica.

Na vida cotidiana, o fato de os indivíduos não poderem realizar o que necessitam, de serem impedidos de explorar as mais generosas possibilidades aos seus

<sup>10</sup> A Era Vitoriana (1837- 1901) foi o período no qual a Rainha Vitória reinou sobre a Inglaterra, no século XIX, ocasionando um período de grandes transformações econômicas, políticas e culturais. Foi um grande período de expansão das indústrias bem como das artes, porém, ao mesmo tempo, o período foi marcado pelo pensamento conservador e pela expansão da desigualdade social.

desenvolvimentos pessoais abertas pela abundância objetiva, material, se expressa pela situação concreta de que nós não podemos amar fora da família monogâmica (LESSA, 2012, p. 87).

É preciso destacar que as relações familiares não eram diferentes nas famílias das classes trabalhadoras, a execução das tarefas domésticas e a criação dos filhos não deixaram de ser serviço privado a ser efetuado pelas mulheres aos seus maridos (LESSA, 2012). O que muda nas famílias das classes trabalhadoras são os procedimentos da dupla, tripla jornada de trabalho hoje já demarcado pelo movimento feminista como jornadas estendidas. Bem como ao não acesso a condições mínimas de vida digna que vai ocasionar desde então a compreensão conservadora de “famílias desestruturadas”, como responsáveis isoladamente pelas condições de miséria e desumanas de vida.

Acrescenta Mézáros “[...] a família proletária está longe de encarnar o ideal de relações igualitárias entre os pais ou no que diz respeito à educação dos filhos e sua orientação em relação aos valores” (MÉSZÁROS, 2002, p. 270). Sendo assim, a família nuclear patriarcal burguesa (monogâmica) de forma geral – como seu momento predominante na sociedade de classes – possui um aspecto central definidor do papel da família:

[...] é a perpetuação – e a internalização – do sistema de valores profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital, que determina o que pode ser considerado um rumo aceitável de ação dos indivíduos que querem ser aceitos como normais, em vez de desqualificados por ‘comportamento não conformista’ (MÉSZÁROS, 2002, p. 271).

Nessa direção, conforme nos chama atenção Lessa (2012), o capitalismo no auge de sua produção necessitava do desenvolvimento afetivo das pessoas para o consumo em massa das novas mercadorias, como: a moda, a literatura, a música, o teatro e outros. O mecanismo era impulsionar estas sensibilidades nos indivíduos através dos papéis ideológicos destinado aos homens, mulheres, filhos e filhas, a família, desta sociedade. O fetichismo da mercadoria reforçava, e reforça, o seu poder sobre as relações sociais e como deve ser o comportamento dos indivíduos, a partir da moral dominante. Uma das estratégias do estado como mecanismo do capital era responsabilizar as famílias pela própria condição de pobreza, negando a tamanha miséria que perpassa a sociedade em decorrência do avanço do capital. O modelo patriarcal burguês se tornou o único como aceito para o Estado, caracterizando as outras diversas famílias como *desajustadas*.

Sendo a família monogâmica e o patriarcado expressão dessa sociabilidade e responsáveis pelos papéis de gênero que os indivíduos representam hoje entre homens e mulheres, são eles, juntamente com demais instituições, como a igreja e o Estado um complexo estratégico na construção, inculcação e reprodução de valores morais conservadores como meio de estabelecer a manutenção da ordem e de se permanecer imutável.

Porém, mesmo assumindo as particularidades da sociedade do capital, *contraditoriamente*, a família permanece como importante ao desenvolvimento do ser social, particularmente às famílias da classe trabalhadora, diante de características centrais como os cuidados de indivíduos como crianças, idosos e deficientes, ainda que as mesmas paguem um preço alto por essa dinâmica familista. Sendo este o ponto central da família como uma organização contraditória, que vem acentuando sua contradição devido as mudanças sofridas pelo desenvolvimento do capitalismo. A organização familiar desde os primórdios da sociedade, na reprodução da espécie, busca garantir as necessidades primárias dos seus membros, particularmente no início e no final da vida (infância e velhice), já que os mesmos não podem trabalhar para suprir suas necessidades básicas.

Assim, é a organização familiar que, em partes, assegura a sobrevivência dos indivíduos frente à sociabilidade e a ausência da proteção social estatal pública universal. O cuidado das crianças e dos idosos, o sustento de uma moradia, a preparação dos alimentos, o amparo, o afeto, a proteção básica e etc, são questões que em primeiro momento são mediadas pela organização familiar, ainda que essa sozinha jamais possa sustentar essas responsabilidades.

Nesse sentido, sabemos que devido ao processo histórico de opressão/exploração das mulheres que foram retiradas da vida coletiva, vivenciando por longos anos somente um trabalho privado no ceio da família, foi sobre elas que os encargos da esfera do cuidado pesaram, principalmente sobre os demais familiares. O cuidado e a proteção são caracterizados como função da mulher, assim, até os dias atuais são as mulheres que majoritariamente desempenham esses papéis e em grande parte, acompanhadas por duplas e triplas jornadas de trabalho.

Além de tais determinações é importante compreendermos hoje a família como um espaço importante de resistências, que constroem lutas cotidianas nos espaços urbanos e agrários, como: as Mães da resistência, Mães de Maio, o MST, MTST, MAB, Mães pela Diversidade e etc., onde as famílias são importantes estruturas de organização e condução dos movimentos. São organizações familiares que lutam pela vida e proteção dos seus entes contra as construções ideológicas da esfera social, como o extermínio dos jovens negros, o racismo, o linchamento de pessoas LGBTQI+, e as mais diversas formas de violência. Tais determinações nos exigem uma compreensão da família a partir de sua totalidade, mediações e *contraditoriedade*. A família patriarcal nuclear burguesa é uma particular forma de família, expressão da propriedade privada, da sociedade de classes. Portanto, as relações familiares, sejam elas quais forem, só poderão ser completamente livres em uma sociedade emancipada.

Diante do exposto, torna-se nítido que o modelo de família tido como ideal, não passa de uma construção social ideológica para ser seguida como modelo dentro da ordem vigente. Fundada juntamente com a propriedade privada, a família nuclear patriarcal burguesa já está em crise desde sua origem, “em contraste com as famílias do escravismo e do feudalismo, a família monogâmica burguesa desde o seu surgimento já está a gestar as condições de sua crise futura” (LESSA, 2012, p. 56).

Ou seja, a estrutura familiar monogâmica burguesa possui em si seus próprios mecanismos de destruição. Tal processo se intensifica com o desenvolvimento das forças produtivas, distanciando cada vez mais a família do modelo esperado. Desta forma, vários foram os processos de mudanças na estrutura familiar desde o século XIX, como mostra Lessa:

[...] dandismo, a homossexualidade que ganhava expressão social cada vez mais visível, o movimento sufragista das mulheres, etc., o crescimento da social democracia europeia com expressiva base operária e a literatura revolucionária que produziu a explosão no consumo de romances, peças teatrais, óperas, etc. ajudavam a levar à [...] a consciência em escala social a contradição entre as relações sociais predominantes e o amor sexuado individual (LESSA, 2012, p.76).

Neste sentido, os acontecimentos históricos impactaram as famílias em nível mundial e provocaram grandes mudanças. Por exemplo, como a primeira guerra mundial (1914 – 1918) que afetou a estrutura familiar monogâmica ocasionando o primeiro ponto de ruptura, em que se intensificavam as contradições entre o casamento monogâmico e as necessidades autênticas dos indivíduos.

Outro momento que podemos destacar é a partir da nossa peculiar formação sócio-histórica cujo extermínio das formas originárias de família no período da colonização dos povos indígenas. E também a separação das famílias negras vindas da África, ao serem vendidos como escravos nos portos separadamente impactaram nas experiências de família no Brasil. Ou seja, no que tange a história do Brasil as famílias foram estruturalmente impossibilitadas de se tornarem “ideais”, de seguirem o modelo dominante, pela própria dinâmica colonial.

Contudo, é na conjuntura da crise estrutural do capital, em meados de 1960 e 1970, que a defesa pela família burguesa se intensifica no meio social. O plano econômico da crise estrutural exige estratégias para a retomada da taxa de lucro da burguesia e de estratégias de controle sobre os indivíduos neste momento de ascensão da barbárie, canalizando a emergência de tensão que podem afetar toda a “paz necessária” para a potencialização do processo de extração da mais valia pela exploração sobre o trabalhador.

Desse modo, é no apelo pela defesa da família nuclear que se dá a dinâmica da reprodução de uma ideologia que contribui para esconder as determinações e os verdadeiros responsáveis pelas determinações da crise estrutural. Os recuos que acontecem em apelo pela volta da família

tradicional e dos bons costumes são sempre mecanismos políticos com reflexo do capitalismo para passar para as famílias as responsabilidades de sua manutenção. É dessa forma que o Estado coloca a família como instituição provedora do seu bem estar e de seus membros, guiado por uma política social neoliberal familista..

Por esses meios e interesses é que se dão o acento na chamada crise da família monogâmica patriarcal burguesa. Já era possível notar aos longos dos anos que as famílias já não são mais hegemonicamente (se algum dia foram) as famílias típico burguesas. Vários são as vivências familiares que se distanciam do pai provedor, a esposa do lar e os filhos.

É notória nos dias atuais a frequência de organizações familiares composta por casais homossexuais, família composta somente pela mulher e filhos, como provedora do lar, e casais héteros e homossexuais que optam por não ter filhos e, em casos mais raros, família composta pelo pai e filhos. Existe hoje uma redução na taxa de filhos, aumento do divórcio, aumento das famílias reconstituídas e aumento das famílias monoparentais (IBGE, 2010). Com as mudanças sociais, políticas e econômicas, a organização familiar também foi afetada com a redução do número de filhos, ocasionando um declínio populacional e afetando inclusive a reprodução da força de trabalho em muitos países.

Foi diante desses acontecimentos que a família foi aos poucos deixando de ser apenas uma unidade econômica, voltada para a transmissão da herança – como determinação central – e passando a ser no cenário contemporâneo um complexo que tem como determinação central a dimensão da inculcação dos valores dominantes. Portanto a família na contemporaneidade pode ser compreendida a partir de suas principais tarefas: a) transmissão da propriedade privada, patrimônios e bens; b) manutenção da força de trabalho dos seus membros, particularmente a partir do trabalho não pago de mulheres (reprodução); c) inculcação dos valores dominantes. Ambos voltados para a dinâmica de produção e reprodução da sociabilidade.

No senso comum e pelo ponto de vista da ideologia dominante, tais transformações das famílias contemporâneas são vistas como crise ou desestruturação familiar, como se as transformações que perpassam as famílias não fossem em decorrência da organização do sistema capitalista, culpabilizando famílias e os indivíduos pela incapacidade de manter ou constituir famílias nucleares patriarcais.

Conforme sabemos, as famílias da classe que vive da venda da força de trabalho dependem, em suma maioria, majoritariamente das políticas sociais e da solidariedade familiar para acessar os mais diversos serviços sociais e bens de consumo mínimos. Nesta dinâmica da sociedade, é o próprio mercado na oferta de seus produtos que estabelece as desigualdades e sai



fortalecido. As famílias que possuem as melhores rendas conseguem acessar serviços enquanto outras dependem inteiramente dos serviços sociais públicos.

Mészáros descreve a família nuclear como um “microcosmo” da sociedade, como uma “*mediação de segunda ordem*” (família nuclear, Estado, mercado e trabalho alienado) que se coloca entre as relações primárias (homem e natureza), e as tornam *irreconhecíveis e destruidoras* ao próprio desenvolvimento da humanidade. As relações de segunda ordem exigem uma estrutura hierarquizada como parte da reprodução sócio metabólica, como mostra Mészáros:

Portanto, se os imperativos alienantes do sistema estabelecido da reprodução economicamente exigem um controle social discriminatório e hierárquico, afinado com o princípio antagonista estruturador da sociedade, e o correspondente modo de administrar o processo do trabalho, o “microcosmo” abrangente desse tipo encontrará seu equivalente em todos os níveis do intercâmbio humano, até nas menores “microestruturas” ou “microcosmos” da reprodução e do consumo habitualmente teorizados sob o nome de “família” (MÉSZÁROS, 2002, p. 269).

É neste sentido que as relações familiares estão “impossibilitadas” integralmente de viverem e se desenvolverem em uma direção de igualdade substantiva, uma vez que na sua origem estão as personificações do capital e assim, se reproduzem na realidade através de crenças e valores inerentes aos interesses do sistema capitalista, que precisa se afirmar e renovar-se diariamente para se manter ativo. Por esse motivo, a refutação que acontece pela classe dominante em relação as transformações familiares, são mecanismos ideológicos para manter o processo de produção e reprodução dos interesses vitais tipicamente capitalistas.

A manutenção deste sistema hierárquico e desigual na produção e reprodução das relações capitalistas, só se intensificam e funcionam devido as relações humanas no sistema de reprodução de valores do capital que são transmitido por diversas gerações, caracterizando o *papel central* da família nuclear na *internalização* do sistema de valores dominantes. As relações humanas influenciadas pela ordem estrutural do capital, condiciona os indivíduos a um complexo de desigualdade, e é neste contexto que adentra a necessidade da emancipação da mulher, a principal prejudicada com o surgimento da família nuclear patriarcal burguesa.

As contribuições dos autores sobre a família são essências para compreendê-la através de seu caráter contraditório, além disso, como organização que assume um formato típico da sociedade burguesa, desvelando a reprodução de valores que a mesma cumpre nas relações sociais. Tal discussão coloca em xeque a eternização da família burguesa, e traz a necessidade de pensar relações familiares para além da família tradicional monogâmica, ou de qualquer vivência em família sob a égide do capital.

As reflexões abordadas levantam a possibilidade da construção de estratégias que contribuem na direção da emancipação humana confrontando a reprodução dos valores dominantes em torno das famílias, visto que é somente sem a imposição dos valores socioeconômicos da ordem vigente nas relações humanas que será possível se constituir a igualdade substantiva e as relações livres entre os indivíduos.

Apresentado nossos fundamentos teórico-metodológicos para a compreensão, estudo e trabalho com famílias, passaremos então a outro nível de fundamentação, na busca pelo fortalecimento dos nossos fundamentos a partir da formação sócio-histórica brasileira. Ou seja, a partir de tais determinações e mediações que as famílias cumprem de modo geral na sociabilidade do capital, como tais dinâmicas se materializam na realidade brasileira.

#### **4. A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL E FAMÍLIA**

O presente capítulo tem como *objetivo* apresentar algumas reflexões acerca da formação sócio-histórica brasileira, a fim de identificar as particularidades da constituição da família no país, bem como evidenciar o caráter familista das relações sociais. As reflexões se estabelecem a partir do pensamento marxista que oferece importantes contribuições para a compreensão das determinações históricas do Brasil, o seu modelo patriarcal da família, assim como seus valores, costumes e as relações de exploração e opressão.

Iniciaremos nossas reflexões a partir dos aspectos que fundamentam a sociedade brasileira enquanto nação formada a partir dos processos de colonização, marcada pela escravidão dos povos africanos, pelo extermínio dos indígenas e de uma economia baseada no monopólio colonial integrada ao processo de expansão mercantilista do capitalismo. Essas determinações instituem um processo de construção sócio-cultural calcada no racismo, no patriarcado e na *superexploração* da força de trabalho.

É necessário compreender as relações sociais e seus desdobramentos culturais, políticos e econômicos, para captar as particularidades que envolvem a família e suas reproduções ideológicas, como também a sua relação central com as políticas sociais. Dessa forma, é

necessária uma aproximação à formação social brasileira para compreendermos como se estabeleceram os processos de constituição das famílias no Brasil.

#### **4.1. Aspectos Gerais da Formação Sócio Histórica do Brasil**

A compreensão sob o solo histórico da formação brasileira permite entender os surgimentos e a consolidação dos valores enraizados na sociedade contemporânea. Os estudos que partem da dinâmica da produção e reprodução social a partir de Marx – já apresentado por nós no primeiro capítulo – possibilitam compreender a complexidade das relações sociais, a sociedade burguesa, a família e seus valores determinantes. Nos fornece ainda, elementos para elucidarmos esses valores na sociedade brasileira e captarmos sua constituição e como se consolidaram no nosso país.

Nessa direção, é possível pensar a realidade social a partir do desenvolvimento historicamente determinado em cada momento histórico, através das relações sociais que foram estabelecidas. As relações sociais de cada momento histórico, as escolhas dos indivíduos, a partir das determinações da luta de classes, é que vão constituindo os valores, a cultura, a tradição e a moral nas relações sociais brasileiras. Para termos consciência crítica desses valores e de suas manifestações em todos os âmbitos das relações sociais contemporâneas, é necessário partimos pelos processos que marcam a nossa particularidade histórica – e aqui destacaremos três: a *colonização*; as relações fundadas pelo processo da *escravidão*; e a transição para o *capitalismo dependente*. A nosso ver, estes elementos são determinantes centrais que fundamentam a história do Brasil, é através da interpretação sobre os acontecimentos do passado que podemos compreender as manifestações do presente.

O nosso processo de formação que se deu através da invasão colonial, tem em seus desdobramentos iniciais a composição de uma população com diferentes etnias, raças, culturas e línguas. Sendo que negros e indígenas estavam condicionados ao trabalho forçado, a violência e a abdicação de suas culturas e crenças perante aos padrões de civilizações europeias. Tinha-se como base uma organização econômica de modo escravista mercantil.

Outra característica que compõem a particularidade da formação brasileira e do processo econômico desde o período colonial, é a prioridade da produção de matérias primas direcionadas ao mercado externo. Neste processo, o capitalismo no Brasil não se desenvolveu de acordo com as transformações que foram essenciais em outros países, não tendo em sua fase pré-capitalista, um rompimento com o estatuto colonial nas questões políticas e sociais, nas quais, estas passaram por processos de reatualização. Essas características iniciais, contribuíram no aspecto tardio da industrialização e na constituição de uma burguesia que nada fez para

romper com o monopólio da terra, uma vez que a economia do período colonial era constituída pela economia agrária, com base latifundiária e na escravidão.

As grandes decisões políticas e sociais que marcaram a história da colônia, aconteceram sem a participação das camadas populares, o que é também, outra particularidade da nossa formação sócio histórica. O Estado foi uma das instituições que ao longo do tempo contribuiu com essa função de exclusão do povo e “tem sido um eficiente instrumento contra o surgimento na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos” (BONFIM, 2015, p. 52).

É a partir desses acontecimentos que se deram “pelo alto”, ou seja, de cima para baixo, onde os interesses dos setores dominantes estavam sendo prevalecidos, que se configura toda a história do Brasil, nossa organização no modo de vida, a constituição dos nossos valores, da nossa cultura e moralidade.

Nesses aspectos, a colonização estabelecida no Brasil tinha como único interesse a exploração das riquezas naturais de um território virgem para impulsionar o mercado internacional. Condicionando indígenas e negros a uma relação exclusivamente baseada nos meios de produção, fundando relações hierarquizadas no processo das relações humanas. Segundo Bonfim:

[...] criou-se no plano das realizações humanas algo de novo. Este “algo de novo” não é uma expressão abstrata; caracteriza-se em todos os elementos que constituem um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente e habitando um determinado território, uma estrutura material particular, construída na base de elementos próprios, uma organização definida por relações específicas, finalmente até uma consciência, mais precisamente, uma certa “atitude” mental coletiva particular ( 1995, p. 06 apud, BONFIM, 2015, p. 53).

É através destes princípios que se deu os traços enraizados na vida do país, onde se perpetuou a *valorização da dominação, da violência, da exploração, do saque e da corrupção* que são aspectos marcantes da conjuntura atual. Bonfim (2015), destaca que os valores constituídos a partir dos interesses privados da classe privilegiada teve como consequência, “ao longo da história, a dificuldade para o surgimento de valores voltados para a construção do público enquanto espaço pertencente de coletividade, expressão de uma vontade para o humano genérico” (BONFIM, 2015, p. 55).

Sendo assim, no Brasil colônia não existia um conjunto de elementos que mantinham ligados os indivíduos da sociedade, a ausência desse “nexo moral”, foi constituído com a intervenção da Igreja Católica que esteve presente desde início da colonização, instituição responsável pela construção da cultura e dos valores morais da sociedade brasileira. Uma das

principais intervenções da Igreja se deu pela educação das pessoas e catequização dos povos, particularmente as/os indígenas.

Contudo, os indígenas não eram considerados como indivíduos tendo sua cultura, religião e modo de viver desrespeitados em prol da transformação e imposição ideológica a cultura europeu de formar novos cristãos. O poder estabelecido pela Igreja nesse período permitia o controle da vida na colônia, a propagação dos valores, culturas e crenças do exterior, como a subordinação aos interesses de Deus e ao Estado. Neste sentido, as crenças e religião dos negros e povos indígenas que formavam a maior parte da população da colônia, eram depreciados pelos valores da Igreja, a sua intervenção ao longo da história deixou marcas de preconceitos atuais contra a religião de matrizes africanas e aos ritos e modos de viver da população indígena.

Os povos nativos e escravizados, além de serem afastados de toda sua cultura, foram também negados de outras relações, como a construção de um núcleo familiar e seu convívio:

As diversas formas de organizações familiares indígenas foram atacadas e as famílias dos escravizados foram inviabilizadas de se reproduzirem diante de um processo violento de separação pelo sequestro, pela venda, pela violação das mulheres (HORST, MIOTO, 2021, p. 42).

Assim, durante o processo de formação dos povos brasileiros, as famílias dos ex-escravizados estiveram condicionadas ao adverso de família ideal, desse modo, construiu-se ao longo dos anos, características depreciativas sobre o negro, de forma que negro e escravo se confundem no processo das relações sociais e se preservam até os cenários contemporâneos, partindo daí o racismo estrutural (IANNI, 2004).

Bonfim (2015), nos chama atenção quando destaca que o Brasil nos tempos da colonização, tem como marco as formas que foram distribuídas as terras, contudo, a propriedade não possuía grande valor se não tivessem os meios de ser explorada<sup>11</sup>. Os custos das produções, como mão de obra e investimentos era algo quase inacessível, desta forma, o senhor de engenho e a sua família representavam o poder do estatuto colonial pois possuíam os meios necessários para a exploração, “é a partir dessas condições – riqueza, poder, autoridade, tradição, orgulho de sangue e de família – que o grande proprietário se aristocratizou, formando uma classe à parte e privilegiada” (BONFIM, 2015, p. 62).

É nestas circunstâncias que a cultura da sociedade brasileira é atravessada pelas características do período colonial e duas questões merecem destaque: *primeiramente*, a família como base estruturante das relações sociais da época, com base numa extensa economia

---

<sup>11</sup> “[...] a instalação, por exemplo de um engenho de açúcar- a principal riqueza da colônia – mesmo dos mais modesto, exigia mais de trezentos mil cruzeiros em moeda atual. Para o seu funcionamento requeriam-se ainda de cento e cinquenta a duzentos trabalhadores” (PRADO JUNIOR, 1966, p. 17 apud BONFIM, 2015, p. 55).

agrícola e de relações de poder com a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa; *Segundamente*, o período de transição do Brasil império à república, momento este em que novas formas de relações econômicas serão estabelecidas, época em que as relações mercantis que eram tratadas de forma direta entre as famílias e a coroa portuguesa se alteram para o modo de produção capitalista, o que implicará na organização do Estado Nacional e no processo de urbanização (MORAES; NUNES; HORST; MIOTO, 2020).

Como colônia de Portugal, o Brasil teve seus desenvolvimentos sociais dominados pela exploração de matéria primas. Essa condição de produção centrada no âmbito rural possibilitou a construção de legitimidade da figura do patriarca, como também a reprodução do coronelismo político. A partir de tal simbiose, Pinheiro (2019) demonstra o estabelecimento das relações entre *público e privado*, onde os donos das grandes propriedades governavam o país com legitimidade da coroa portuguesa. Dessa forma, os interesses privados eram constantemente manifestados como interesses público, já que lhes eram dados o poder sobre o território, sobre a família e suas organizações:

Os interesses particularistas das camadas privilegiadas, em todas as situações, podiam ser tratados facilmente como “os interesses supremos da Nação”, estabelecendo uma conexão' estrutural interna para as piores manipulações do exterior (FERNANDES, 1975, p. 12).

As organizações aristocráticas, oligárquicas da sociedade concentravam as riquezas, os prestígios sociais e o poder. Conseqüentemente, essa relação foi o que determinou uma fundamentação política pautada na “exclusão” permanente do povo, ou seja, da democracia. Isso condicionou por bastante tempo a inexistência de alteração no sistema de poder do Brasil, como também se tornou traços culturais para a corrupção.

O processo de transformação do Brasil do período colonial em transição para a sociedade nacional demonstra que as particularidades da questão política, socioeconômica e cultural continuaram fundamentadas numa estrutura escravocrata e de dominação por propriedade, beneficiando e fortalecendo a pequena burguesia. Nesse prisma, o desenvolvimento do país foi sendo constituído de forma tardia, no momento em que os países da Europa se encontravam em uma nova dinâmica do capitalismo concorrencial para o monopolista, o Brasil estava inteiramente vinculado a uma organização social com traços do colonialismo.

É nessas circunstâncias que o Estado Nacional se estabeleceu vinculado aos aspectos da escravidão, primeiro pela preservação da violência para exercer o controle; e segundo pela dominação senhorial atrelada ao regime patrimonialista e ao novo interesse de ordem social competitiva, conforme destaca Pinheiro (2019):

É enganoso pensar que com o processo de independência do Brasil em 1822 e mais tarde na instauração da república brasileira em 1889, foram episódios que possibilitaram o rompimento radical com essa lógica construída no período colonial e essas relações sociais, políticas e culturais que forjam nossa formação sócio-histórica. A “independência” em relação à metrópole portuguesa não trouxe mudanças essenciais naquilo que era observado no sistema colonial, na estrutura das classes, ou no sistema produtivo, estes últimos permaneceram ilesos (PINHEIRO, 2019, p. 9).

A independência deve ser compreendida como fruto de uma classe específica, do que como interesses próprios de uma nação, uma vez que este processo não visava o interesse de uma classe, e sim de uma minoria privilegiada. O processo da independência do Brasil foi um movimento político que ocorreu atrelado aos interesses da maior potência econômica da época: a Inglaterra. Desta forma, com a expansão do capitalismo europeu, era necessário o processo de modernização das colônias, uma estratégia para vincula-las ao processo de produção de matérias primas para expandir o desenvolvimento das grandes indústrias.

Esse novo giro econômico na ordem social necessitava de uma autonomia política que não se baseasse mais na subordinação da colônia à coroa portuguesa. Contudo, os aspectos coloniais desenvolvidos por ela deveriam manter os mesmos padrões. Nessa perspectiva, os padrões de dominação não se davam contra a estrutura da sociedade colonial e sim contra as implicações econômicas e políticas do estatuto da colônia, que apesar de ter contribuído enormemente para a acumulação capitalista, não possibilitava a dominação em todos os níveis da ordem social.

A formação do Estado Nacional Brasileiro, como foi demonstrado, deu-se atrelado aos aspectos de poder das grandes famílias coloniais e se consolida sob relações capitalistas, que no Brasil se dará de forma periférica e dependente<sup>12</sup>. Sendo assim, nem a revolução burguesa no Brasil foi capaz de combater os padrões de poder das grandes oligarquias. Nessa ordem, o seu processo se revela de forma particular, já que os ideários de sua revolução não foram parecidos aos estabelecidos nas nações dominantes em sua fase revolucionária, determinado assim um elo de dependência econômica.

Boa parte dos modelos econômicos que foram introduzidos não visavam o interesse de gerar condições econômicas de desenvolvimentos internos parecidos aos que eram produzidos pela integração das economias centrais (FERNANDES, 2006). Ao contrário, não se tinha interesse no mercado interno, as relações econômicas brasileiras eram totalmente voltadas para o mercado externo, o que resultou ao não impulsionamento da fase pré capitalista:

Ou seja, reforçavam-se as bases dos modos de produção anteriores que impulsionaram a continuidade da extração de valor para a acumulação primitiva, para dentro e para

---

<sup>12</sup> Sobre esse tema ver: Estado, Hegemonia Burguesa e Tradição Familiar na Política: o caso particular do Nordeste Brasileiro de Maria Cristina de Queiroz Nobre no livro: “Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate”.

fora, baseada no trabalho compulsório não-livre. A condição independência das nações só abriu espaços para a ação do capital estrangeiro, comercial, especulativo e usuário, que não se destinavam a modificar os modos de produções existentes (SOUZA, 2019, p. 168).

Os mecanismos de que precisariam para modificar toda a infraestrutura da economia parecia tão impossível e economicamente desvantajoso que as elites sociais optaram pela via de um mercado econômico secundário e dependente, tendo como vantajoso para a formação interna a reprodução dos mecanismos econômicos que se formaram através das bases do antigo sistema colonial. Tal fato iria centrar a direção do mercado em um único sentido: a economia brasileira produziria para a exportação, forma da qual garantiria seu excedente e resultaria em um mercado interno débil.

Essa autonomização política configurou um novo prestígio vantajoso senhorial que assegurava o poder das oligarquias, refletindo as relações sociais que se estabeleceram desde o período colonial em que o poder político estava ligado aos que possuíam o status econômico das grandes famílias tradicionais. Segundo Fernandes (2006), os cafeicultores carregavam consigo o status de serem “homens de negócios, já que mantinham a dominação senhorial do regime patrimonialista com seus lugares de proprietários rurais, donos de grandes riquezas. O status de “homens de negócios” trazia uma ideia de homem com dignidade e grandeza nas suas atribuições. O poder adquirido se dá uma vez que sendo também fazendeiro, ele não seria um “homem de negócios” comum, pois carregava consigo a imagem construída da tradição de família, sendo assim:

Até a desagregação da ordem escravista e a extinção do regime imperial, os componentes da “burguesia” viam-se através de distinções e de avaliações estamentais. Um comerciante rico mas de origem plebeia não poderia desfrutar o mesmo prestígio social que um chefe de repartição pobre mas de “família tradicional” (FERNANDES, 2006, p. 34).

Dessa forma, o poder político constituído se estendia aqueles que estavam ligados ao status das grandes famílias tradicionais, as quais gozavam dos prestígios, respeitos e poder daquele contexto histórico. Será nestas circunstâncias que a instituição família como realidade histórica irá impor seus padrões aos demais indivíduos, mesmo fora do espaço privado. Com o grande poder constituído entre as famílias ao longo da história, estas possuíam legitimidade para se opor contra as ações políticas e econômicas do Estado de capitalismo dependente.

Neste contexto, a família será elemento estratégico para que a ordem estatal consiga se efetivar e condicionar os indivíduos a compactuarem com seus interesses, uma vez que o “Estado brasileiro sempre encontrou na família um dos mais fortes obstáculos à sua consolidação. Na colônia, o combate à família obedecia à ética estritamente punitiva e legal (COSTA, 1999, p, 30).



#### 4.2. O processo da família na história brasileira

A família ao longo da história possui características marcantes para a compreensão dos processos históricos e de sua configuração. Sendo elemento de grande poder para a reprodução social, precisou ser reconfigurada para se encaixar aos novos padrões de desenvolvimento econômico. Segundo Costa (1999), o caminho estratégico em torno da família não se daria por meios violentos, mas por meio da inserção da medicina higienista que se aliava contra a antiga ordem colonial.

Nesta perspectiva, a medicina higiênica foi usada para modificar o padrão familiar das elites, condicionar a submissão dos indivíduos, “desarticular o poder político dos latifundiários, minimizar as formas de solidariedade da família senhorial e o status da relação de parentesco como apoio as relações de poder” (MORAIS; NUNES; HORST; MIOTO, 2020, p. 810). Vale ressaltar que o movimento iniciado pelo Estado não objetivava reestruturar as famílias dos escravos ou as famílias das camadas populares que deveriam permanecer submissas aos códigos punitivos estabelecidos. A medicina higiênica se estabeleceu em toda a sociedade mas de forma diferente entre as famílias tradicionais e as famílias da classe trabalhadora. Para esta última, a medicina os condicionou a se posicionar contra a rebeldia familiar e com isso ficaram sujeitos a intervenção policial e as prisões.

Nas famílias tradicionais novas formas passam a determinar suas relações. A medicina modificou as relações entre os membros familiares, sendo a conduta física, intelectual, moral, sexual e social articuladas de acordo ao sistema econômico e político.

Os papéis sociais entre homens, mulheres e crianças irão configurar os sentimentos de intimismo, amor e fraternidade. As relações familiares senhorias passaram a se identificar politicamente, economicamente e socialmente com os interesses do Estado, a construção estratégica de uma organização familiar interligada ao sistema governamental e ao desenvolvimento do projeto burguês foi constituído.

Essa transformação condicionou uma ordem familiar configurada a efetivar ações estratégicas no meio social, como a formação de indivíduos domesticados a disposição dos interesses do Estado e, conseqüentemente, do capital. É nesta lógica que no Brasil as famílias<sup>13</sup> irão se estruturar desde meados do século XIX, como objeto de intervenções através de práticas

---

<sup>13</sup> Conforme sabemos, a profissão do Serviço Social foi convocada, desde sua gênese, a trabalhar na transformação de condutas e valores da vida da classe trabalhadora – sustentada por uma função política de cunho educativo, moralizador, disciplinador que a legitimava enquanto profissão. Conforme apresentaremos no próximo capítulo, sobre o surgimento do Serviço Social no capitalismo monopolista com o objetivo de contribuir no reajustamento das famílias.

de caráter *disciplinador e moralizador*. Tais ações ao longo do tempo irão determinar novas formas de sociabilidade, condutas, hábitos, cultura e valores.

A família configurada hegemônica pela construção do governo brasileiro é a família nuclear patriarcal, a qual espelhava seu modo de ser as demais camadas sociais. Mesmo sem propriedades ou grandes riquezas, as camadas populares buscavam moldar suas famílias de acordo com os mesmos mecanismos das famílias tradicionais, as relações entre marido e mulher, pais e filhos buscavam seguir os mesmos padrões, ainda que as realidades concretas dessas vivências, do pertencimento a uma classe, impusessem limites e determinava vivências próprias as dinâmicas de reproduções estruturadas no racismo, no patriarcalismo, na dominação e nos valores religiosos.

Em “O Cativo da Terra”, ao debater sobre o trabalho livre no sistema de colonato nas grandes lavouras de café, Martins (2004), descreve como a família patriarcal representou profunda lentidão a transição da escravidão para o trabalho propriamente livre, e como as relações de produção com o novo sistema se deu com centralidade no trabalho familiar:

O colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador coletivo que combinava as forças de todos os membros da família: o marido, a mulher, os filhos com mais de sete anos. Enquanto na escravatura o trato do cafezal era no eito, era efetuado por turmas de escravos, já era uma tarefa socializada, no regime de colonato passou a ser organizado em base familiar (MARTINS, 2004, p. 79).

Nessa lógica, a organização familiar era compreendida como forma de enriquecimento coletivo, já que que se tinha no imaginário do camponês de que quanto maior fosse o número de trabalhadores maior seria o ganho desse núcleo familiar. Desde os primórdios da sociedade, a família é incorporada de forma estratégica pelas classes dominantes, configurada a reproduzir valores sociais e os interesses da pátria. É dessa forma que o Estado tutela a família burguesa e controla as famílias das classes trabalhadoras.

A condição de cada momento histórico determina a função estratégica da família e as suas relações diretas com o Estado que se torna na modernidade a única instituição capaz de configurar questões particulares como de toda a nação. O poder político adquirido pelo comitê executivo da burguesia atua de forma articulada na produção e reprodução das relações sociais, na esfera material, social e ideológica, determinando valores, costumes e opressões que são incorporadas por toda a sociedade, sendo a família elemento central na reprodução destes mecanismos como na reprodução material da classe trabalhadora. Conforme destacou Alencar:

De fato, a família como realidade histórica, cujas funções e papéis se relacionem a processos sociais, econômicos e culturais, ocupa um papel central na reprodução social. A família, portanto, participa da reprodução da força de trabalho, tanto do ponto de vista material quanto do ideológico. Cumpre papéis no âmbito da socialização e educação das crianças e funciona como importante anteparo

assistencial no caso de doenças, velhice e das circunstâncias adversas relacionadas ao trabalho (ALENCAR, 2011, p. 134).

A família incorporada pelo Estado é responsável por condicionar as novas forças de trabalho, garantindo a integração e manutenção dos indivíduos na esfera familiar. É por meio destas ações estratégicas que a mulher se torna alvo pelas ações médicas e surge como dona do lar, responsável pelo bem estar da família e dos filhos. As configurações da família davam-se no contexto de alterações sociais, políticas, culturais e econômicas. Sendo assim, era necessário formar indivíduos articulados a essa lógica urbano industrial e dessa forma a organização familiar se transforma e permanece, constrói e desconstrói no processo histórico novos e velhos condicionantes.

As reflexões em torno das intervenções estratégicas sobre a família e seus desenvolvimentos históricos permitem compreender que após o estabelecimento do Estado, seguiu-se uma construção da família trabalhadora caracterizada pela institucionalização de papéis sociais hierarquizados, ancorados na relação de que os grupos familiares fossem capazes de operar como fator de proteção social do seu núcleo familiar. Nessa perspectiva, o Estado espelha no campo econômico e político as determinações centrais do elo da dependência, a partir da sua constituição como relação social vigente. Desta forma, o excedente apropriado pelo Estado se dará de três formas, da qual afeta a família com a garantia de proteção social pública e universal:

a) financiar o processo de acumulação a partir de frentes diversas, tais como, investimento em estrutura, subvenções financeiras ao capital internacional, isenção ou redução de impostos, manipulação de preços etc.; b) pagar a dívida externa e seus juros, bem como os empréstimos realizados, dividendos diversos e amortizações, enviando assim parte considerável do excedente diretamente aos países centrais; e, finalmente, c) sustentar o financiamento de precários mecanismos de proteção social e materialização de direitos em atenção às reivindicações dos trabalhadores, e demais investimentos internos (CARRARO; ROCHA, 2013, p. 75).

Tal dinâmica vai se constituir nas bases do familismo na realidade brasileira, demonstrando que o processo histórico de centralidade das famílias sempre foi estratégico para grupos dominantes e no capitalismo dependente será fundamental.

Essas são algumas das matrizes da estrutura familiar do Brasil contemporâneo, o enraizamento do período colonial ainda se perpetua nas relações sociais em várias esferas. A família na sociedade capitalista ainda se configura como unidade de renda e de consumo, a. Na particularidade do caso brasileiro, a família na reprodução social se torna importante, uma vez que a reprodução da força de trabalho depende das interações dos trabalhadores e de suas famílias, além das condições ideológicas que moldam as relações sociais.

Segundo Alencar (2011), o disciplinamento dado as famílias incorporavam suas formas de vida, o trabalhador deveria aceitar as configurações da indústria e, por isso, diversas são as ações sociais aplicadas ao longo da história por médicos higienistas e assistentes sociais, que acreditavam na reconfiguração da família trabalhadora, na incorporação de indivíduos com novas mentalidades e comportamentos. Para a autora:

A atenção sobre as classes trabalhadoras e suas famílias situa-se no marco de um projeto político-ideológico de consolidação do ethos burguês fundado na valorização do trabalho e em um padrão de moralidade que erigia a família como o fundamento da nação. Entendia-se que, por meio do o Estado chegava ao homem, e este ao estado (Gomes, 1982), e nesse sentido, uma vida familiar ordenada e disciplinada passou a ser alvo de práticas sociais diversas, de médicos, de juristas, de filantropos e, sobretudo, do Estado brasileiro (ALENCAR, 2011, p.137).

Por meio de padrões políticos e sociais se estabelecia a construção da família moderna que permanecerá arraigada até o cenário contemporâneo. A junção da igreja católica para efetivar a valorização do trabalho, a moral da família num sentido de progresso, civilidade e ordem, em contraposição a marginalidade e ao vício, ainda se faz presente. A “incapacidade” da família devido as adversidades do mercado de trabalho a tornavam passíveis de intervenção, processo que seguirá desde os anos 1930, adquirindo novas peculiaridades com a emergência da assistência social, que se direciona para a classes subalternas da sociedade.

As particularidades do desenvolvimento sócio-histórico da sociedade brasileira demonstra como a centralidade da família para além das questões ideológicas se faz através de uma sociabilidade constituída na precariedade da vida social. A economia periférica as condiciona a profunda contradições econômicas e sociais próprias do capitalismo. A condição de dependência reproduziu processos sociais excludentes, onde grande parte da população não conseguiu se inserir no processo de produção da força de trabalho. Dessa forma, podemos observar que as famílias brasileiras vivenciam historicamente a *desproteção social*, onde os direitos sociais e trabalhistas não se materializam de forma generalizada.

Com a constituição de 1988, o Estado oficializou a responsabilidade pela seguridade social, que plenamente nunca se efetivou. Com a chegada do neoliberalismo, as políticas sociais sofreram um desmonte com os enxugamentos dos direitos sociais, a família se torna novamente foco de intervenções a ser exclusivamente responsável pelos seus membros, aumentando a sua responsabilidade. A família vem assumindo praticamente sozinha uma série de obrigações inerentes a sociedade capitalista. A responsabilização das mesmas tende a ser naturalizada e potencializada através de instituições do Estado.

As particularidades da formação sócio-histórica, a formação política, cultural e econômica está enraizada ao modo de produção capitalista. Essas particularidades desenvolvem

características singulares na classe trabalhadora, como na burguesa, reproduzindo determinações que reforçam o patriarcalismo, o racismo, o preconceito e perpetuações dessas características históricas na construção de um modelo único de família; na desproteção social, resultando em intervenções de formas moralistas e familistas através das políticas sociais implementadas pelo Estado.

## **5. SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os processos sócio-históricos que envolvem a categoria profissional do Serviço social, bem como a sua vinculação com o seu objeto de trabalho, a denominada “questão social” e suas expressões. Iniciaremos contextualizando a profissão como partícipe dos processos de produção e reprodução social, inseridas nas tramas das relações sociais para, no segundo momento, retomar os fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.

Ao recuperarmos a compreensão de profissão, seu objeto, objetivos, compromissos ético-políticos e qualificar ainda mais a compreensão de fundamentos, estamos compreendendo que damos mais um passo no fortalecimento do trabalho com famílias na perspectiva do PEP, na contramão de outras perspectivas e até mesmo do discurso que nossos fundamentos não nos preparam para o trabalho com famílias. Ou que concebem a família como objeto de trabalho profissional, bem como o objetivo do exercício profissional voltado para as relações familiares, reordenadora de condutas cotidianas, a partir da manipulação de variáveis empíricas (comportamentais, individuais, grupais) (NETTO, 2011).

### **5.1. Reflexões acerca do Serviço Social na história**

Partimos da compreensão que o significado social da profissão só pode ser explicado a partir do processo de reprodução das relações sociais com vistas a compreender as

determinações sociais que legitimam a existência da profissão e o seu fazer profissional na sociedade capitalista contemporânea.

De acordo com a tradição marxista, a reprodução social se refere aos processos de produção da totalidade do modo de produção capitalista, ou seja, como são produzidas e reproduzidas as relações sociais. Nesta perspectiva, é necessário entender as relações de produção na sua globalidade para além da reprodução material, abrangendo entre outras determinações a produção da consciência social, as formas jurídicas da sociedade.

Assim, a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada dos indivíduos em sociedade (IAMAMOTO, CARVALHO, 2006, p. 72).

Dessa forma, a reprodução das relações sociais como expressões da reprodução dos processos do modo de produção capitalista, engloba e envolve todas as esferas da vida cotidiana, no meio político, na família, na cultura, na escola, nos valores e também, nas profissões como o Serviço Social.

Neste contexto, é através da reprodução social que se pode captar a profissão do Serviço Social como instituição inserida na sociedade. Desde a sua gênese, a profissão está intimamente ligada na produção e reprodução da vida da classe trabalhadora e se situa na participação da reprodução das relações entre as classes sociais, de seus interesses, e da relação contraditória entre elas.

Essas classes sociais – em última instância: burguesia e proletariado – tem papel central no desenvolvimento das relações sociais, sendo assim, a atuação profissional do Serviço Social é determinada pelos interesses das classes sociais antagônicas.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2006), o Serviço Social deve ser considerado sob dois ângulos indissociáveis e dependentes entre si: “como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional”, e “como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprimem certa direção social ao exercício profissional, que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2006, p. 73).

Estas unidades que compõem a profissão possuem um caráter contraditório, implicando em diversos dilemas cotidianamente entre as intenções do fazer profissional e o próprio fazer profissional, o trabalho que realiza. O Serviço Social não pode ser pensado fora dessa realidade uma vez que as classes sociais e as suas determinações só existem inter-relacionadas. Assim, a profissão responde tanto as demandas do capital como as necessidades e interesses da classe

trabalhadora, o que faz com que *essas unidades contraditórias não se excluam do exercício profissional*.

Nesta dinâmica, a compreensão sobre a reprodução social permite apreender o Serviço Social sobre as determinações históricas e políticas que envolve o exercício profissional e se desenvolvem nas relações entre classes. É a partir daí que se pode recriar estratégias profissionais e políticas para fortalecer as metas dos interesses da classe trabalhadora ou do capital (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

O desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais configuram novas transformações na sociedade que geram novas necessidades sociais e novos impasses na ordem social. No final do século XIX, o capitalismo passa por profundas mudanças que envolve todo o meio social e os espaços políticos, momento de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. O capitalismo monopolista em sua fase de desenvolvimento eleva o sistema de contradições estabelecidas pela ordem burguesa (exploração e alienação) a novos patamares (NETTO, 2011), e conseqüentemente, intensifica também as expressões da “questão social”, resultado da sociedade de classes.

O objetivo primário do capitalismo monopolista que é o acréscimo da taxa de lucros é atingido, porém, uma nova dinâmica se instaura nas relações econômicas que resulta em vários fenômenos como: elevação dos preços das mercadorias, acréscimo da taxa de lucro, tendência ao subconsumo, incorporação das máquinas etc. Nesta dinâmica da era monopólica, a taxa tendencial dos trabalhadores que compõem o exército industrial de reserva tende a aumentar, o que resulta no aumento da jornada de trabalho e no declínio dos salários.

É neste momento que o Estado passa a intervir na organização e na dinâmica em benefício dos interesses econômicos do capitalismo em torno do desenvolvimento, expansão e acumulação do capital, e desse modo, no controle da reprodução do trabalho da classe trabalhadora, “mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbrincam-se organicamente com as suas funções econômicas” (NETTO, 2011, p.25). O capitalismo monopolista necessitava de demandas extraeconômicas para seus objetivos primários e o Estado como instituição política e econômica desenvolve essas funções. Uma questão a se destacar é que no capitalismo monopolista, o Estado como *comitê executivo da burguesia* já não pode conter as reivindicações das classes trabalhadoras contra a exploração do trabalho somente por meio da coerção e de forma básica, assim, ele é obrigado a incorporar outras demandas sócio-políticas para poder legitimar-se politicamente, institucionalizando os direitos sociais e civis.

Este processo é tensionado pelos interesses dos grandes monopólios e também, pelos interesses das classes trabalhadoras, desse modo, é somente nesta conjuntura que o Estado passa a intervir nas sequelas das expressões da “questão social”.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO, CARVALHO, 2006, p. 77).

Só é possível pensar em políticas sociais no Estado burguês na conjuntura do capitalismo monopolista. É preciso destacar que no capitalismo concorrencial, a “questão social” e suas expressões que se configura como objeto da intervenção profissional do Serviço Social só era objeto de intervenção do Estado em conjunturas de grandes mobilizações da classe trabalhadora que poderiam afetar a dinâmica do trabalho ou na medida em que ameaçava a ordem da estrutura burguesa. Já no capitalismo monopolista é preciso de novas estratégias para manter a ordem, dessa forma, é a política social do Estado que vai intervir nas sequelas da “questão social”, “configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica” (NETTO, 2011, p. 30).

A profissão do Serviço Social historicamente está vinculada aos traços da filantropia adquiridos por ações da igreja católica que se desenvolveram juntamente com iniciativas da classe dominante e permearam o início da profissão por alguns anos, porém, existe uma ruptura entre esse caráter filantrópico e a profissionalização do Serviço Social. As transformações societárias condicionadas pelo desenvolvimento do capital monopolista é que condiciona o surgimento da profissão.

Desse modo no Brasil, a profissão se afirma estreitamente vinculada ao setor público como mecanismo do Estado e do setor privado no desenvolvimento sobre o controle da sociedade. Neste segmento, nos primórdios da profissão ela é chamada a trabalhar juntamente com a classe trabalhadora. Contudo, a/o assistente social é contratado para atender as demandas do seu empregador e não do usuário a quem foi chamado a atuar e oferecer seu serviço.

O que deve ser ressaltado é que esse profissional, embora trabalhe a partir e com a situação de vida do trabalhador, não é por ele diretamente solicitado; atua junto a ele a partir de uma demanda, que na maioria das vezes não é dele. A demanda dos serviços profissionais tem, pois, um nítido caráter de classe, o que é o que fornece, por sua proximidade estreita com o Estado um caráter oficial no mandato recebido (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 84).

A profissão é intimada a ser auxiliar no processo de controle social contribuindo para com os interesses de acumulo e desenvolvimento do capital, uma vez que a força de trabalho em ação é a fonte de toda riqueza social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006). Assim, encontra se



o profissional vinculado aos mecanismos complementares da reprodução da força de trabalho para a extração da mais valia. Neste contexto, as intervenções profissionais com os usuários adquiriram por muito tempo um caráter conservador, moralizante, psicossocial e moral. Esse caráter profissional expressa as contradições da profissão nas suas origens, mas pode ser identificada na contemporaneidade por alguns profissionais que por opção política, ou pelas contradições que vivenciam, reproduzem os valores e as ideologias da ordem dominante.

Conforme estamos expondo, a sociedade capitalista é permeada pela contradição entre capital e trabalho, onde a riqueza socialmente produzida fruto do trabalho é apropriada de forma privada. Assim, a valorização crescente do capital e a expansão da riqueza condiciona no crescimento da miséria relativa do trabalho. Neste segmento, o que é distribuído para os grupos sociais da sociedade em forma de salários, rendimentos empresariais e lucros, são revestidos para o Estado em forma de impostos que quando não sonegados pelas grandes empresas, são pagos por todos os indivíduos da sociedade.

Desse modo, o montante adquirido pelo Estado e pela ordem dominante em cima da classe trabalhadora, são distribuídos de volta a sociedade em forma de política social e serviços sociais como: serviços previdenciários, aposentadoria, pensão, saúde, assistência etc. Neste sentido, as políticas sociais que podem ser vistas como dadas ou fornecidas pelo Estado nada mais são do que o retorno do trabalho das diversas frações da classe trabalhadora que é apropriado de forma privada, como destaca Iamamoto e Carvalho:

Assim é que tais serviços nada mais são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriados pelos capitalistas e pelo estado, que é devolvido a toda sociedade (e em especial aos trabalhadores, que deles mais fazem uso), sob a forma transmatada de serviços sociais. Reafirmando: tais serviços vírgulas públicos ou privados, nada mais são do que a devolução a classe trabalhadora de parcela mínima do produto por ela criado mas não apropriado sobre uma nova roupagem dois pontos de serviços ou benefícios sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 92).

Desta forma, que os direitos sociais que são conquistas da classe trabalhadora são incorporados e manipulados pelo Estado passando a visão de um órgão paternalista. Desse modo, apesar das políticas sociais não serem o suficiente elas servem tanto para complementar as necessidades dos trabalhadores, conter o subconsumo, as revoltas populares, a expansão da riqueza individual e potenciar a força do jogo político pelo Estado burguês, assim as políticas sociais condicionam o pleno desenvolvimento da ordem monopolista.

Na medida em que se avança e se desenvolve o modo de expansão capitalista se expande também a exploração do trabalho, a pobreza e as diversas sequelas da “questão social”. Ao responder por essas problemáticas, o estado transforma um ‘problema social’ em um problema sobre controle quando “as sequelas da “questão social” são recortadas como problemáticas

particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física, etc.) e assim enfrentadas” (NETTO, 2011, p. 32).

É preciso destacar que esse “novo lugar” que o Estado passa a ocupar no capitalismo tardio ao viabilizar as políticas sociais no enfrentamento da “questão social”, não significa que ele irá desresponsabilizar os indivíduos pela sua situação de miséria e compreender a “questão social” como resultante dessa sociabilidade. A intervenção do Estado através da política social não tira o caráter liberal do período anterior, assim o caráter individualista é recuperado no capitalismo monopolista também:

Eis por que o redimensionamento do Estado burguês no capitalismo monopolista em face da questão social simultaneamente corta e recupera o ideário liberal - 'corta-o', intervindo através de políticas sociais; 'recupera-o', debitando a continuidade das suas sequelas aos indivíduos por elas afetados (NETTO, 2011, p.36).

Desse modo, as relações sociais e as expressões da “questão social” vivenciadas pelas frações da classe trabalhadora são tidos como problemas pessoais (privados), psicossociais nos atendimentos institucionais.

A individualização dos problemas sociais, sua remissão à problemática singular (psicológica) dos sujeitos por ela afetados é, como vimos, um elemento constante, embora com gravitação variável, no enfrentamento da ‘questão social’ na idade do monopólio; ela permite - com todas as consequências que daí decorrem - psicologizar os problemas sociais, transferindo a sua atenuação ou proposta de resolução para a modificação e/ ou redefinição de características pessoais do indivíduo (é então que emergem, com rebatimentos prático-sociais de monta, as estratégias, retóricas e terapias de ajustamento, etc) (NETTO, 2011, p. 41).

Desta forma, os problemas sociais vão retornar para o âmbito privado, leia-se familiar, sugerindo que os impasses sociais sejam resolvidos individualmente através do esforço individual e/ou familiar, ou recorrendo as instituições privadas. A “questão social” ao ser interpretada como algo natural possibilita a psicologização na reprodução das relações sociais, vista como algo próprio do ser humano e não como expressão da sociedade de classes, tornando-se uma questão moral, afirma Netto:

[..] ao naturalizar a sociedade a tradição em tela é compelida a buscar uma especificação do ser social que só pode ser encontrada na esfera moral naturalizada sociedade, o específico do social tende a ser situado nas suas dimensões ético-morais e esqueci franqueia o espaço para psicologização das relações sociais (NETTO, 2011, p. 45).

A individualização dos problemas sociais é um processo que envolve componentes culturais e tendências econômicas sócio-políticas da consolidação e interesses da ordem do capitalismo monopolista. Esse desenvolvimento de administrar a esfera da vida social é feita por agentes sociais, como o profissional do Serviço Social. E aqui destaca-se o trabalho desenvolvido com famílias.

Como já foi ressaltado anteriormente, a profissão situa-se no processo das relações sociais entre as classes sociais contraditórias, sendo assim, ao mesmo tempo em que gesta e atende interesses da ordem dominante, constrói estratégias profissionais na luta com a classe trabalhadora. Desse modo a profissão inserida na divisão do trabalho “participa, também, ao lado de outras instituições sociais, das respostas as necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, em face das suas condições de vida, dadas historicamente” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 94).

Tal conjuntura histórica torna necessário a compreensão do espaço contraditório que está inserida a profissão do serviço social, onde muitos profissionais não conseguem perceber essa contradição do fazer profissional. Desse modo, é que buscamos demarcar neste tópico sobre a “questão social” e suas expressões como *fundante da profissão e objeto de trabalho* da categoria profissional. Resgatando que o surgimento da profissão enquanto profissão socialmente legitimada tem como base a sua função e legalidade nas expressões da “questão social”, por isso, vai ser apontada como central no processo de formação profissional (ABEPSS, 1996).

A “questão social” e suas expressões em sentido universal significa o conjunto de problemas sociais de caráter político, econômico e cultural que atravessam a vida cotidiana da classe trabalhadora nos momentos, dessa forma, as expressões da “questão social” estão fundamentadas e vinculadas à correlação de forças entre capital e trabalho, nas relações contraditórias. O enfrentamento da “questão social” como foi mostrado, se dá perante as políticas sociais que transformam um “problema social” em uma questão sobre controle. O que pode levar ao equívoco na profissão de considerarmos a política social como objeto de trabalho, descontextualizando toda a teoria social crítica que possibilita a análise da gênese da profissão no processo histórico.

Dessa forma é que se necessita cada vez mais de profissionais qualificados e críticos para saber intervir perante a realidade, sobre seu objeto de trabalho e nas transformações societárias que envolvem o contexto profissional. Tendo sempre em mente que apesar desse caráter que vincula a profissão a ordem dominante, ela também traçou e vem construindo ao longo da história lutas sociais e projetos profissionais vinculados a classe trabalhadora.

## **5.2. Fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**

O objetivo deste tópico tem como base apresentar uma reflexão teórica acerca dos fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. Para isso, retomamos elementos centrais do método em Marx, que constituem os fundamentos teóricos metodológicos da

profissão. Também retomamos o projeto de formação profissional da ABEPSS, por compreender que há nele uma compreensão dos fundamentos da profissão.

No decorrer do primeiro tópico desenvolvemos alguns elementos sobre a leitura da profissão a partir da teoria social de Marx e do materialismo histórico dialético, uma vez que acreditamos que é tal perspectiva que melhor contribui para compreender a realidade social e as determinações da vida em sociedade. Sendo assim, é através da teoria social marxista que se pode apreender também os fundamentos da profissão e seu projeto ético político na atualidade, já que conforme nos indica Yazbek (2018) os fundamentos do Serviço Social consistem na *matriz explicativa da realidade e da profissão*.

Segundo Teixeira (2019), o método na teoria social de Marx deve ser apreendido na sua tríplice sustentação: método crítico dialético, a teoria do valor trabalho e a perspectiva crítica de revolução. A crítica é componente importante para a leitura da realidade, desse modo, todo o método e teoria marxiana vem contribuindo para as formulações teóricas contemporâneas que envolvem a categoria do Serviço Social, bem como para a construção das lutas sociais.

Tal método é orientado pela perspectiva ontológica, envolvendo a vida real e a produção material da sociedade. Na esfera social, o real é encoberto pelas relações sociais e pela fetichização das mercadorias, onde o método crítico dialético permite a destruição da pseudoconcreticidade, dissolvendo as relações fetichizadas e permitindo a leitura da realidade numa perspectiva de totalidade concreta.

Na produção social, homens e mulheres entram em histórias já determinadas e constituídas por outros indivíduos do passado, ou seja, estas relações da produção social compõem a totalidade da estrutura econômica, cultural e política da sociedade, onde se constituem formas determinadas de consciência. É neste sentido que se dá o vínculo entre o método em Marx, a teoria do valor do trabalho e a perspectiva crítica de revolução, esse eixo estrutural tem como base explicar o processo das relações sociais partindo da categoria trabalho – que constitui o modelo da práxis, onde todo este processo é determinado por contradições e complexidades (NETTO, 2011).

O método em Marx que busca investigar a sociedade burguesa, a define como uma totalidade concreta<sup>14</sup>, constituída por complexos de complexos, onde a sua dinâmica resulta em uma totalidade de relações contraditórias. Para Netto, as contradições são essenciais pois:

---

<sup>14</sup> “A verdadeira totalidade, a totalidade do materialismo dialético, [...] é uma unidade concreta de forças opostas em uma luta recíproca; isto significa que, sem causalidade, nenhuma totalidade viva é possível e que, ademais, cada totalidade é relativa; significa que, quer em face de um nível mais alto, quer em face de um nível mais baixo, ela resulta de totalidades subordinadas e, por seu turno, é função de uma totalidade e de uma ordem superiores; segue-se, pois, que esta função é igualmente relativa. Enfim, cada totalidade é relativa e mutável mesmo

Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas - e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade (NETTO, 2011, p. 57).

Neste sentido, a categoria totalidade é componente da realidade onde captamos o real e a concreticidade, a totalidade se expressa em unidades contraditórias, são totalidades parciais, que se articulam entre si por meio de inúmeras mediações que explicam o conjunto de complexos sociais existentes como: trabalho, classe social, consciência, ideologia, pauperismo, família, “questão social”, entre outros (SANT’ANA, 2013).

Sem a particularidade do sistema de mediações que articulam estas totalidades, a sociedade burguesa que é tida como totalidade concreta seria uma totalidade indiferenciada, e isso resultaria na perda do caráter do concreto. A totalidade sem mediação se torna uma categoria abstrata, como demonstra Méészáros:

Totalidade social sem mediações é como liberdade sem igualdade: um postulado abstrato e vazio. A totalidade social existe por e nessas mediações multiformes, por meio das quais os complexos específicos – isto é, as totalidades parciais – se ligam uns aos outros em um complexo dinâmico geral que se altera e modifica o tempo todo (MÉSZÁROS, 2013, p. 58).

A mediação também deve ser interpretada como categoria ontológica que possibilita a investigação do real por meio do método dialético, podendo assim ser abstraída no pensar. É através da mediação que podemos apreender os problemas da sociedade capitalista, esta categoria capta por meio da particularidade o movimento de complexos de determinadas totalidades. Desse modo é possível ir além da aparência do fenômeno alcançando a sua essência, ou seja, estrutura e dinâmica do objeto. Além deste processo, a mediação permite a passagem da aparência do fenômeno para um contexto mais complexo, ao nível de universalidade.

A universalidade, para que não se perca em generalizações e abstrações, pode ser compreendida somente nas suas particularidades, uma vez que os complexos sociais universais não se objetivam igualmente em todas as realidades. A particularidade é componente de mediações, de explicações concretas do real do método histórico dialético, é nesta perspectiva de *singularidade, particularidade e universalidade* que está localizado a *totalidade* como categoria e componente central do método de Marx.

O método dialético de Marx permite compreender todo o modo de vida do ser social e todo o processo histórico de qualquer atividade humana, sendo assim, os modelos familiares e o contexto do trabalho na sociedade capitalista bem como na categoria profissional do Serviço Social. Somente uma teoria social crítica e radical que permita compreender os processos

---

historicamente: ela pode esgotar-se e destruir-se - seu caráter de totalidade subsiste apenas no marco de circunstâncias históricas determinadas e concretas" (LUKÁCS, 2007, p. 59).

históricos pelos quais passou e passa a sociedade é que possibilita as explicações e formulações sobre a profissão em uma direção crítica.

Demarcados tais elementos, partimos do pressuposto que a partir do projeto de formação profissional construído pela ABEPSS é possível compreender os fundamentos do Serviço Social. O projeto de formação profissional tem como base central as diretrizes curriculares da ABEPSS compreendidos por nós como um dos pilares do projeto ético político. Desse modo, o projeto de formação profissional visa formar assistentes sociais críticos com capacidade para intervir na realidade, responder aos impasses da atualidade e que sejam comprometidos com valores de justiça e liberdade.

O projeto de formação profissional em seu processo histórico manifesta a tentativa de ruptura com o conservadorismo fruto do movimento de reconceituação que se deu na América Latina e resultou no processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Assim, o projeto de formação vem sendo desenvolvido desde o currículo mínimo da ABEPSS de 1982 através de sua *implantação, autoavaliação e revisão na busca pelo* rompimento com o conservadorismo e abarcando valores emancipatórios. Afinal, conforme destacou Netto, “essa ruptura não significa que o conservadorismo (e com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional” (NETTO, 1986, p. 111).

Desde a década de 1990 acompanhamos o amadurecimento teórico político da profissão que possibilitou a construção do atual projeto de formação profissional que, conforme compreendemos, é constituído pelas diretrizes curriculares como seu ‘carro chefe’, mas composto por outros documentos<sup>15</sup>: “a Política Nacional de Estágios (PNE), os Subsídios para o Debate Étnico-racial na Formação, a Contribuição da ABEPSS para os Programas de Pós-Graduação, os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP’s) e a estratégia do Projeto ABEPSS Itinerante” (TEIXEIRA, 2019, p. 68), contemplando a direção social posta pelas diretrizes cada documento expressa a tentativa de qualificação profissional e do trabalho profissional.

É dentro desse novo projeto de formação profissional que foi discutido pela primeira vez a proposta dos núcleos de fundamentação da profissão. Entendidos como complementares uns

---

<sup>15</sup> Como foi destacado anteriormente, tal currículo expressava a tentativa de rompimento com o conservadorismo uma vez que a categoria profissional passa a questionar e superar a metodologia de caso, grupo e comunidade que constituía como parte da profissão. Em caráter coletivo que se deu o processo de revisão curricular do curso de Serviço Social, em 1994. Assim, vários foram os investimentos em eventos e pesquisas nacionais vinculados a ABESS, onde entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 oficinas locais, em 67 unidades acadêmicas filiadas à ABESS, com 25 oficinas regionais e duas nacionais (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 58), que resultaram no ano de 1995 na aprovação do processo denominado como *proposta básica para o projeto de formação profissional*. O documento curricular tinha como base norteadora a preservação dos avanços do currículo mínimo, como o código de ética aprovado em 1993 e as formulações teórico-metodológica, ético-político que envolve a categoria profissional. Assim, preservando os avanços de 1982, o documento partiu em uma nova direção social.

aos outros e possibilitam – quando articulados dialeticamente, compreender o significado social da profissão e a qualificação do trabalho profissional, pois possuem um conjunto de conhecimentos necessários para isso, neste sentido, é preciso assegurá-los na formação profissional.

É neste meio que deve caminhar a direção entre trabalho e formação profissional, articulados. Mas, além disso, é neste documento que é demarcado o significado social da profissão *enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho*, bem como o debate acerca da “questão social” e suas expressões como objeto do trabalho profissional, sendo o centro da formação e do trabalho. A “questão social” é expressão da sociedade de classes e está completamente vinculada ao modo de produção capitalista, dessa forma:

Tomar a questão social como central é assumir um caminho teórico-metodológico que permite apreender as particularidades das demandas e respostas profissionais na dinâmica da realidade e não sobre ela. Esta é uma condição de superação do tratamento formalista, politicista ou pragmática que parcela da categoria profissional parece ter assumido nos anos 80. Assim, a questão social, objeto de um tratamento teórico, histórico e metodológico rigoroso, é o eixo fundamental do curso de Serviço Social. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 159).

Tal argumentação é importante uma vez que na categoria profissional existe a discussão entre política social e “questão social”, como já ocorreu na revisão curricular da ABESS/CEDEPSS onde havia uma tendência que compreendia a política social e suas determinações como centro da formação profissional, não captando que é a “questão social” que demanda a intervenção profissional. E aqui reforçamos mais uma vez essa discussão diante do objeto que estamos enfrentando e dos resultados que identificamos, onde muitas vezes a família aparece como um objeto de trabalho, o objetivo da intervenção. Ou ainda, cabe destacar que parte dos textos que discutem o exercício profissional com famílias não apresenta o objetivo do trabalho, muito menos o objeto.

Iamamoto (1970) em um vídeo para o aniversário da ABEPSS de 70 anos afirmou que a “questão social” explica a política social, mas a política social em si não explica a “questão social”, colocando que dessa forma, a “questão social” é determinante. Iamamoto ainda ressaltou que a política social interfere na ação profissional, mas o que gera a demanda da política é a “questão social”, portanto, a “questão social” deve se constituir na base de sustentação da formação e do trabalho profissional.

É diante da contradição entre capital e trabalho que resulta a apropriação privada da riqueza, configurando nas expressões da “questão social” que se intensificam com o aumento da barbárie e resulta em toda desigualdade social, luta de classes e as demais expressões da

pobreza onde o profissional é designado a intervir. Por outro lado, as políticas sociais se configuram como estratégias do Estado mediante a luta de classes, onde o profissional vai planejar, executar e implementar as políticas sociais viabilizando o acesso de direitos aos usuários.

A análise do trabalho pelo método da teoria social de Marx em seu sentido ontológico como categoria fundante do ser social, é a questão central para compreensão da “questão social” e das demais expressões que expressa a sociedade classes. A categoria trabalho, ao mesmo tempo permite compreender o trabalho do assistente social inserido em relações contraditórias na sociedade capitalista. E conforme já sinalizamos no capítulo anterior, também é o modelo de práxis que ao possibilitar o desenvolvimento da humanidade – junto a outras mediações – possibilitou o surgimento da família.

Diante de tais determinações é que foram construídos os pressupostos presentes nas diretrizes curriculares que configuram uma formação crítica:

1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.

3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 06).

Os pressupostos da profissão destacam a categoria profissional inserida no processo das relações sociais mediada por classes contraditórias, além disso, centraliza o objeto de estudo que é a “questão social”, *eterminante* para a existência da profissão. Dessa forma, a “questão social” toma como centralidade todo o processo da formação profissional como do trabalho onde são refletidas as expressões da “questão social”. Esse conjunto de pressupostos destacam a “questão social” como fundamento ontológico da profissão, fazendo necessário apreender suas determinações, espaços e meios de enfrentamento. E nesse sentido, como as expressões da “questão social” afetam as famílias que atendemos cotidianamente.

Assim, os pressupostos remetem um conjunto de conhecimentos articulados que se transfiguram em *Núcleos de Fundamentação* da formação profissional, que permite a análise da profissão em todo contexto histórico, político e cultural da sociedade brasileira, além de



permitir que o assistente social desenvolva suas atribuições profissionais com competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Os núcleos são: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Estas três unidades compõem a totalidade de conhecimentos que está expressa na formação profissional e remete aos fundamentos do Serviço Social apresentados pelas diretrizes.

O primeiro núcleo é responsável pela colocação do trabalho como categoria fundante do ser social na totalidade histórica, além de analisar as determinações fundamentais da vida social que são particularizadas nos núcleos de fundamentação da sociedade brasileira no trabalho profissional. O núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social é responsável por um vasto e necessário conhecimento.

Em sequência, o núcleo de formação sócio-histórico da sociedade brasileira remete a compreensão sobre conteúdos históricos da sociedade, como a análise da conjuntura econômica, social, cultural e política, evidenciando a organização do Estado com seu capitalismo dependente e a gênese das classes sociais. O núcleo constitui elementos sobre os processos sociais, os rebatimentos da “questão social” na sociedade brasileira e a intervenção das políticas sociais como os desdobramentos que envolvem a profissão do Serviço Social.

O terceiro núcleo, fundamentos do trabalho profissional, apresenta também um conjunto de elementos que envolve e compreende todos os elementos que determinam o Serviço Social como especialização do trabalho, a partir dos núcleos anteriores. Permite captar a totalidade histórica da profissão e o seu significado social, como analisar o trabalho profissional nas suas dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo.

É preciso ter em mente que estas três unidades não podem ser analisadas de formas isoladas, os núcleos são *interligados e complementares* para a compreensão acerca do Serviço Social. Assim, a categoria profissional em sua formação é composta por uma totalidade de conhecimentos que se manifestam nos três núcleos e possibilitam respostas profissionais vinculadas a direção social construída pela profissão. Desta forma, os núcleos formam o solo necessário para a apreensão do significado social da profissão, do processo de trabalho da mesma e se constituem como eixos para a formação profissional e se configuram como norteadores do projeto de formação profissional. São os conteúdos dos núcleos que permite a apreensão da realidade social e desse modo, possibilita intervenções profissionais qualificadas. E nesse sentido, através dos três núcleos de fundamentação, a compreensão da família, por meio de fundamentos críticos, condizentes com o Projeto Ético-Político (HORST, 2020).

A lógica das diretrizes curriculares permite compreender a totalidade social, as expressões da “questão social” e medidas de recriar alternativas para a intervenção profissional. Este avanço das diretrizes é necessário para formar assistentes sociais críticos que caminhem na direção social posta pelas diretrizes juntamente com a Lei que Regulamenta a Profissão e no Código de Ética Profissional, uma vez que o projeto de formação tem que seguir na direção social e ser orientado por um sólido e coeso projeto de profissão (GUERRA, 2018).

Os núcleos de fundamentação que estão postos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, possuem o domínio de levar a profissão em direção as objetivações do projeto de formação que se constituiu devido as exigências postas a realidade social de esclarecer e determinar o significado social da profissão para os futuros profissionais, por isso estas unidades se caracterizam como fundamentos da profissão:

A construção dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, sua unidade articulada, vai caracterizar-se como **fundamentos** porque partem da realidade concreta, expressam a perspectiva teórico-metodológica e histórica de analisar a realidade social, as particularidades sócio-históricas da sociedade brasileira, das classes sociais, em âmbito nacional, internacional, regional e local, e do fazer teórico-prático no trabalho profissional (TEIXEIRA, 2019, p. 82, grifos nossos).

Assim, na *formação profissional*, os núcleos e seus conteúdos complementares devem abarcar a elaboração dos PPPS, na direção social da formação como nos componentes da grade curricular, e nas demais atividades que integram a formação do curso. No *trabalho profissional*, as unidades que compõem os núcleos devem estar presentes na *construção da análise da realidade* e no *fazer profissional*, como nas respostas profissionais, nas suas intervenções e construções de projetos. Neste sentido, os núcleos metodologicamente articulam trabalho e formação.

É possível assim, através dos núcleos compreender a teoria social marxista como eixo dos fundamentos, uma vez que explica a realidade social, a gênese da profissão e a relação trabalho e formação, desse modo “os fundamentos do Serviço Social como unidade articulada dos núcleos de fundamentação tem particularidades na formação e trabalho” (TEIXEIRA, 2019, p. 83). Sendo assim, como suporte teórico-metodológico e ético-político que dão sustento as discussões sobre família, como estamos demonstrando ao longo dos capítulos.

Quando não se analisa os fundamentos da profissão como expressões dos núcleos de fundamentação, perdemos a análise da teoria social que permite compreender a profissão pelo caráter histórico da sociedade capitalista, pela determinação do modo de vida construído por homens e mulheres que resultou na “questão social” e em classes sociais contraditórias, analisando a profissão por ela mesma sem nenhum fundamento, por isso é necessário formar

assistentes sociais críticos que saibam responder a novos desafios e velhos impasses que se reatualizam, como destaca Guerra:

É preciso formar assistentes sociais que possuam uma sólida fundamentação teórico-metodológica para interpretar a realidade na qual intervêm, que sejam capazes de desvelar as particularidades da profissão sem incorrer no endogenismo, que, em verdade, é apenas um modo de se apropriar da profissão encerrando a análise do Serviço Social em si mesmo (GUERRA, 2018, p. 06).

Tal colocação é necessária para que os futuros assistentes sociais possam compreender a “questão social” e suas expressões como *objeto* do trabalho profissional, assentada pela dinâmica dos núcleos de fundamentação na teoria do valor do trabalho apreendida na lei geral da acumulação capitalista que recai como refrações e objeto do trabalho profissional. Estar atento a esses aspectos possibilita não tomar a política social e/ou a família como objeto de trabalho e intervenção da categoria profissional.

É preciso formar assistentes sociais que saibam desenvolver as habilidades e competências para uma intervenção articulada na unidade dos três núcleos de fundamentação. Os núcleos como já foram destacados, permitem analisar a realidade e a profissão bem como seu significado social na sociedade capitalista, e o processo histórico da “questão social”; além disso, formam um conjunto de mediações para o profissional realizar a análise da realidade e, reconstruir intervenção junto aos usuários/as ao qual disponibiliza seu trabalho.

Sendo a teoria social marxista eixo dos fundamentos do Serviço Social, a totalidade de conhecimentos expressos nos núcleos de fundamentação possibilita que as determinações postas na realidade imediata possam ser abstraídas, considerando a reprodução do concreto por meio do pensamento. Apreendendo a totalidade histórica que permite a investigação da profissão na realidade social e seus determinantes na conjuntura contemporânea. Afinal, “tais pressupostos serão capazes de enfrentar na formação – e no trabalho – os preconceitos mais enraizados, o conservadorismo em relação a instituição [família], já que cabe este papel à formação profissional na direção do projeto ético político” (HORST, 2020, p.161).

É a falta da articulação de uma abordagem do Serviço Social que opere com o caráter tridimensional dos conteúdos dos núcleos de fundamentação que tem possibilitado a formação de lacunas na formação profissional, não permitindo que os profissionais e futuros profissionais compreendam as mediações que conectam a sua leitura crítica da realidade em direção um trabalho profissional que caminhe para a ruptura com o conservadorismo. É necessário que o projeto de formação e que a formação profissional crie e recrie alternativas que permitam que os assistentes sociais possam operar com o mesmo nível de criticidade com que analisam os fundamentos da sociedade burguesa (GUERRA, 2018).

Segundo Guerra, existe uma debilidade na apreensão da teoria e método, o que leva ao desafio de ensinar a teoria sem a devida apropriação. Desse modo, as categorias centrais da profissão que se constituem através das teorias marxistas e possuem o referencial para uma formação com qualidade, são descontextualizados com a relação de natureza e gênese da profissão. Neste sentido, nas palavras da autora:

É preciso, além de dar-lhes um tratamento teórico, histórico e metodológico rigoroso, mostrando as diversas interpretações de acordo com a extração teórica do autor referenciando, que docentes demonstrem categorias ontológicas da sociedade burguesa e a existência da profissão (GUERRA, 2018, p. 09).

Nesta perspectiva, a competência teórico-metodológica deve se constituir em *instrumento de leitura* que possibilite a *interpretação da realidade*, que forme assistentes sociais capacitados, qualificados para que consigam formular estratégias para as atuais requisições institucionais que respondem as conjunturas contemporâneas, assim, como diz Marx “é necessário que nos apossamos da teoria, que a teoria se converta em arma da crítica” (MARX, 2010, p. 151).

Até o cenário contemporâneo, a profissão do Serviço Social é interpretada por uma parcela da sociedade ou até mesmo por profissionais e discentes da área como *ajuda* aos demais indivíduos, o que tira o caráter teórico da profissão a envolvendo em face de qualidades e atitudes morais, transformando a profissão em uma vocação de boa vontade dos agentes profissionais. Diante destas circunstâncias, dos impasses sociais que se reatualizam e das transformações societárias que resultam em novas demandas na intervenção do assistente social, é que a categoria profissional através da teoria social necessita de saber interpretar os modos de viver que envolve os sujeitos sociais, individuais, em seu caráter de classe com os quais trabalham.

É preciso que a formação profissional através dos núcleos de fundamentação possibilite aos alunos e profissionais compreender que é possível a construção de formas de resistência nas intervenções profissionais, nos espaços institucionais e no meio social que envolve a vida de diversos trabalhadores, para que assim a categoria profissional não caia nas ações messiânicas e/ou fatalista que envolvem a profissão.

Para tanto, é preciso que os profissionais construam competências ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, para responder a novos desafios e velhos impasses. Reconstruindo alternativas didático-pedagógicas e estabelecendo a devida mediação entre a apropriação de uma teoria crítica e a efetivação de respostas alternativas as atuais conjunturas que envolvem as requisições institucionais e as condições e relações de trabalho do profissional e dos interesses das classes trabalhadoras.

Com o objetivo de contribuir na construção de subsídios para a formação e qualificação do trabalho profissional com famílias, elencamos o que consideramos como essenciais de serem pautados na formação e no trabalho profissional em Serviço Social. Para a formação profissional consideramos necessário, além dos pressupostos já apresentados ao longo do trabalho:

- A articulação dos três núcleos de fundamentação (núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional), nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos, nos conteúdos dos componentes curriculares, nas oficinas e nos componentes curriculares como necessário para uma formação condizente com os fundamentos do serviço social na contemporaneidade.
- O debate da “questão social” e suas expressões como eixo central e como possibilidade de iluminar o debate da política social e, concomitantemente, o da família. Ou seja, que a família é atravessada pelas expressões da “questão social”, portanto não é o objeto de trabalho.
- O aprofundamento sobre as três dimensões do exercício profissional: dimensões teórico-metodológica, ético política e técnico-operativa.
- Conceituação de família partindo dos fundamentos do serviço social na formação profissional e o aprofundamento sobre o significado da instituição na sociedade capitalista, mas não só isso, a compreensão da família a partir da sua gênese, natureza e particularidades.
- O enfrentamento da compreensão de família como algo dado/base da sociedade que mascara sua real reprodução na sociedade de classe.

Os subsídios que contribuem para a qualificação da formação caminham articulados para com a qualificação do trabalho profissional com famílias, mas vamos destacar também algumas direções que consideramos relevantes para o trabalho profissional:

- Tomar a “questão social” como objeto de intervenção para que se possa compreender que suas expressões são resultado da contradição entre capital e trabalho.
- Compreender e respeitar a diversidade familiar e saber que a família é atravessada pelas múltiplas expressões da “questão social”.
- Compreender que a família é uma instituição contraditória, que ela pode ser o âmbito do afeto, mas também pode ser o lugar da opressão e violência.

- Não culpabilizar e moralizar as famílias pela situação em que se encontram.
- Compreender que a política social é contraditória, que ao mesmo tempo que possibilita acesso a direitos e a qualidade mínima de vida é também punitivista, controladora dos sujeitos, e moralista.
- Compreender que as demandas e necessidades, apresentadas pelos indivíduos e suas famílias, não devem ser consideradas como problemas particulares, derivados do modelo/estrutura/organização das famílias.
- Não julgar as famílias como desestruturadas e/ou estruturadas.

Conforme compreendemos, na perspectiva dos fundamentos da profissão na contemporaneidade, os núcleos de fundamentação devem ser apreendidos na formação de forma articulada e integradora, e não de forma desarticulada. É a falta da articulação dos três núcleos que contribui para a defasagem durante a formação profissional. Os núcleos se expressam pelas diretrizes curriculares e são o caminho para a fundamentação crítica e a compreensão concreta da família. É somente neste direcionamento que será possível traçar estratégias na categoria profissional para o trabalho com famílias.

É muito comum nos espaços socio ocupacionais que os profissionais estão inseridos, em suas atividades, tomarem como referências as funções do modelo tradicional de família, homem e mulher, o que resulta no conservadorismo com famílias que fogem desse modelo tradicional e no esvaziamento de uma intervenção crítica perante a realidade, além disso, algumas políticas sociais reforçam essas concepções conservadoras.

Muitos são os profissionais que se baseiam e levam as concepções da política social, legislação, como fundamentos. Se faz necessário para a qualificação do trabalho profissional que essas concepções conservadoras sejam tomadas pelo conhecimento crítico, pelos fundamentos teórico-metodológico da profissão. É neste sentido que formação e trabalho andam articulados.

São as referências críticas que possibilitam construir alternativas diante de demandas profissionais conservadoras e até mesmo nas ações dos próprios assistentes sociais no espaço de trabalho. A direção do projeto ético político é fundamental para sustentar uma intervenção crítica na medida em se que se apropriam dos seus conhecimentos, o que significa que a formação ela deve ser continuada, ao contrário, sem a devida apreensão da teoria e método, dos fundamentos aqui elencados, estaremos construindo uma categoria profissional tecnicista, conservadora que somente reproduz e atende a classe trabalhadora e suas famílias de acordo com os interesses da ordem vigente.

Na continuidade do direcionamento de como contribuir para o trabalho com famílias, nos apoiamos as construções de Miotto (2010), que evidencia dois eixos para o trabalho com famílias, o primeiro se trata da necessidade de se atentar como as demandas das famílias são interpretadas e secundamente, qual é o caminho dado para atender a tais demandas pelos assistentes sociais através de seu fazer profissional. No primeiro eixo que propõe as interpretações das demandas, estas passam a ser compreendidas como expressões resultantes do processo do sistema capitalista, condicionante da desigualdade social, e não mais como problema de família, conforme apresentamos ao longo do trabalho, ao recuperarmos os fundamentos da profissão. Nesse giro, o assistente social passa a desassociar a satisfação das necessidades sociais à competência ou incompetência do individual/família, nas palavras da autora:

Ou seja, compreendendo os processos familiares como uma construção singular, arquitetada na família, no entrecruzamento das múltiplas relações, que condicionam e definem a dinâmica familiar. Essa compreensão de processos familiares permite em primeiro lugar desvincular-se da idéia de uma dinâmica familiar reduzida à compreensão das relações de afeto e cuidado no interior da família (MIOTTO, 2010, p. 172).

Neste sentido, no segundo eixo que trata sobre o alcance e direção da ação profissional, há a urgência de que a profissão parta pelo viés teleológico, não se limitando a sua dimensão técnico operativa. Quando se reconhece que as famílias apresentam demandas das quais as respostas só são possíveis fora delas, e ao compreender as situações que vivenciam pelas expressões da “questão social”, passa-se a sustentar que o enfrentamento delas, só se efetivará com a superação do modo de produção capitalista, com a transformação das bases de produção e reprodução das relações sociais. Assim, a ação profissional deve se direcionar através do horizonte de transformação social articulada com seu compromisso ético na conquista e viabilização de acesso de direitos.

Para Miotto (2010), a intervenção profissional deve se rearticular em diferentes níveis para a efetivação profissional, sendo eles: ***proposição, articulação e avaliação de políticas sociais, organização e a articulação de serviços e atendimento a situações singular.***

A articulação de conhecimentos é o que torna possível a interpretação das políticas e a articulação de ações coletivas, assim, ***proposição e avaliação de políticas*** se caracterizam em:

[...]estabelecer mecanismos de sistematização e estudo de informações sobre as famílias em, basicamente, dois aspectos. O primeiro vincula-se às necessidades das famílias que podem ser identificadas nas unidades de serviços, através das demandas de seus usuários. O segundo, sobre elementos que possam subsidiar a avaliação dos impactos que as políticas públicas têm no cotidiano da vida das famílias ( MIOTTO, 2010, p. 173).

Já a **organização e a articulação de serviços**, tem como foco traçar os condicionantes das dificuldades apresentadas pela família como também, as suas possibilidades de transformações e os meios necessários para isso, objetivando uma construção que possibilite ao núcleo familiar autonomia para resposta em direção a uma melhor qualidade de vida. Essas mudanças se caracterizam tanto nas relações internas como externas, da articulação com outras esferas da sociedade.

Essa organização e articulação na busca da garantia do cuidado e proteção, só se torna possível mediante a efetivação do acesso das famílias a esses serviços. Isso implica nas condições que são posta para as famílias acessarem os serviços, indo de questões que se colocam desde os horários de funcionamento até a os níveis de exigências direcionados às famílias. Neste sentido, o espaço socio ocupacional deve ser gestado de forma democrática, avaliando suas exigências para que a participação dos sujeitos possa ser efetivada proporcionando engajamento em processos sociais mais amplos para que ocorram transformações de ordem estrutura, (MIOTO, 2010).

O processo de *proposição e avaliação de políticas, organização e a articulação de serviços*, segundo a autora, necessitam do direcionamento de diferentes ações profissionais que se dão a partir de três processos: processos político-organizativos, processos de gestão e planejamento e processos sócio-assistenciais (MIOTO, 2010, apud MIOTO; NOGUEIRA, 2006; MIOTO; LIMA, 2009).

As ações nesse âmbito dos **processos político-organizativos** partem do caráter de dimensão coletiva, articulando ações que incorporem o conjunto das famílias, aos órgãos de direitos e aos movimentos sociais organizados:

Resumidamente, os processos político-organizativos no trabalho com famílias implicam em ações que privilegiem e incrementem a discussão da relação família e proteção social na esfera pública, visando o rompimento com a ideologia vigente da família como responsável da proteção social, buscando a garantia e ampliação dos direitos sociais. Ações que considerem não só as necessidades imediatas, mas prospectam, a médio e a longo prazos, a construção de novos padrões de sociabilidade entre os sujeitos (MIOTO, 2010, p. 174).

**Os processos de planejamento e gestão** possuem como objetivo o atendimento as necessidades das famílias, e não o cumprimento objetivado das instituições. Desassociando a responsabilização que gira em torno da família pelo cuidado, algo naturalizado no processo de cuidado das famílias e seus entes, assim, “vinculam o conjunto de ações profissionais desenvolvidas com enfoque no planejamento institucional como instrumento de gestão e gerência de políticas e serviços” (MIOTO, 2010, p. 174). Por fim, ao destacar sobre os processos sócio assistências:



os processos sócio-assistenciais correspondem as ações profissionais desenvolvidas diretamente com as famílias. Sua lógica reside em atendê-las enquanto sujeitos e não como objetos terapêuticos. Assim, busca-se responder às suas demandas/necessidades numa perspectiva de construção da autonomia. Autonomia que lhes permitam um engajamento ativo no contexto da participação política (MIOTO, 2010, p. 174).

Essas estratégias precisam ser sustentadas pelos fundamentos teórico metodológico e ético político, para que o fazer profissional tenha condições de estabelecer sua direção, finalidade e investigação sobre o que está sendo feito e o que se pretende alcançar. O caminho para se pensar o trabalho com famílias necessita dos profissionais a compreensão dos direitos como forma de se efetivar a cidadania por meio de políticas sociais pautadas no atendimento das necessidades humanas, para que seja construído novas perspectivas e horizontes que se desvinculem de respostas vagas e de responsabilização para com os sujeitos.

A direção do trabalho com famílias pela política social tem se concentrado em responder as necessidades imediatas dessas famílias e não levantam questionamentos pelos problemas apresentados por ela, o que a condicionou a essa necessidade. É a ausência de metodologias claras, a ausência de articulação de redes de serviços e comunicação que vão inviabilizando e resultando em ações que não atendem nem minimamente a essas famílias. O fazer das ações profissionais para o enfrentamento das expressões da “questão social” em qualquer meio deve-se objetivar criar e articular “condições” de acesso concreto da população a melhores condições de vida.

Nesse contexto, torna-se imprescindível o aprofundamento do diálogo sobre a família dentro da tradição marxista, compreendendo-a a partir da sua contraditoriedade e particularidade no capitalismo e apostando nessa contribuição para a construção de novos valores éticos, centrados efetivamente na liberdade e na justiça social – parâmetros que sustentam nosso código de ética e constitui nosso projeto profissional crítico – no trabalho cotidiano com as famílias. Ou seja, construir respostas concretas que vão para além das determinações da política social, das cartilhas e indicações governamentais (HORST, MIOTO, 2017, p.240).

As ações profissionais pautadas no projeto ético político, sustentado por uma base crítica, precisa partir da *realidade*, definir e priorizar realizar estratégias, ações e atividades que são essenciais aos sujeitos, e não somente ao acesso de garantia de direitos, mas também a espaços de lutas coletivos, processos de mobilizações enquanto indivíduos de direitos e responsáveis também, pelo controle dos serviços ofertados e na imposição de limites aos condicionantes do capital.

Sendo o campo da família um espaço rico de reflexão e questionamentos, tendo este trabalho se debruçado em leituras sobre a temática com vários objetivos aqui já elencados é que finalizo esta pesquisa com algumas questões: Quais os impactos as tendências teórico-metodológica resultam no fazer profissional do assistente social em conjunto com as famílias? Possibilitam elas a compreensão do porque se dá o reavivamento das organizações das famílias

nos moldes da família nuclear? Sem a construção destas pelo viés marxista, contribui para novos caminhos e possibilidades? Quais resultados tem sido alcançados no espaço profissional através do acesso as produções teóricas do Serviço Social na articulação com família?

## 6. CONCLUSÕES

As produções teóricas sobre família evidenciaram que a grande maioria dos artigos são sustentados pelo debate via *política social*, pelo escasso arcabouço teórico nos textos que expressem os fundamentos teórico-metodológicos da profissão na contemporaneidade e pelas mais distintas perspectivas teórico metodológicas.

As análises dos artigos possibilitaram identificar nossa questão inicial de pesquisa, qual seja: qual o referencial teórico-metodológico que sustenta a produção teórica sobre família das principais revistas do Serviço Social brasileiro. Mas para, além disso, a pesquisa proporcionou aproximações que possibilitaram outras dúvidas e questionamentos, como a de constatar se as produções dialogam com a formação histórica social brasileira; qual os conceitos de família que são abordados e o modo como se referem ao trabalho profissional de assistentes sociais.

Identificamos que os artigos raramente evidenciam a perspectiva teórica que sustentam as suas problematizações, e as produções que abordam diretamente a discussão a partir dos fundamentos críticos da profissão não são hegemônicos nos artigos analisados.

A grande maioria dos artigos não menciona o objeto de trabalho do Serviço Social, *totalizando apenas 4 artigos que apresentaram* e também não apresentaram a concepção de profissão, *totalizando 3 artigos*, onde 2 desses foram os mesmo que apresentaram o objeto de trabalho. A nosso ver, tal panorama apresenta questões para a profissão, já que consideramos que demarcar a “questão social” como objeto e a concepção de profissão é essencial nas publicações da área da profissão uma vez que essas são requisitos básicos para explicar a profissão numa perspectiva crítica.

A “questão social” é parte e expressão da sociedade capitalista e com base na teoria social de Marx, a mesma é defendida como conceito explicativo da profissão e da realidade, dessa forma sustenta o projeto ético-político da profissão. Tal levantamento reflete como a ausência de categorias e conceitos nas produções podem distanciar a profissão de seu contexto sócio histórico e até mesmo resultar na defesa da política social e/ou a família, como objeto da profissão como foi identificado em alguns artigos.

As problemáticas que envolvem as famílias no seu cotidiano e abordadas em grande parte nos artigos são indissociáveis da “questão social”, pois são suas expressões concretas,

consequência do funcionamento do modo de produção capitalista. A falta de tais discussões fundamentadas em perspectivas pautadas na formação sócio-histórica, que dão a sustentação para compreensão da política social, por exemplo, dão espaço para a responsabilização e culpabilização das famílias pela situação em que se encontram e para a permanência do conservadorismo na área da profissão.

Identificamos artigos que se propuseram a falar do trabalho profissional com famílias em que não era evidenciado em nenhum momento o Projeto Ético Político da profissão ou até mesmo o código de ética da categoria profissional. Sendo estas dimensões fundamentais para sustentar a efetivação de um trabalho de qualidade com as famílias, além de qualificar a intervenção profissional.

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético político do Serviço Social] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 07 apud NETTO, 1999, p. 95).

As produções se sustentam em grande maioria na discussão em torno da política social, a qual é de grande importância para a categoria profissional, mas não deve ser tratada como o eixo central para a explicação da formação e do trabalho. Alguns artigos problematizaram o caráter contraditório da política social identificando que ao mesmo tempo que ela protege ela pode ser punitiva, e em grande parte dos artigos foi evidenciado o caráter familista das políticas sociais.

A discussão da política social abarcando a formação socio histórica brasileira é importante e potencializa na intervenção profissional no trabalho com famílias. Porém, alguns artigos sobre política social se constituíram de forma superficial não evidenciando e problematizando o caráter contraditório e moralizantes que a mesma possui, além de não evidenciar que as dificuldades postas a categoria profissional e as demandas do trabalho são resultantes da contradição entre capital e trabalho.

O obscurecimento dessas discussões em grande parte das produções abre espaço para a manutenção do conservadorismo nas análises e para a desqualificação da categoria profissional. O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que tem na “questão social”, a partir das determinações monopolistas, a justificativa de sua existência e a

tem como objeto de estudo e trabalho, ancorando através da política social mediações efetivas para seu enfrentamento.

As produções superficiais na área da categoria profissional podem colocar novos desafios para a profissão, dando espaço para o entendimento de que o trabalho profissional pode ser efetuado por outras áreas do conhecimento, uma vez que os fundamentos concretos da categoria em sua maioria não foram manifestados. Os fundamentos do Serviço Social foram a segunda perspectiva que mais apareceram nas produções analisadas e compreendemos que esse não é um fator menor. O que complementaria essas produções é a demarcação da concepção de profissão e do objeto de trabalho da área profissional.

As produções teóricas do Serviço Social é que dão base para a materialização do projeto ético-político da categoria profissional, por isso ressaltamos a importância de produções críticas fundamentadas na luz da teoria social de Marx. Os valores éticos políticos pautados na justiça e liberdade do Código de ética profissional, a lei que regulamenta a profissão e as diretrizes curriculares compõem a essência do projeto ético político e estão sustentados pelos fundamentos do serviço social na contemporaneidade.

O projeto é expressão das contradições que envolvem a profissão e seus princípios e valores. O projeto é resultado de escolhas historicamente traçadas pela profissão determinadas pelo processo histórico sustentado na ordem do capital. Dessa forma, é fruto de um processo histórico social permeado por lutas para efetivação de sua hegemonia e abarca matrizes diferenciadas de análise, em um campo plural, que combate e recusa o ecletismo e o conservadorismo. Sendo assim, esperamos que a presente pesquisa possa contribuir para o estímulo à produção do conhecimento sobre famílias na profissão, na perspectiva dos fundamentos do serviço social, inclusive nos desvendamento das tendências também críticas e democráticas que possam qualificar o trabalho com famílias na direção do compromisso com as famílias atendidas.

## 7. REFERÊNCIAS

Agência Brasil pesquisa revela que 19 milhões passaram fome no Brasil no fim de 2020 disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020>> Acesso em 06/04/2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BISPO, D. A.; DOS SANTOS, E. C.; DOURADO, D.P. **A Utilização da Teoria Social do Discurso de Fairclough nos Estudos Organizacionais**. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, 2015.

BOLZE, S. D. A; BUEN, R. K; CREPALDI, M.A; GOMES, L.B. **As Origens do Pensamento Sistêmico: das partes para o todo**. Pensando família. Porto Alegre, 2014.

CAMPELO E PAIVA, S. de O. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social**. Tese de doutorado em Serviço Social. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

CONSELHO, F. S. S. **Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas**, CFESS, Brasília, 2010.

CONSELHO. F.S.S. **Práticas terapêuticas no âmbito do serviço social: subsídios para aprofundamento do estudo**, 2008.

CRUSOÉ, N. M. C. **A Teoria das Representações Sociais em Moscovici e sua importância para a Pesquisa em Educação**. Vitória da Conquista, Revista Aprender, 2004.

DUAYER, M. **Crítica ontológica em Marx**. In: NETTO, J. P. [org.]. Curso Livre Marx-Engels: **a criação destruidora**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

ENGELS, F. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, F; MARX, K. **A Ideologia Alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

FAIRCLOUGH, N; MELO, F. I. **Análise Crítica do Discurso Como Método em Pesquisa Social Científica**. São Paulo: Linha D'água, 2012.

FALEIROS, S. V. P; BRITO, D, O. **Representações da Violência Intrafamiliar por Idosas e Idosos**. Ser Social, 2009.

FIGUEIRA, J. C. **Psicologia Clínica: do enfoque individual à abordagem**. Revista Percursos, 2007.

GAVA, A. **Empirismo e Observação: Uma Perspectiva Histórica Sobre a Primazia da Observabilidade no Empirismo Construtivo de Van Fraassen**. Griot, Revista de filosofia, 2016.

GUERRA, Y; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. **Temas Contemporâneos em Serviço Social - Uma Análise de seus Fundamentos**. 1.ed. Campinas: Papel Social, 2019.

GUERRA, Y. **Serviço Social e seus fundamentos: Conhecimento e crítica**. 2.ed. São Paulo: Papel Social, 2018.

HORST, C. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a Temática Família. Brasília, **Revista Temporalis**, v. 20, p. 144-164, 2020.

HORST, C.H.M. Transformações Societárias e Impactos na família: Diversidade Familiar ou Desestruturação familiar?. In: Maria Lúcia Teixeira Garcia; Mirian C. V. Basílio Denadai. (Org.). **Família, Saúde Mental e Política de Drogas - Temas Contemporâneos**. 1ed.São Paulo: Annablume Editora, 2018, v. 1, p. 13-41.

HORST, C. H. M; MIOTO, R. C. T. **Serviço Social e trabalho com famílias: Renovação ou conservadorismo?** Revista em Pauta, 2017.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

IBGE. Censo 2010: Uniões consensuais já representam mais de 1/3 dos casamentos e são mais frequentes nas classes de menor rendimento. Disponível em <  
<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=2240&view=noticia>> Acesso em 26/03/2021.

LESSA, S. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **Abaixo a Família Monogâmica**. 1.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, T.C.S. de; MIOTTO, R.C.T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katálysis Florianópolis v. 10 n. esp. 2007,p. 37-45

científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis Florianópolis v. 10 n. esp. 2007,p. 37-45

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **O Conceito de Dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAFFINI, V. R. MERIGO, J. **Política habitacional e a identificação do(s) motivo(s) da inadimplência das famílias beneficiadas com o Programa de Terrenos**. Textos & Contextos, 2006.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIOTO, R. C. T. **Para que Tudo Não Termine Como um “Caso de Família”: Aportes Teóricos Para o Debate Sobre a Violência Doméstica**. Revista Katalysis, 2003.

\_\_\_\_\_. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social**. Serviço Social em Revista, 2010.

MIOTO, R. C.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MOTTA, M. C. **Teoria Sistêmica e Família, Pontos e Contrapontos**. XV Jornadas de Investigación y Cuarto Encuentro de Investigadores en Psicología del Mercosur. 2008

NETTO, J. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

NETTO, J. **Introdução ao Estudo do Método em Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NALLI, M. Paul Ricoeur leitor de Husserl. **Trans/Form/Ação** [online]. 2006, v. 29, n. 2 [Acessado 21 Junho 2022], pp. 155-180. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31732006000200012>>. Epub 31 Out 2007.

PASSOS, R. **Teorias e filosofias do cuidado: subsídios para o Serviço Social**. Rio de Janeiro: Papel Social, 2018.

PRATES, J. C. **A pesquisa social a partir do paradigma dialético crítico: do projeto a análise do dado**. In: Diversidade e Estética em Marx e Engels. FERNANDES, I; PRATES, J. C. (Orgs.). Campinas, Papel Social, 2016.

**Proposta básica para o projeto de formação profissional** (documento ABESS/CEDEPSS Nov. 1995). Revista Serviço Social e Sociedade, n. 50, O serviço social no século XXI – Ano XVII. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p. 143- 171.

RODRIGUES, M. **Michel Foucault Sem Espelhos: um pensador proto pós-moderno**. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2006

SANTANA, R; SILVA, J. **O Método na Teoria Social de Marx: e o Serviço Social?** Brasília: Temporalis, 2013.

TEIXEIRA, J. R. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. Rio de Janeiro, 2019.

TEIXEIRA, S. M.; VIEIRA, N. H. **Serviço Social e Gerontologia: A Proteção da Pessoa Idosa em Tempos de Pandemia. In: Envelhecimento e Velhice na Perspectiva da Gerontologia**. Social Crítica. 23. ed. Recife: Ed. UFPE, 2020. cap.11, p. 252-270.

VASCONCELOS, A. M. A. **O Assistente Social na luta de classes: Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

VASCON, C.F.L. **Construção Social da Realidade a Partir de Páginas Policiais**. São Paulo, Revista Aurora, 2018.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2.ed. Buenos Aires, Clacso: São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

ZIMERMAN, D.E. **Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica; uma abordagem didática**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

## 8. ANEXO I – ARTIGOS ANALISADOS

<b>Revista</b>	<b>Autor/a</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>Ano da publicação</b>
<b>Katalysis</b>	Marli Palma Souza. Geney M.K.Takashima	A Cidadanização da mulher em seu contexto familiar: um desafio ético ao Serviço Social	1988
<b>Katalysis</b>	Geney M. K. Takashima	O desafio do Serviço Social na construção da cidadania criança, adolescente e família	1998
<b>Katalysis</b>	Regina Célia Tamaso Miotto	Família e saúde mental: contribuições para reflexão sobre processos familiares	1998
<b>Katalysis</b>	Carlos Eduardo Aguilera Campos, Joana Garcia	Contribuições para a supervisão dos programas sociais com foco na família	2007
<b>Katalysis</b>	Rúbia dos Santos	O trabalho infantil: Uma realidade que não pode ser analisada fora do contexto familiar	2002
<b>Katalysis</b>	Dalva Azevedo Gueiros	Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social	2009
<b>Katalysis</b>	Regina Célia Tamaso Miotto	Para que tudo não termine como um caso de família aportes para o debate sobre a violência doméstica	2003
<b>Katalysis</b>	Theophilos Rifiotis	Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a ‘violência conjugal’ e a ‘violência intrafamiliar’	2008
<b>Katalysis</b>	Sâmbara Paula Ribeiro, Kathleen Eleane Leal Vasconcelos Francisca Eugênio Bernardino Joselita Alves Brasileiro Luciana Paiva Cavalcante	O cotidiano profissional do assistente social no Programa Saúde da Família em Campina Grande	2009
<b>Katalysis</b>	Marta Silva Campos Solange Maria Teixeira	Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social	2010
<b>Em Pauta</b>	Cilene Sebastiana da Conceição Braga Maria Inês Martinho Antunes Amaro	Política social e família: desafios colocados aos assistentes sociais do Brasil e de Portugal	2018
<b>Em Pauta</b>	Francinelly Aparecida Mattoso	A Dimensão Territorial no Trabalho do Assistente Social na Estratégia Saúde da Família	2009
<b>Em Pauta</b>	Andréa de Sousa Gama	Trabalho e responsabilidades familiares no Brasil: reflexões sobre os direitos do trabalho	20012
<b>Em Pauta</b>	Andrea de Sousa Gama Lia de Mattos Rocha Karolyne Romero de Alcantara	Percepções sobre o papel das políticas públicas relacionadas ao trabalho e responsabilidades familiares	2018
<b>Em Pauta</b>	Claudio Henrique Miranda Horst Regina Célia Tamaso Miotto	Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo?	2017



<b>Em Pauta</b>	Edilane Bertelli Liliane Moser	Que família é esta? Mosaico de diferenças, contradições, discriminações	2018
<b>Em Pauta</b>	Rosemeire dos Santos	Política social e famílias: a difícil arte da superação da autoimagem familiar	2018
<b>Em Pauta</b>	Cassia Maria Carloto Bárbara Weinert Ferreira Nogueira	Família, gênero e proteção social	2018
<b>Em Pauta</b>	Maria Helena de Jesus Bernardo	A produção de cuidados na família e as políticas para o envelhecimento	2018
<b>Em Pauta</b>	Antônio Carlos de Oliveira; Ariane Rego de Paiva; Sindely Chahim de Avellar Alchorne	Acompanhamento familiar no Suas: diálogo com o município do Rio de Janeiro	2018
<b>Em Pauta</b>	Poliana de Oliveira Carvalho Solange Maria Teixeira	O trabalho social com famílias na Proteção Social Básica da assistência social	2018
<b>Em Pauta</b>	Ilka de Lima Souza Rita de Lourdes de Lima	Família, conservadorismo e políticas sociais no Brasil: questões para reflexão	2018
<b>Em Pauta</b>	Ana Cristina Brito Arcoverde Elisa Celina de Alcantara Josinete de Carvalho Bezerra	A responsabilização da família na cena contemporânea: particularizando o Programa Criança Feliz	2019
<b>Ser Social</b>	MARTA SILVA CAMPOS, REGINA CÉLIA TAMASO MIOTO	Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira	2009
<b>Ser Social</b>	Regina Célia Tamaso Míoto, Keli Regina Dal Prá Michelly Laurita Wiese	Política social e processos de judicialização: serviços sociais e famílias em foco.	2018
<b>Ser Social</b>	Joana Angélica Barbosa Garcia	Apontamentos sobre a controvertida centralidade da família no trabalho social	2018
<b>Ser Social</b>	Claudio Henrique Miranda Horst	‘Segura, Devolve e Arquivo’ estratégias do Congresso Nacional brasileiro para impedir o reconhecimento de famílias homoparentais.	2019
<b>Ser Social</b>	Laisa Regina Di Maio Campos Toledo	A família contemporânea e a interface com as políticas públicas	2007
<b>Ser Social</b>	Vanessa Miranda Gomes da Silva	Breve Cartografia da Discussão sobre Família	2013
<b>Ser Social</b>	Vicente de Paula Faleiros Denise Orbage de Brito	Representações da violência intrafamiliar por idosas e idosos	2009
<b>Ser Social</b>	Lucia Cristina dos Santos Rosa Ellayne Karoline Bezerra da Silva	Família na política brasileira de saúde mental, álcool e outras drogas	2019
<b>Ser Social</b>	Solange Maria Teixeira	Políticas públicas para a família: o desafio da superação do subdesenvolvimento em serviços de apoio à família	2010
<b>Serviço Social e Sociedade</b>	Solange Maria Teixeira	Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado	2009
<b>Serviço Social e Sociedade</b>	Elizete Matias Barbosa Orozimbo	Sentidos de família e o desafio para a intersectorialidade na proteção social	2019

	Maria Lúcia Miranda Afonso		
<b>Serviço Social e Sociedade</b>	Jane Valente	Acolhimento familiar: validando e atribuindo sentido às leis protetivas	2012
<b>Serviço Social e Sociedade</b>	Regina Célia Tamaso Míoto	Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo	2015
<b>Serviço Social e Sociedade</b>	Claudio Horst Emilly Marques Tenorio	Reflexões sobre a inserção profissional de assistentes sociais na conciliação de conflitos e mediação familiar	2019
<b>Serviço Social e Sociedade</b>	Verônica Gonçalves Azeredo	Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres	2010
<b>Textos e Contextos</b>	MARCIANE DIEL ROSÂNGELA BARBIANI	Violência familiar contra a pessoa idosa: expressões do fenômeno e perspectivas para o seu enfrentamento	2018
<b>Textos e Contextos</b>	WEDERSON RUFINO DOS SANTOS	O circuito familista na Política de Assistência Social	2017
<b>Textos e Contextos</b>	LILIANE MOSER KELI REGINA DAL PRÁ	Os Desafios de Conciliar Trabalho, Família e Cuidados: evidências do “familismo” nas políticas sociais brasileiras	2016
<b>Textos e Contextos</b>	VANIA MORALES SIERRA RENATO DOS SANTOS VELOSO	Família no Estado Democrático de Direito: o material e o simbólico na reprodução da ordem (neo)liberal	2015
<b>Textos e Contextos</b>	MARIA SUELI DO VALE VICENTE DE PAULA FALEIROS IZABEL BORGES DOS SANTOS NEUZA MOREIRA DE MATOS	Mediação de Conflitos de Violência Intrafamiliar Contra Pessoas Idosas: uma proposta não jurídica	2015
<b>Textos e Contextos</b>	CARLA REIGADA JOSÉ LUIS PAIS-RIBEIRO ANNA NOVELLAS JOSÉ LUIS PEREIRA	O Suporte à Família em Cuidados Paliativos	2014
<b>Textos e Contextos</b>	TALITA FERNANDA STABILE FERNANDES SONIA TEBET MESQUITA	Aspectos Sociais e Econômicos das Famílias “Casos Novos” de um Programa de Implante Coclear	2014
<b>Textos e Contextos</b>	VALDILENE PEREIRA VIANA SCHMALLER JANICE LEMOS MARIA DAS GRAÇAS E SILVA MARIA LUIZA LOPES TIMÓTEO DE LIMA	Trabalho em saúde, formação profissional e inserção do Serviço Social na residência multiprofissional em saúde da família	2012
<b>Textos e Contextos</b>	ELIEZER RODRIGUES DOS SANTOS LIRIA MARIA BETTIOL LANZA	Educação Permanente em Saúde: a experiência do serviço social com Equipes Saúde da	2011

	BRÍGIDA GIMENEZ CARVALHO	Família	
<b>Textos e Contextos</b>	PRISCILA FRANÇOISE VITACA RODRIGUES MARIA ISABEL BARROS BELLINI	A Organização do Trabalho e as Repercussões na Saúde do Trabalhador e de sua Família	2010
<b>Textos e Contextos</b>	Ana Paula Fante Latif Antonia Cassab	Convivência familiar: um direito à criança e ao adolescente institucionalizado	2007
<b>Textos e Contextos</b>	Adriana Wagner  Daniela Centenaro Levandowski	Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade	2018
<b>Textos e Contextos</b>	Cássia Maria Carlotto	A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza	2005
<b>Textos e Contextos</b>	Regina Célia Tamaso Miotto	Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais	2004
<b>Políticas Públicas do Maranhão</b>	Regina Célia Tamaso Miotto	A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: contribuições para o debate	2003
<b>Políticas Públicas do Maranhão</b>	Tatiana Silva Camara da Silva	CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS: a intervenção do Serviço Social junto às suas famílias	2010
<b>Políticas Públicas do Maranhão</b>	Selma Suely Lopes Machado	GÊNERO, GERAÇÃO E O LUGAR DAS AVÓS: estudo com famílias de bairro popular em Belém	2010
<b>Políticas Públicas do Maranhão</b>	Leonia Capaverde Bulla Eleni Raquel da Silva Tsuruzono	ENVELHECIMENTO, FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS	2011
<b>Emancipação</b>	Raquel Samara de M. Ricardo, Cleide Lavoratti	UM ESTUDO SOBRE FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA A PARTIR DA REALIDADE DAS ADOLESCENTES ABRIGADAS NA CASA SANTA LUIZA DE MARILLAC	2007
<b>Emancipação</b>	Solange Maria TEIXEIRA	A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na política de Assistência Social	2010
<b>Emancipação</b>	Solange Maria Teixeira	Família e proteção social: uma relação continuamente (re)atualizada	2012
<b>Emancipação</b>	Fluvia Ribeiro Bastos* Vini Rabassa da Silva**	Inclusão de crianças com deficiência: entre o avanço da concepção e a responsabilização da família	2018
<b>Emancipação</b>	Cristiane Gonçalves de Souza* Jussara Ayres Bourguignon	Índice de vulnerabilidade como garantia de acesso aos benefícios do Programa Família Paranaense	2021
<b>Emancipação</b>	Ana Letícia de FRANÇA, Édina SCHIMANSKI	Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar	2009
<b>Emancipação</b>	Ana Cristina MOREIRA	Serviço Social na educação: possibilidades e limites da intervenção profissional junto à família	2009

<b>Emancipação</b>	Melissa Ferreira Portes, Camila Pasetto, Laura Gorski, Elizabete Araújo Eduardo	As Representações Sociais das Famílias das Crianças Hospitalizadas e suas Implicações no Cotidiano Familiar	2013
<b>Emancipação</b>	Lindamar Alves Faermann, Marcela Carla Da Silva	Retrato social das famílias de crianças e adolescentes em medida de acolhimento institucional	2020
<b>Emancipação</b>	Daniella Borges Ribeiro, Edinete Maria Rosa, Maria Lúcia Teixeira Garcia	Emancipação: ALCOOLISMO E VIOLÊNCIA EM FAMÍLIA: FUGINDO DAS ARMADILHAS DA SIMPLIFICAÇÃO	2004
<b>Emancipação</b>	Cristiane Sonogo, Divanir Eulália Naréssi Munhoz	VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONCEITOS, EXPRESSÕES E CARACTERÍSTICAS	2007
<b>Emancipação</b>	Giuseppina De Grazia	Conciliação entre trabalho remunerado e família: problema feminino? Algumas reflexões a partir da realidade italiana	2015
<b>Temporalis</b>	Alana Cristina Bezerra de Medeiros	CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA PRESENTES NO CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS	2014
<b>Temporalis</b>	Cilene Sebastiana Braga, Mayra Ferreira Soares	FAMÍLIA E VIOLAÇÕES DE DIREITOS SOCIAIS NO SUDESTE DO PARÁ	2017
<b>Temporalis</b>	Iara de Souza Januário, Priscilla Brandão de Medeiros	COMO A GENTE LIDA?: A ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL	2018
<b>Temporalis</b>	Tatiana Raulino de Sousa, André de Menezes Gonçalves, Ana Beatriz Bandeira dos Santos, Barbara Michelly da Silva Vieira, Laisa dos Santos Dantas, Milene Barbosa Alves	FAMÍLIA, MULHER E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS	2020
<b>Temporalis</b>	Claudio Henrique Miranda Horst	AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS E A TEMÁTICA FAMÍLIA	2020
<b>Temporalis</b>	Bruna Cristina Faustino de Souza, Bruna Cristina Faustino de Souza, Graziela Acquaviva	POLÍTICA SOCIAL DE SAÚDE E FAMÍLIA: ENTRE A PROTEÇÃO E A RESPONSABILIZAÇÃO	2021
<b>O Social em questão</b>	Liliane Moser, Tassiane Antunes Moreira.	Família, trabalho do cuidado e uso do tempo: desafios para mulheres de baixa renda	2018
<b>O Social em questão</b>	Irene Rizzini, Irma Rizzini, Luciene Naiff, Rachel Baptista	Crescimento em família revistando concepções e práticas com vistas a promoção do direito a convivência familiar e comunitária.	2005
<b>O Social em questão</b>	Ilda Lopes Rodrigues da Silva, Sueli Bulhões da Silva	Direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária: Algumas reflexões	2005
<b>O Social em questão</b>	Virgínia de Souza, Carlos Gustavo Cordeiro de Andrade Junior, Edina Schimanski.	Avanço legislativo e ampliação do conceito de família pós-Constituição de 1988	2018
<b>O Social em questão</b>	Bárbara Figueiredo Santos, Márcia Regina Botão Gomes	Atenção Domiciliar à Saúde e a centralidade dos cuidados na família:	2019

		coparticipação ou super responsabilização?	
<b>O Social em questão</b>	Cilene Sebastiana da Conceição Braga, Címaria de Lima Farias Marisa Fernanda Pimenta	Benefício de Prestação Continuada - Idoso: perfil e composição familiar dos assistidos pelo CRAS-Tapanã, em Belém-Pará	2019
<b>O Social em questão</b>	Salyanna de Souza Silva Gisele Caroline Ribeiro Anselmo	O crescimento da pobreza e os Programas de Renda Mínima voltados às famílias: o caso italiano	2019
<b>O Social em questão</b>	Poliana de Oliveira Carvalho, Solange Maria Teixeira	Dimensão pedagógica da intervenção profissional no trabalho com famílias	2019
<b>O Social em questão</b>	Gustavo Henrique Carretero	Concepções de trabalho social com famílias por parte de psicólogos em artigos científicos	2019
<b>O Social em questão</b>	Natália Teixeira Mata	Negligência na Infância: Uma Reflexão sobre a (Des)proteção de Crianças e Famílias	2019
<b>O Social em questão</b>	Raquel Karlinski, Almeida Silvana Bastos Cogo, Marcio Rossato Badke, Susan Bublitz, Andrei Pompeu Antunes, Aline Gomes Ilha.	Relações familiares na perspectiva de rede de apoio social às pessoas ostomizadas em tratamento oncológico	2019
<b>O Social em questão</b>	Thamires da Silva Ribeiro	É sempre assim, tudo sou eu! Cuidado, Gênero e Famílias	2018